

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
DO SUL
PPG-HISTÓRIA

O CIDADÃO ESTÁ NAS RUAS:

A cidadania Republicana em Porto Alegre (1889 - 1891)

Ricardo de Aguiar Pacheco
jan/97



RESUMO

O ESTUDO DA CIDADANIA REPUBLICANA EM PORTO ALEGRE

1. CIDADANIA: UMA APROXIMAÇÃO CONCEITUAL

1.1. Cidadania: conceito e evolução

O cidadão está nas ruas:

A cidadania Republicana em Porto Alegre (1889 - 1891)

2. PORTO ALEGRE NA CHEGADA DA REPÚBLICA

dissertação apresentada para a
obtenção do grau de mestre.

2.1. A cidade que se desdobra

2.2. Quando tudo muda: a nova constituição republicana

2.3. A política pública e popular

3. O CIDADÃO ESTÁ NAS RUAS

3.1. A formação da Prefeitura da República em Porto Alegre

3.2. O papel do cidadão na política

3.3. O movimento de 1891

3.4. O papel do cidadão na política

3.5. O papel do cidadão na política

3.6. O papel do cidadão na política

3.7. O papel do cidadão na política

Ricardo de Aguiar Pacheco

Orientadora: Dra. Sandra Jatahy Pesavento

jan/98

CIDADANIA: UMA DISPUTA SIMBÓLICA PELA LEGITIMAÇÃO DO PODER

BIBLIOGRAFIA

O cidadão está nas ruas:
A cidadania Republicana em Porto Alegre (1889 - 1891)

RESUMO	4
O ESTUDO DA CIDADANIA REPUBLICANA EM PORTO ALEGRE	5
1. CIDADANIA: UMA APROXIMAÇÃO CONCEITUAL	12
1.1. Cidadania: mais que uma questão de direitos	12
1.2. Cidadania: a submissão antiga e a liberdade dos modernos	20
1.3. Cidadania: uma identidade social	26
2. PORTO ALEGRE NA CHEGADA DA REPÚBLICA	34
2.1. A cidade que se dinamiza	36
2.2. Quando tudo muda nem os nomes permanecem no lugar	43
2.3. A disputa política regional	47
3. O CIDADÃO ESTÁ NAS RUAS	60
3.1. A recepção da Proclamação da República em Porto Alegre	67
3.1.1. O 15 de novembro em Porto Alegre	69
3.1.2. O aniversário do 30º dia da república	75
3.1.3. O cidadão em festa	89
3.2. Maio de 1890: quando a rua define a política estadual	94
3.2.1. A rua se consolida como espaço político	95
3.2.2. A tomada do poder pela rua	109
3.2.3. O cidadão da multidão	118
3.3. As representações sociais sobre o exercício da cidadania	122
3.3.1. O PRR e o cidadão educado	125
3.3.2. As entidades operárias e o cidadão coletivo	130
3.3.3. A dissidência republicana e o cidadão eleitor	146
3.3.4. As entidades operárias e o cidadão candidato	151
3.3.5. Os cidadãos da República	162
CIDADANIA: UMA DISPUTA SIMBÓLICA PELA LEGITIMAÇÃO DO PODER	166
BIBLIOGRAFIA:	170

RESUMO

A partir da leitura de jornais portoalegrenses do período de instalação do governo republicano, procura-se identificar quais as práticas e representações articuladas pela população urbana sobre o que seja a identidade do cidadão e o exercício da cidadania. Através de uma ‘descrição densa’ faz-se uma ‘micro história’ das perspectivas de atuação política da população urbana. Percebemos em nossa pesquisa uma intensa movimentação popular em torno do debate político nacional e regional de onde concluímos que estes setores não ficaram apáticos diante da República. Ao contrário, diferentes grupos sociais mobilizam-se para defender suas representações para a identidade do cidadão, ou seja, manifestam uma ‘cidadania informal’. Assim age o PRR ao formula a identidade do ‘cidadão educado’, aquele que, por respeito e submissão ao partido, vota em seus candidatos e obedece as determinações desses líderes. Já a dissidência republicana articula a identidade do ‘cidadão eleitor’, esse deve ser convencido pela campanha política das propostas por ela defendida. De outro lado entidades dos trabalhadores da cidade evocam a identidade de um ‘cidadão coletivo’ que, como ‘multidão’, expressa seus interesses políticos em diferentes manifestações de rua. Essas entidades ainda formulam a identidade do ‘cidadão candidato’ que se lança na disputa de vagas no Congresso Estadual Constituinte. Contudo a fraude eleitoral promovida pelo PRR expressa a existência apenas daquela primeira identidade. As outras manifestações de cidadania são sumariamente ignoradas e sufocadas pelo partido que entende-se o único representante legítimo da República na cidade. Percebemos, assim, a existência de uma visão autoritária da prática política, contudo, não podemos ignorar a existência e a legitimidade dessas outras representações da cidadania em Porto Alegre.

RÉSUMÉ

A partir de la lecture de journaux protoalegrense au periode de instalacion du gouverne républicain, se recherche identifier quelles sont les pratiques et représentations articulées pour la population urbaine sur la identité du citoyen et sur la pratique de la citoyenneté. Par de une ‘description dense’ se faire une ‘micro histoire’ de les perspectives de action politique de la population urbaine. Nous apercevons en notre recherche une intense mouvementation populaire de hors du débat politique national e regional où nous concluons que ceux-ci secteurs ne reste pas apathique devant la République. Oú contraire, différents groupes sociaux se mobilisent pour défendre leurs représentations par la identité du citoyen, où soit, ils manifestent une ‘citoyenneté informel’. Ainsi age le PRR a formuler la identité du ‘citoyen éduqué’, celui qui, pour respect et soumission où parti, vote en leurs candidat e obeit leurs determination. Toutefois, la discordance républicaine articule la identité du ‘citoyen electeur’, celui-ci doit avoir convenu pour la campagne politique. Cependant les entités de travailleur de la ville évoquent la identité de un ‘citoyen collectif’ qui, comme ‘multitude’, exprime leurs intérêt politiques en différents manifestations de rue. Celles-ci entité encore formulent la identité du ‘citoyen candidat’ qui se lance dans le dispute de une poste pour Congrès Provincial Constituant. Mais la fraude electoral promeut pour le PRR n’exprime rien que la existence celle-la première identité. Les autres manifestation de la citoyenneté sont sommairement ignoré et suffoquer pour le parti qui se considere le unique representante legitime de la République dans la ville. Nous percevons, ainsi, la existence de une vision autoriter de la pratique politique, cependant, nous ne pouvons pas ignore la existence et la legitimité celles autres representation da la citoyenneté en Porto Alegre.

O estudo da cidadania republicana em Porto Alegre

O estudo da cidadania como objeto histórico parece-nos bastante pertinente: o historiador olha o passado com as preocupações do presente; de forma mais ou menos explícita, busca as respostas que foram dadas no passado a problemas vividos pela sociedade no presente.

No momento em que a sociedade brasileira redemocratiza-se e quando, vividos anos de autoritarismo político institucionalizado, abrem-se espaços públicos para o debate das decisões a serem tomadas, é chamado à cena política o indivíduo atribuído de direitos - o cidadão.

São atualmente feitos chamamentos constantes ao exercício da cidadania e aos direitos do cidadão. Assim, a questão da cidadania está colocada a cada momento na vida política da sociedade brasileira.

Contudo, o que vem a ser a cidadania? Quem é o cidadão? Do que e de quem esse debate está falando? É cidadão o eleitor? O contribuinte do Estado? O consumidor? Será cidadania a escolha de uma lista de candidatos? A possibilidade de utilizar uma rede pública de serviços? A aquisição de bens e serviços em perfeita qualidade?

A construção da cidadania e a extensão de direitos ao conjunto da população não é um dilema momentâneo mas, sim, uma tarefa nacional que vem sendo sucessivamente adiada. Para Maria Célia Paoli a consolidação da democracia no Brasil está centrada menos na institucionalidade que na experiência democrática da sociedade brasileira.

Consolidar a ordem democrática passa por procurar, e encontrar, qual o significado histórico da cidadania na sociedade Brasileira:

“Esse deslocamento da interrogação sobre as possibilidades da democracia não significa que se deixe de lado o entendimento do funcionamento do poder do Estado. Mas, sim, significa interrogá-lo a partir das formas de cultura e dos universos simbólicos que perpassam a sociedade: quais os fundamentos da justiça; qual a encenação de si mesma e da sua população a partir da qual se avalia suas possibilidades e impossibilidades; qual a forma como nela se praticam as concepções sobre a legitimidade da ordem social e dos conflitos. Sobretudo, significa querer conhecer as práticas que envolvem o reconhecimento das diferenças entre grupos e classes sociais como experiência histórica de uma situação comum: de que universo se distinguem os muitos outros na trama do social, como se desdobram os mundos da desigualdade e da equivalência, como decifrar politicamente a vida coletiva em uma sociedade tão radicalmente desigual.”¹

Responder a essas questões necessita uma verificação dos significados da cidadania na sociedade brasileira em diferentes momentos de sua história. Uma rápida olhada na história do Brasil nos mostrará a dificuldade das elites nacionais em aceitar a participação popular na vida política do país. Optando, mais de uma vez ao longo de nossa história, por regimes de exceção que garantam o controle dos subalternos, ao invés de privilegiarem os regimes de liberdade que possibilitem a ampla participação política.

Quando da condição colonial, não incomodava às elites que grande parcela da população fosse privada da propriedade do próprio corpo. No processo de emancipação política a elite local preferiu uma aliança com o descendente do Estado colonial a outra

¹ PAOLI, Maria Célia. Trabalhadores e cidadania: experiência do mundo público na história do Brasil

com a população, institucionalizando um regime baseado nessa estrutura que manteve a exclusão política.

Ao fim da República Velha, o líder revolucionário que conduziu as reivindicações liberais e a incorporação do operariado foi o mesmo que fechou o congresso, estabelecendo o poder personalizado. Quando o regime democrático populista significou enfrentar reformas que alargassem a participação popular na política e na riqueza nacional, mais uma vez a elite optou pela via autoritária.

Essa herança histórica, político-cultural autoritária não é nula sobre a sociedade brasileira e é preciso investigá-la sob a ótica da cidadania, pois as formas estruturais assumidas pelas sociedades humanas são fruto das suas experiências concretamente vivenciadas. E, se os homens são constitutivos e construtores da sociedade e de suas estruturas, trata-se de investigar como a sociedade brasileira tem constituído a cidadania.

Trata-se de resgatar a experiência histórica brasileira em relação à participação política popular para então podermos ter perspectivas das bases sócio-culturais sobre as quais o presente está alicerçando a sua ordem democrática.

Como nos propõem Walter Benjamin, falando sobre a história, “*é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela [história]*.”² Cabe ao historiador resgatar do passado a ‘*esperança*’ da superação da dominação social, desmascarando as contradições que a movem e desnudando as possibilidades da sua construção.

No último quartel do século XIX o movimento republicano brasileiro, como ação política consciente de indivíduos, atuou não apenas na crítica a um regime político

moderno. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.3, n.7, p.40-85, jun. 1982. p.40

² BENJAMIM, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.225.

mas também na construção de estruturas de organização e legitimidade do Estado junto à sociedade.

Construía-se um ideário progressista para propaganda do novo regime que estava, sem dúvida, vinculado à campanha abolicionista, ou seja, a conquista dos direitos civis para parcela significativa da sociedade brasileira mas também a uma outra relação entre Estado e sociedade. A República significaria assim a redefinição dos sujeitos e das estruturas de participação na vida política nacional.³

E' certo que nem todos os indivíduos foram incorporados à sociedade republicana com os mesmos direitos: a proibição do voto ao analfabeto excluiu um grupo significativo da sociedade da ordem política republicana. A estrutura partidária republicana incorporou os interesses das elites econômicas regionais e a atuação de grupos divergentes desses interesses foi colocada à margem do processo político.

A sociedade da *ordem e progresso* estabelecia papéis sociais distintos para as diferentes classes, como de resto havia sido na sociedade imperial. Porém, para a justificativa dessa nova situação estrutural, formulou-se outro sistema simbólico.⁴

Com todos esses acontecimentos na vida política nacional, o período da Proclamação da República apresenta-se como um momento privilegiado para a percepção da ação política dos indivíduos e, portanto, para o entendimento da cidadania brasileira. Como experiência histórica concreta, as representações formadas sobre a cidadania nesse período nos dirá muito da cultura política do nosso presente.

Com a pesquisa histórica **A cidadania da Republicana em Porto Alegre (1889-1891)** procuramos perceber as representações e práticas sociais construídas em

³ Acerca do debate sobre a redefinição supraestrutural do período ver SAÉS, Décio. **A formação do Estado Burguês no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Edusp: São Paulo, 1995.

⁴ Sobre as relações entre sistemas simbólicos e representações, apontamos as obras: CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990. e BOURDIER, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.

torno da idéia de cidadania no momento de consolidação da República, tendo como cenário político a cidade de Porto Alegre.

Ou ainda, como diferentes grupos sociais do urbano porto-alegrense representaram a identidade de cidadão dentro do processo de Proclamação da República e quais as suas perspectivas de atuação política dentro dessa estrutura.

A delimitação de Porto Alegre justifica-se, de um lado, pelo fato de ser o cidadão um indivíduo que articula a sua atuação com maior dinamismo no cenário urbano. Noutra sentença é preciso ter claro que o Rio Grande do Sul vivenciou a doutrina positivista como uma especificidade regional. Essa deixou profundas marcas na esfera pública, diferenciando o Estado e sua capital do restante do país hegemônico pelo liberalismo.⁵

O recorte temporal demarca - em 1889 - o momento da Proclamação da República no Rio de Janeiro e a sua recepção em Porto Alegre, que sediou o governo provisório da província; e - em 1891 - a promulgação da Constituição Estadual com a oficialização da estrutura política republicana regional.

Temos, nesse intervalo temporal, um significativo processo de disputa social pela legitimação de representações e práticas como vinculadas à identidade do cidadão republicano, de forma a delimitar as possibilidades de participação política da sociedade.

Ou seja, foi um momento de disputa pela legitimação de uma determinada identidade social para o cidadão, de uma determinada visão de cidadania. Que cidadão é esse? Como representa a sua ação política? Quais as práticas sociais lhe são

⁵ Sobre as especificidades da República Velha Gaúcha ver: PINTO, Celi Regina Jardim. **Positivismo: um projeto político alternativo**. Porto Alegre: L&PM, 1986. TRINDADE, Helgio. *Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937)* IN: **RS: Economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989 p.119-192

pertinentes no exercício do político? É o que esperamos poder responder nessas páginas.

Para isso articulamos o texto em três partes: inicialmente faremos um apanhado daquilo que consideramos significativo para o objeto de estudo dentro do debate acadêmico. Verificando como outros autores têm analisado a problemática da cidadania, procuramos identificar conceitos e abordagens de análise pertinentes a esse estudo.

No segundo capítulo procuramos descrever as condições sociais e econômicas da cidade de Porto Alegre no momento da República. Queremos, com isso, dar ao leitor uma imagem do cenário social onde agem os diferentes personagens dessa história.

No terceiro capítulo investigaremos as práticas e representações sociais articuladas na cidade sobre a cidadania. Abordaremos a recepção da Proclamação da República em Porto Alegre e as expectativas que ela gerou no conjunto da sociedade em torno das novas estruturas políticas, além de questionarmos a sua permeabilidade à ação política dos indivíduos. Procuraremos identificar como diferentes grupos sociais do urbano porto-alegrense articulam sua prática política no sentido de legitimar a identidade de cidadão republicano.

Como documental utilizamos basicamente os jornais da época depositados no Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa: *A Federação*, *Jornal do Comércio*. Outros periódicos do período foram utilizados em menor intencidade devido ao precário estado de conservação das coleções o que inviabiliza a consulta. Essa precariedade, sem dúvida, limita dos dados com que trabalho, contudo aceitamos o risco de fazê-la e aguardamos que, reestabelecido o acesso as fontes não consultadas outra interpretação do objeto em análise possa ser estabelecido.

Preciso antes prestar algumas homenagens pois, se a responsabilidade final deste trabalho me recai, seus acertos são devidos a algumas pessoas muito especiais. À Dra. Sandra Jatahy Pesavento pela orientação e pelas cobranças sempre oportunas. Aos colegas do PPG-história, em especial a Fernando Luis Blanco e André Luiz Reis da Silva, pelos debates constantes sobre os achados de pesquisa. À Mara Regina Péres pelo companheirismo e paciência. A meus pais, Marino Silveira Pacheco e Denize de Aguiar Pacheco que me possibilitaram os momentos de 'ócio' necessários à realização deste texto e que são os legítimos proprietários dos frutos deste trabalho.

1.CIDADANIA: Uma aproximação conceitual

1.1. Cidadania: mais que uma questão de direitos

O estudo da cidadania não é algo inédito e muitos cientistas sociais o tem abordado sob diferentes perspectivas. De forma geral, podemos apontar como uma referência comum o texto de T.H. Marshall, *Cidadania, classe social e status*.

Nesse estudo o sociólogo está interessado em verificar a possibilidade de todos os indivíduos virem a ser considerados como cidadãos, como detentores de direitos universalmente reconhecidos pelo Estado e pelos outros indivíduos. Assim, ele parte sua análise da noção de cidadania como um *status*: “*Cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade.*”⁶

Mas o próprio Marshall alerta para o fato de não haver qualquer princípio universal que defina quais devam ser esses direitos universais. Assim, se propõe a fazer um histórico para perceber quais são os direitos que fazem parte do desenvolvimento da cidadania na Inglaterra.

O estudioso percebe três momentos distintos da construção da cidadania inglesa, quando se dão a universalização de três ordens de direitos: os direitos civis, direitos políticos e direitos sociais, estando, cada um desses, vinculado a movimentos de consolidação da sociedade burguesa na Inglaterra.

O fim do regime servil na Inglaterra dá início à migração urbana e ao desenvolvimento das manufaturas, estando pautado pela universalização dos direitos

⁶ MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p.76. Convém lembrar que esse texto é fruto de conferência realizada em 1949 em Cambridge e tem como base a revalidação de assertiva proposta por Alfred Marshal - em 1885 - acerca da possibilidade de uma igualdade política humana básica entre os homens; ‘*que todos venham a ser considerados cavalheiros.*’ São trabalhos que partem desse autor, entre outros, José Murilo de Carvalho, *Construcion de Ciudadania en el Brasil* e Maria de Lourdes Manzini-Covre *O que é cidadania*.

civis, a garantia da propriedade do próprio corpo e a possibilidade de recorrer à justiça. As revoluções liberais e a constitucionalização da monarquia, por sua vez, colocam a universalização dos direitos políticos, o direito à organização e participação nas instituições da vida política do Estado. Por fim, quando instala-se o imperialismo, a burguesia inglesa coopta o proletariado frente às propostas revolucionárias, com o Estado de bem estar universalizando direitos sociais e garantindo uma série de benesses, tais como saúde, educação e legislação trabalhista.

O estudo da cidadania, pautado pelo mapeamento dos direitos, tal como Marshall se propõe, procura investigar quando e quais direitos foram estabelecidos pelo Estado e quais os indivíduos afetados por esses direitos. A cidadania é assim entendida como o conjunto de direitos estabelecidos pelo Estado aos seus membros e seu exercício é identificado com o uso desses direitos legalizados.

Nos termos propostos, cidadania não passa do reconhecimento, por parte do Estado, de um conjunto de direitos através da legislação. Ou, como formula Dallari, cidadania é “*a situação jurídica de uma pessoa em relação a determinado Estado.*”⁷ E’ o Estado que, atribuindo direitos a um determinado grupo de indivíduos, lhes concede, lhes reconhece, o *status* de cidadãos. Ao mesmo tempo que outros grupos sociais, não sendo reconhecidos pelo Estado como merecedores de direitos, são simplesmente excluídos da possibilidade de exercerem a cidadania.⁸

Uma pesquisa significativa sobre a cidadania, partindo de elementos outros que não o institucional, tem sido desenvolvida por Hilda Sábato. No momento em que se propõe a investigar a cidadania e o modelo de participação política vivenciado em

⁷ DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que são direitos da pessoa**. São Paulo: Brasiliense. 1984. p.14.

⁸ Fazem críticas à visão de cidadania apresentada por Marshall: Pedro Demo, **Cidadania tutelada e cidadania assistida** e Lígia Coelho, **Sobre o conceito de cidadania**, por entender que ela não percebe a desigualdade econômica responsável por inviabilizar a igualdade social. Leôncio Martins Rodrigues alerta para a falta da ‘cidadania econômica’ nos anais do seminário **A construção da cidadania** e

Buenos Aires, no século XIX, essa historiadora ultrapassa a questão legal e procura perceber as múltiplas relações estabelecidas entre Estado e sociedade, que têm como finalidade o exercício do político.⁹

A historiografia política tradicional da Argentina tendeu a igualar o direito de voto à cidadania e, sendo o voto universalizado (para os homens) ainda nas primeiras décadas após a independência, tende-se a perceber o sistema político portenho como participativo.

Discordando desta análise, Sábato aponta que o sistema eleitoral montado em Buenos Aires não efetivou mais que uma cidadania restringida. Nesse modelo as jornadas eleitorais eram marcadas pela violência entre os grupos rivais e havia um controle clientelista do eleitorado por parte dos grupos políticos. Com essas práticas as eleições deixam de ser representativas da sociedade e tornam-se apenas um instrumento de legitimação da estrutura política.

Vendo isso, o exercício do voto não pode ser tomado como representativo da participação política na sociedade portenha. Havia amplos e significativos setores da elite de Buenos Aires que não participavam das jornadas eleitorais e outros que não tinham direito a voto, como os imigrantes. Seria simplista considerar que esses grupos sociais não votantes, formadores de parcela significativa da população urbana, não atuassem politicamente.

“En este contexto, es mi hipotesi que durante estas décadas la población de Buenos Aires encontró otras maneras de actuar en la escena política que eran más efectivas que el ejercicio del derecho a voto. Se

Nilda Ferreira, em **Cidadania: uma questão para educação**, também alerta para uma visão harmonizadora que mascara a realidade.

desarrollaron mecanismos de vinculacion entre la sociedad civil y el sistema de poder, mecanismos que servian a distintos setores de la sociedad para incidir en el terreno político sin la mediación del voto. En este sentido, lo característico de este período fué la formación de una esfera pública.”¹⁰

Como vemos, para Hilda Sábato, a questão da cidadania em Buenos Aires passa mais pela construção da *esfera pública* que pelo exercício do voto.¹¹ A emergência dessa esfera pública em Buenos Aires é identificada pela existência de três fatores: pela organização de inúmeras associações de classes, tendo como base a posição social, econômica ou mesmo a nacionalidade, pelo aparecimento de uma imprensa mobilizadora e politicamente independente e por mobilizações de massa em torno de questões públicas, tais como taxas de impostos ou legislações específicas.

Nesse espaço articulam-se os discursos do que considera-se como direito pertinente ao cidadão, impulsionando e legitimando práticas sociais. Nele as classes dominantes atuam na cooptação do conjunto da sociedade para a defesa de seus interesses político-econômicos. Desta forma, vemos que na esfera pública se apresenta não somente uma mediação entre sociedade e Estado mas também se dimensiona uma disputa social pela legitimação de valores e interesses a serem reconhecidos.

Na análise de Sábato sobre a cidadania portenha o voto não é o instrumento privilegiado da participação política e não deve ser o único elemento analisado no estudo da cidadania. Ocorrem outras relações de mediação e de disputa política entre o

⁹ SÁBATO, Hilda. *Ciudadania en la historiografía política argentina*. In: Anos 90: Porto Alegre. v.1, n.1, maio 1993. p.85-102.

¹⁰ SÁBATO, Hilda. *Participación política y la formación de una esfera pública en Buenos Aires, 1850-1880*. In: Entrepasados. 1992. p.98-99.

Estado e sociedade que também devem ser percebidas e consideradas como pertinentes à cidadania.

Atenta à dinâmica das relações sociais, Hilda Sábato coloca-nos a necessidade de reconhecer um amplo espectro de práticas sociais, exteriores às regulamentações estatais, nas quais a sociedade se contrapõe ao Estado exigindo e cobrando responsabilidades, como sendo elemento constitutivo da cidadania.

Um historiador que tem se ocupado da temática da cidadania no Brasil é José Murilo de Carvalho. Em seus estudos ele percebe que, diferentemente do que foi verificado por T.H. Marshall na Inglaterra, o estabelecimento dos direitos civis, políticos e sociais no Brasil se deu de forma intercalada.¹²

O direito ao voto foi oficializado no momento da independência antes do fim da escravidão. Ou seja, um direito político foi oficializado antes da universalização dos direitos civis. Quando a abolição da escravidão reconhece o direito à liberdade individual, o direito do voto é restringido aos alfabetizados, que constituem uma parcela muito restrita da população, concretizando assim um recuo nos direitos políticos. Enquanto isso, os direitos sociais não foram de fato reconhecidos pelo Estado brasileiro antes do século XX, estando os cuidados com a saúde e educação a cargo mais de entidades privadas de cunho religioso ou associativo do que do Estado.

Assim, José Murilo propõe:

“Desde luego puede afirmarse que el modelo inglés, como lo describe Marshall, no se repitió ni en Brasil ni en ningún país latino

¹¹ SÁBATO, Hilda. *Ciudadania, participación política y la formación de una esfera pública en Buenos Aires, 1850-1880*. Entrepassados: Buenos Aires. O conceito de *esfera pública* aqui utilizado é tomado pela autora de Habermas.

¹² CARVALHO, José Murilo de. **Desenvolvimento de la cidadania en Brasil**. México: Fondo de Cultura Económica, 1995. Do mesmo autor: **Os bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras,

americano. Por lo menos hubo dos diferencias sustanciales. La primeira se refiere a la mayor importância que se dio a uno de los tipos, en detrimento de los demás. La segunda se refiere a la alteración de la secuencia en que se conquistaron los derechos: por ejemplo, los derechos políticos antes que los derechos civiles.”¹³

Propondo uma abordagem para além das questões jurídicas, José Murilo aponta que na América Latina a cidadania tem sido um importante componente de identidade nacional. Sendo mais que um conjunto de direitos, cidadania é também um sentimento de pertencimento a uma dada comunidade, a uma sociedade política com determinados valores comuns e tem caminhado junto com a conformação da idéia de nação, de pátria e país.¹⁴ Para esse autor é paralelo ao desenvolvimento de um sentimento de nacionalidade que os indivíduos vão considerar-se cidadãos.¹⁵

“En América Latina, es de creerse que durante mucho tiempo el sentimiento nacional será un elemento importante en la formación de la ciudadanía [e] será cada vez más indispensable para la supervivencia nacional.”¹⁶

1987. **Formação das Almas**. São Paulo: Companhia das Letras. 1990. Também sobre a cidadania brasileira na República: SILVA, Eduardo. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹³ CARVALHO, José Murilo de. **Desenvolvimiento de la ciudadanía en Brasil**. México: Fondo de Cultura Económica, 1995. p.11.

¹⁴ Aqui esses conceitos são tomados como equivalentes para referirem-se à noção de pertencimento ao país como uma comunidade de sentidos.

¹⁵ Carvalho aponta que não por acaso serão os movimentos emancipatórios coloniais - Inconfidência Mineira, Conjuração Bahiana e Insurreição Pernambucana - os primeiros a falar em cidadão no Brasil opondo-o ao súdito colonial. Da mesma forma as guerras nacionais - do Prata - ao recrutarem combatentes apelam para o membro da sociedade política, o cidadão.

¹⁶ CARVALHO, José Murilo de. **Desenvolvimiento de la ciudadanía en Brasil**. México: Fondo de Cultura Económica, 1995. p.12.

Vemos, então, que para José Murilo a idéia de cidadania está associada a direitos legitimados pelo Estado e também vinculada a uma identidade social, a um sentimento de pertencimento a uma determinada comunidade de sentidos, o que independe do reconhecimento por parte do Estado.

Cidadão, portanto, para além de uma condição jurídica reconhecida pelo Estado, é também identidade social e como tal é uma representação e, portanto, também deve ser investigada nessa perspectiva.

Na obra *Os bestializados*, José Murilo de Carvalho percebe que o relacionamento que a República, no momento de sua proclamação e durante sua consolidação, estabeleceu com a cidade do Rio de Janeiro e com seus habitantes foi muito peculiar. Tendo sido excluída tanto do momento da Proclamação como do processo político mais amplo pela elite política, a população carioca não demonstrou qualquer entusiasmo com o regime republicano.

O processo eleitoral republicano, tal como fora o imperial, se torna uma fraude patrocinada pela elite política. Essa se utiliza dos malandros, dos capoeiras, dos capangas contratados e pagos pela elite política para promoverem passeatas e atos políticos, mobilizam o eleitorado e garantem votos aos candidatos.

Assim sendo, a elite acredita estar legitimando seu poder político junto à sociedade, mas José Murilo constata que o povo tem clareza de que isso não passa de uma farsa armada para ocultar as relações de subordinação social.

“Havia consciência clara de que o real se escondia sob o formal. Nesse caso, os que se guiavam pelas aparências do formal estavam fora da realidade, eram ingênuos. Só poderiam ser objeto de ironia e gozação. Perdia-se o humor apenas quando o governo buscava impor o formal,

quando procurava aplicar a lei literalmente. Nesses momentos o entendimento implícito era quebrado, o poder violava o pacto, a constituição não escrita. Então tinha de recorrer à repressão, ao arbítrio, o que gerava a revolta em resposta. Mas como vimos, eram momentos de crise, não o cotidiano.”¹⁷

Podemos então propor, assim como José Murilo, que a cidadania não se dá apenas nas relações formais entre Estado e sociedade. Ao contrário, é possível a articulação de variadas práticas sociais como forma de exercício da cidadania.

São expressões da cidadania não só o voto ou as representações junto aos órgãos do governo mas também atos de revolta, manifestações públicas, protestos populares contra as determinações do governo.

Cidadão, nessa visão, é o sujeito histórico que cobra do Estado, por meios formais ou informais, o reconhecimento daquilo que julga um direito seu independente de estar, esse princípio, regulamentado juridicamente pelo Estado.

Vemos, pela contribuição de Hilda Sabato e José Murilo, que a cidadania não se limita às relações oficiais, como a legalização de direitos e sua cobrança através dos órgãos oficiais pela sua realização concreta, como propõem T.H. Marshall.

A cidadania também comporta um feixe de manifestações e pressões sociais exercidas pelos indivíduos, associações, coletividades ou grupos sociais na defesa de seus interesses. Essas são anteriores ou mesmo exteriores à legitimidade jurídica e se manifestam em diferentes práticas sociais desvinculadas do aparelho de Estado.

¹⁷ CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.160.

Ou, como propõe José Murilo, existe uma '*cidadania informal*' exterior às formalidades das relações Estado-sociedade que se manifesta em representações e práticas sociais formadoras de uma identidade social.

Assim, entendo que o exercício da cidadania deve ser investigado no complexo jogo de relações dialéticas estabelecidas no interior da sociedade pela legitimação de valores como sendo universais.

Essa relação tem uma dimensão institucional evidente na legislação sobre os direitos e deveres do cidadão, mas o que nos interessa neste estudo é a sua dimensão sócio-cultural, sua ordem simbólica. Queremos ver quais as representações e práticas sociais formam a identidade de cidadão. Quais são os elementos simbólicos potencializadores da ação política dos indivíduos pelo reconhecimento de princípios como direitos juridicamente legitimados.

1.2. Cidadania: a submissão antiga e a liberdade dos modernos

O cidadão como identidade social não possui uma definição única. O *status* que os indivíduos possuem diante do Estado não é universalmente o mesmo ao longo da história. Ao contrário, cada sociedade constrói a sua representação do que sejam os direitos do cidadão.

Para percebermos isso, basta confrontarmos a noção de cidadania formulada na sociedade antiga com a da sociedade moderna. As identidades atribuídas ao cidadão em cada uma dessas formulações são radicalmente distintas. Dessa forma vemos que a cidadania, longe de ser uma categoria fechada, tem seu significado sucessivamente transformado ao longo da história.

Caracterizando a cidadania antiga, Fábio Comparato vai salientar que naquela sociedade a cidadania tem um caráter ativo, pois ali o cidadão é o indivíduo que tem o direito à palavra na *Ágora*, que toma lugar no espaço público onde são definidas as leis e as questões de Estado.¹⁸

E' claro que deve ser considerado que nem todos os habitantes da cidade-estado grega ganham esse *status* de cidadão, pois os homens da *Ágora* consideravam que nem as crianças, nem as mulheres, possuíam discernimento, ao passo que os escravos, presos às questões materiais do trabalho, não tinham a liberdade do pensar, tão necessária ao exercício da cidadania.

Mas a riqueza da noção de cidadania construída na sociedade antiga deve ser entendida não através dessa discriminação, mas na amplitude dos direitos e deveres atribuídos àqueles que são considerados cidadãos.

Havia no mundo antigo uma profunda vinculação entre público e privado marcada pela submissão do indivíduo frente ao Estado, ao lado da absoluta liberdade do cidadão na manifestação de suas opiniões.

Como resume Comparato:

*“Em suma, a vida privada do mundo greco-romano, matriz da civilização ocidental, era o espaço da sujeição e do poder absoluto, em contraste com a liberdade ativa que prevalecia na esfera política”*¹⁹

O cidadão antigo era, sem dúvida, propriedade da *polis* mas era também senhor do Estado. A cidade regia sobre toda a vida de seus membros, dos aspectos mais gerais, de convivência coletiva, aos mais individuais, de posturas e atitudes pessoais. Contudo,

¹⁸ COMPARATO, Fábio Konder. *A nova cidadania*. Lua nova. p. 85-196

era a assembléia de cidadãos que detinha o poder de definir as normas a serem seguidas. O cidadão era um guerreiro, podendo a cidade dispor de sua vida e de sua morte, mas era a assembléia de cidadãos que decidia sobre a guerra e a paz.

Subordinado ao Estado no conjunto da sua vida, esse cidadão é absolutamente livre para manifestar suas opiniões. A identidade articulada nessa sociedade é de um sujeito sobretudo vinculado à sua *polis*, ou seja, ao Estado.

Com a decadência da sociedade clássica, essa noção de participação do conjunto dos indivíduos de uma sociedade nas deliberações do Estado é suprimida da sociedade ocidental. Na era medieval são abandonadas as idéias de direitos político dos plebeus e as questões de Estado passam a ser privilégio de alguns homens atribuídos de títulos de nobreza e particularmente aos monarcas, legitimados por um poder espiritual.

Quando, no alvorecer da era moderna, novos pensadores iluminam o mundo ocidental com as idéias de liberdade individual, recoloca-se à sociedade ocidental a idéia de cidadania, de participação da sociedade nas questões de Estado. Ainda assim, os valores políticos que baseiam a noção de cidadania da era moderna são absolutamente outros daqueles existentes na antigüidade.²⁰

Movidos pelas transformações sócio-econômicas provocadas pelo capitalismo, os indivíduos passam a reivindicar uma nova ordem de direitos. Esses direitos, porém, estão pautados pela idéia de liberdade não tanto política, mas econômica e social.

Para a burguesia como classe socialmente emergente e para a sociedade que ela está preocupada em fundar, não interessa a participação na coisa pública de forma tão ampla como fora na sociedade antiga.

¹⁹ COMPARATO, Fábio Konder. *A nova cidadania*. Lua nova. p. 85-196.p. 87.

²⁰ Sobre a crise das relações políticas feudais e a emergência do Estado moderno. ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 1985. Sobre os pensadores iluministas e suas implicações para a formação da cidadania moderna FERREIRA, Nilda. **Cidadania**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

O interesse fundamental é antes o da absoluta liberdade do indivíduo frente ao Estado, para que esse possa realizar as trocas comerciais sem os entraves da ordem feudal. Procura-se mais a liberdade individual frente ao Estado do que a gestão dos negócios públicos.

Como aponta Comparato:

“No mundo moderno, ao contrário (do antigo), a liberdade consiste não em participar da gestão da coisa pública, mas em não ser molestado abusivamente pelo Estado na vida privada.”²¹

O cidadão visualizado na perspectiva moderna possui uma identidade diferente daquela formulada na antigüidade. Cidadão não é mais o sujeito que participa dos debates da *Ágora*. Antes é um indivíduo livre que não pode ser *abusivamente molestado* pelo Estado.

Coube aos pensadores clássicos do jusnaturalismo a elaboração das justificativas filosóficas que levam ao reconhecimento dessa liberdade moderna baseada no princípio da igualdade humana.

Propondo a existência de uma igualdade humana básica em um tempo imemorial do *Estado de natureza*, esses pensadores afirmam que as desigualdades entre as ordens às quais pertencem os indivíduos, no sistema feudal, são uma perversão da natureza humana.

Essa situação de desigualdade deve, então, ser corrigida pelo estabelecimento de um código de leis que restabeleça o *pacto social*. Esse deve contemplar os valores originais da liberdade humana diante do Estado.

²¹ COMPARATO, Fábio Konder. *A nova cidadania*. Lua nova. p. 85-196 p. 89.

Como observam Quirino e Montes:

*“Assim, sendo um direito natural, a igualdade, só se realiza plenamente quando reconhecida como um direito positivo, ou seja, garantido por um corpo de leis e pela força do Estado.”*²²

Fruto das profundas transformações sócio-econômicas e influenciado por essas idéias jusnaturalistas, forma-se o Estado moderno, pautado não mais pelas leis divinas mas pelas leis humanas.

Portanto, na era moderna não é o Estado, como entidade anterior ao homem, que irá apresentar-se como instância reguladora da sociedade determinando as condições de existência dos indivíduos através de direitos divinos.

Ao contrário, é a própria sociedade, através da sua imaginação criadora, que concebe aquilo que considera devam ser as instâncias de regulamentação das suas relações. Os instrumentos jurídicos são, sim, criações imaginárias que os homens estabelecem como regras formais na vida em comunidade.²³

Contudo, essas representações sociais somente são concretizáveis através de práticas sociais orientadas para esse fim. Concretamente, basta dizer que não foi suficiente a fundação das idéias de liberdade e igualdade humana para que o Estado abandonasse suas leis e estruturas medievais de discriminação estamental diante dos direitos. É a ação concreta dos indivíduos, movidos por essas representações sociais, que institui essa estrutura jurídica pautada pela igualdade diante da lei como regra universal.

²² QUIRINO e MONTES. **Constituições brasileiras e cidadania**. São Paulo, 1987. p.25.

²³ Sobre as instituições jurídico políticas como fruto do pensamento humano ver: CASTORIADIS, Cornélius. **Imaginação criadora**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

Desta forma, entendo que a cidadania não está limitada à questão legal “*pois sua realização não se confunde com a obediência não-crítica às decisões estatais.*”²⁴ No momento em que se imaginam as estruturas jurídicas e, mais ainda, quando essas representações dão lugar à práticas sociais concretas, forma-se, no imaginário social, uma noção de cidadania, um conjunto de princípios que se deseja ver como direitos universais.

Sobre a Revolução Francesa, como marco do processo de formação do Estado moderno e como processo de validação das prerrogativas modernas de cidadania, Rosenfield coloca:

*“Do ponto de vista político, a Revolução Francesa deu forma aos direitos da pessoa, ou seja, realizou, em um certo sentido, os direitos do homem. Posteriormente, os direitos da pessoa foram ampliados para qualquer indivíduo independente de sexo, de cor, de religião, e, portanto, a pessoa se tornou o cidadão no sentido moderno do termo.”*²⁵

Considerando dessa maneira, podemos concluir, como Quirino:

“Tudo isso significa, em termos concretos, que, com relação à questão da cidadania, por mais que certas idéias e valores existam de modo logicamente coerente na cabeça dos filósofos, ou por mais que existam numa sociedade interesses específicos objetivamente identificáveis, tais valores e interesses precisam ainda tornar-se aspirações de grandes massas de homens, transformando-se em reivindicações de direitos, para que estes

²⁴ ROSENFELD. Denis. **Lições de filosofia** política. Porto Alegre: L&PM, 1996. p.79.

possam finalmente chegar a concretizar-se enquanto tais, através da garantia de reconhecimento que lhe conferem as instituições políticas de uma determinada sociedade.”²⁶

Como vemos, a noção de cidadania como um *status* de igualdade perante a lei é uma construção historicamente determinada e comprometida com a construção da sociedade liberal burguesa.

Tendo um caráter revolucionário diante das instituições feudais, o seu estabelecimento e consolidação como idéia hegemônica demonstra o caráter de construção histórica da noção de cidadania.

“A cidadania enquanto dimensão pública da participação dos homens na vida social e política”²⁷, longe de ter um conceito acabado, é uma identidade socialmente construída através de representações e práticas sociais que se diferem ao longo do processo histórico.

1.3. Cidadania: uma identidade social

Cidadania, mais que um conjunto de direitos, é uma identidade social construída a partir de representações e práticas que os sujeitos históricos articulam em suas relações sociais. Além de uma dimensão política, a cidadania comporta uma ordem simbólica que deve ser investigada na dimensão sócio-cultural, pois é aí que encontramos os elementos formadores da identidade social do cidadão.

²⁵ ROSENFELD, Denis. **Lições de filosofia política**. Porto Alegre: L&PM, 1996. p.78.

²⁶ QUIRINO e MONTES. **Constituições brasileiras e cidadania**. São Paulo: Ática, 1987. p.27.

²⁷ QUIRINO e MONTES. **Constituições brasileiras e cidadania**. São Paulo: Ática, 1987. p.26.

Portanto, a cidadania insere-se no interior desta capacidade que toda as sociedades apresentam através da história, enfim, de representar-se nesse universo simbólico que chamamos imaginário social.

A dimensão simbólica que cada sociedade constitui em torno da cidadania é, num duplo sentido, tanto fruto de práticas determinadas quanto impulsionadora de movimentos sociais, pois nela são formulados os valores e comportamentos tidos como legítimos ao cidadão.

O atual debate acadêmico acerca da ciência histórica possibilitou o rompimento da dicotomia imaginário como falso/ciência como verdade. O campo do imaginário, sem dúvida, não pode ser tomado como o próprio real, contudo, ele é construído, com maior ou menor aproximação, a partir das relações sociais vivenciadas no mundo material. O imaginário social nos informa de como os indivíduos percebem a sua sociedade.

Assim, podemos propor que as representações sociais apresentam uma ‘concreta simbologia’ do mundo material. Ou seja, não sendo o próprio mundo material, devem ser tomadas como as legítimas representações que as sociedades constituem de si mesmas.

Para Sandra Jatahy Pesavento o imaginário social:

“Embora seja de natureza distinta daquilo que por hábito chamamos de real, é por seu turno um sistema de idéias-imagens que dá significado à realidade, participando, assim, da sua existência. Logo, o real é, ao mesmo tempo, concretude e representação. Nessa medida, a sociedade é instituída imaginariamente, uma vez que ela se expressa simbolicamente

por um sistema de idéias-imagens que constituem a representação do real.”

28

Não sendo a própria materialidade histórica, o campo do imaginário social, ao ser investigado pelo historiador, não pode ser tomado como fiel reproduzidor da realidade material, mas como elemento simbólico a ela articulado, mantendo, de acordo com o caso, maior ou menor correspondência.

E' preciso, utilizando a metáfora de Pesavento, articular o *texto*, que são as imagens, discursos, símbolos... presentes no campo do imaginário, com o *contexto*, ou seja, a materialidade das relações sócio-econômicas vividas na sociedade em questão, formando uma totalidade histórica.

Assim como Pesavento:

*“Partimos da premissa de que só é possível decifrar a representação através da articulação texto/contexto. [pois] não se pode abandonar a idéia da totalidade para estabelecer a compreensão de um texto.”*²⁹

Pensando dessa maneira, é possível resgatar o campo do simbólico como espaço da ação humana e, como tal, pertinente ao estudo histórico. Esse olhar historiográfico, porém, não trata o simbólico como imagem fiel da realidade social. Sendo a forma como os sujeitos históricos percebem-se, o simbólico é uma dimensão da realidade cujo

²⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo. V.15, n.29. p. 9-27, 1995. p. 16.

²⁹ PESAVENTO. *Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo. V.15, n.29 p. 9-27, 1995. p. 17-18.

significado é encontrado não na direta correspondência com o real, mas na forma como o interpreta.

Para Bronislaw Baczko a imaginação social é um aspecto significativo da sociedade. É através dela que as sociedades se percebem, elaboram uma imagem de si próprias e atribuem identidades sociais a seus membros.

“E’ assim que, através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição de papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de ‘bom comportamento’, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do ‘chefe’, o ‘bom súdito’, o ‘guerreiro corajoso’, etc.”³⁰

Como vemos, é no campo do imaginário que as estruturas sociais informam aos sujeitos históricos de seus papéis na sociedade, incorporando ou excluindo os indivíduos e grupos sociais às estruturas sociais. Podemos, assim, considerar que dentro do imaginário são travados combates pela legitimação de representações sociais que justificam uma dada ordem social.

Roger Chartier também aponta as representações sociais como formadoras de entendimentos do mundo que, adotados pelos grupos sociais, lhes conferem uma dada identidade social. Através das representações coletivas é possível entender como, dentro de uma sociedade, se constituem diferentes leituras do mundo; como essas leituras

³⁰ BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. IN: ENCICLOPÉDIA Einaudi, Vol.5, ANTROPOS, 1982. p.409.

representam e incorporam socialmente os diferentes grupos; e, assim, legitimam e reproduzem relações sociais.

O que está aqui colocado é a força das representações na construção de identidades sociais e, por isso, na definição dos papéis sociais dos indivíduos. Em decorrência é possível afirmar que os diferentes grupos sociais disputam pela construção de representações que, fazendo leituras particulares do mundo, concebam para si e para os outros grupos, identidades sociais que atendam a seus interesses.

Como Chartier aponta, a relação entre representação, identidade social e mundo material:

“Pensa a construção das identidades sociais como resultado sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou resistência, que cada comunidade produz de si mesma.”³¹

Ou ainda como coloca Baczko:

*“Com efeito, o imaginário social **informa** acerca da realidade, ao mesmo tempo que constitui um apelo à ação, um apelo a comportar-se de determinada maneira. Esquema de interpretação mas também de valorização, o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua interiorização pelos*

³¹ CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Estudos Avançados. São Paulo. v.5, n.11. p.173-191. p. 183.

indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em casos de necessidade, arrastando os indivíduos para uma ação comum.”³²

Podemos afirmar, então, que o poder, no interior das sociedades, só se estabelece no momento em que é coletivamente reconhecido; esse reconhecimento, sem dúvida, passa pela instância das representações sociais, ou ainda, pela construção de um imaginário social que estabeleça esse poder como legítimo.

Como afirma Baczko:

“Qualquer sociedade precisa de imaginar e inventar a legitimidade que atribui ao poder.(...) Ora, na legitimação de um poder, as circunstâncias e os acontecimentos que estão na sua origem contam tanto, ou menos, do que o imaginário a que dão nascimento e de que o poder estabelecido se apropria.”³³

Como momento de legitimação social as representações se mostram um espaço de disputa entre os diferentes grupos com o intuito de tornar legítima a sua visão de mundo. Estabelecida essa dominância, o campo simbólico atua como um campo de exercício do poder. Um poder que não coage fisicamente, mas constrói no interior dos indivíduos os valores necessários à manutenção das estruturas sociais, justificando determinadas práticas sociais em detrimento de outras.

³² BACZKO. Imaginação Social. IN: ENCICLOPÉDIA Einaudi, Vol.5, ANTROPOS, 1982. p.411.(grifo do autor)

³³ BACZKO. Imaginação Social. IN: ENCICLOPÉDIA Einaudi, Vol.5, ANTROPOS, 1982. p. 410.

São as representações que cada sociedade, ou grupo social, cria para identificar a si, e ao mundo material, que dão unidade à coletividade, formando, assim, as ligações simbólicas dos grupos identitários.

Sendo construtor das identidades dos diferentes grupos da sociedade, o imaginário social, no momento que *informa* a visão que cada indivíduo tem de si e de seu grupo, é um poderoso dinamizador das práticas sociais.

Não estando totalmente desvinculadas das relações sócio-econômicas em vigor na sociedade, as representações sociais compõem uma das dimensões do social que interferem no posicionamento político dos indivíduos. Ações tanto de submissão social como de contestação estão pautadas por representações que os indivíduos internalizam como legítimas à sua identidade social.

Por conseqüência, a cidadania, como dimensão social, traz em si forte carga de poder, pois, informando a identidade do cidadão com tais ou quais prerrogativas, está delimitando a própria área de ação política dos indivíduos.

É no campo do simbólico que os sujeitos históricos vão identificar-se como cidadãos. Aí eles formulam justificativas para reivindicar determinado valor como direito universal legitimado pelo Estado, exigindo que outros grupos sociais também o reconheçam.

Vemos, com isso, que a noção do que seja cidadania não comporta uma única definição. Cada sociedade formula no campo simbólico a sua representação para a identidade de cidadão.

Podemos até propor que os diferentes grupos sociais e políticos existentes no interior de uma mesma sociedade estão interessados em definir, também, distintas identidades para o cidadão. Pois definir essa identidade significa estabelecer quais as representações e práticas sociais serão legítimas para o exercício da cidadania.

Essa disputa passa pelo uso de mecanismos formais mas não se limita a esses. Existe um campo exterior as instituições políticas onde se exerce uma *cidadania informal*. As práticas e representações sociais dessa cidadania, como campo simbólico, estão pautadas mais pela identidade social do cidadão que pelas prerrogativas legais.

A cidadania, antes de definições jurídicas dos direitos e deveres, é uma identidade social formada a partir de representações e práticas. A busca dessa dimensão simbólica da cidadania no interior da sociedade nos dirá das potencialidades e limites da ação política dos indivíduos. Nos dirá das possibilidades de exercício da cidadania no interior desta sociedade.

[CdPeH1] Comentário: bibliografia citada:
ANDERSON, Perry. *Estrutura e sujeito*. In: **A crise da crise do marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.37-64.
BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. (fotocópia).
BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.
CARVALHO José Murilo de, **Construção de Cidadania em el Brasil**.
CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Estudos Avançados. São Paulo. v.5, n.11. p.173-191.
CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. São Paulo: DIFEL, 1990.
CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
COELHO, Lígia. *Sobre o conceito de cidadania*
COMPARATO, Fábio Conder. *A nova cidadania*. Lua nova
DALLARI. **O que são direitos da pessoa**.
DEMO, Pedro **Cidadania Tutelada e cidadania assistida**.
FERREIRA, Nilda. **Cidadania: uma questão para a educação**
HELLER, Agnes. Indivíduo e comunidade: uma contraposição real ou aparente? In: **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985. p.65-85.
HOBSBAWM, Eric. A contribuição de Karl Marx para a historiografia. In: BLACKBURN, Robin (org.). **Ideologia na ciência social**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.p. 244-261.
HUNT, Lynn. **A nova História cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense,
MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p.76
NORBERTO, Bobbio. **Gramsci e a concepção da sociedade civil**. In: **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
PESAVENTO, Sandra Jatthy. *Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo. V.15, n.29 p. 9-27, 1995.
QUIRINO e MONTES. **Constituições brasileiras e cidadania**
ROSENFELD, Denis. **Lições de filosofia política**.

2. Porto Alegre na chegada da República

Sendo capital da província, desde muito Porto Alegre concentra as atividades políticas da região. Nela residem muitos dos empregados do Estado e parcela significativa da alta burocracia civil e militar. Juntamente a essa característica de centro administrativo, a cidade desenvolve significativa rede de serviços. Conta com uma gama de profissionais liberais, advogados, médicos e comerciantes que formam uma expressiva classe média urbana.³⁴

Também existe uma expressiva população negra que, mesmo após a Lei Áurea, permanece na cidade como prestadora de serviços menos qualificados, juntamente com os imigrantes pobres. Esses personagens formam os setores marginalizados da sociedade.³⁵

Por conseguinte a cidade conta, nas duas últimas décadas do século XIX, com uma população heterogênea e misturada num tecido urbano que se estende por pouco além da península onde tivera início.

Em função da centralidade administrativa, a cidade de Porto Alegre torna-se um referencial político para o Estado.³⁶ É a partir dela que o movimento republicano se organiza e se expande. Em Porto Alegre é fundado o *Clube Republicano* em 1878 e o

³⁴ Sobre a história da formação de Porto Alegre sugiro as leituras de: MACEDO, Francisco Riopardense de: **História de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 1993. SPALDING, Walter: **Pequena história de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1967. Para levantamento bibliográfico existe: **O que ler para conhecer Porto Alegre**. FELIZARDO, Zoleva Carvalho e VILLANOVA, Isolda Michelena. Porto Alegre: Ed. UFRGS/ PMPA, 1991; **Porto Alegre: dissertações e teses**. Porto Alegre: PMPA, 1996. Como obra de consulta é insubstituível FRANCO, **Porto Alegre: guia histórico**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1988.

³⁵ Sobre a formação do mercado de trabalho livre na cidade ver: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A emergência dos sulbateros**. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 1989.

³⁶ O eixo Rio Grande - Pelotas, que durante o período colonial foi o detentor da hegemonia econômica no Estado, perde espaço progressivamente para Porto Alegre nas últimas décadas do século XIX como mostra SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Ed. Nacional, 1977. p.141-198 .

Partido Republicano Riograndense (PRR) em 1882. Dois anos mais tarde é fundado o jornal *A Federação*, órgão doutrinário e de propaganda do PRR.³⁷

Centro administrativo e foco de agitação republicana do PRR, em Porto Alegre se estabelecem, durante o Governo Provisório, os principais acontecimentos das disputas políticas pelo controle do aparato estatal. É na capital, portanto, que melhor pode-se observar as lutas sociais pela definição dos espaços políticos do novo regime. Nas práticas sociais desenvolvidas na cidade é que podemos perceber as manifestações de exercício da cidadania.

Mas na transição para a República Porto Alegre passa por significativas transformações sócio-econômicas. Essas mudanças estruturais afetam sobremaneira tanto o cenário como os personagens envolvidos na vida urbana. Como o restante do país, Porto Alegre vive, nas duas últimas décadas do século XIX, o agravamento da crise do escravismo e o primeiro surto industrial, com a peculiaridade de uma economia regional.³⁸

A República chega, assim, numa Porto Alegre que estreita relações econômicas e sociais com a região colonial, assumindo novas atividades, incorporando novos personagens e redefinindo sua identidade.

³⁷ Sobre o Partido Republicano Riograndense, formação e ação política no Estado, sigo: PINTO, Celi Regina Jardim. **Positivismo: um projeto político alternativo**. Porto Alegre: L&PM, 1986. TRINDADE, Helgio. *Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937)* IN: **RS: Economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989 p.119-192. Ver também PICCOLO, Helga Iracema Landigraf. **Vida política no século 19: da descolonização ao movimento republicano**. Porto Alegre; Ed. UFRGS, 1992.

³⁸ Sobre o Rio Grande do Sul na transição para a República, a internalização do sistema capitalista e a particularidade regional ver: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre; Mercado Aberto, 1980. PESAVENTO. **O Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 1991. p.141-198. Sobre a história social de Porto Alegre no período sugiro a coletânea **Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade**. Porto Alegre/ Canoas/ São Leopoldo: Ed. UFRGS/ Ed. ULBRA/ Ed. UNISINOS, 1994. MAUCH, Claudia. **Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890**. Dissertação de mestrado PPG-História/UFRGS, 1992. Pesquisa de fotos, caricaturas e textos da época que ilustram essas transformações está publicado em: PESAVENTO, **República: verso e reverso**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1989.

Cabe-nos, portanto, ver como esse processo de transformação urbana está se processando para que possamos dimensionar as práticas e representações sociais sobre a cidadania que se desenvolvem dentro desse um espaço urbano.

2.1. A cidade que se dinamiza

Tendo sido o porto de entrada para os imigrantes alemães e italianos que chegam ao Estado a partir de 1824, a cidade torna-se também o porto de saída da produção da zona colonial, quando essa começa a produzir um excedente exportável.

A construção da estrada de ferro Porto Alegre - São Leopoldo (trecho concluído em 1874) somente consolida a estreita ligação econômica já existente entre a zona colonial e a capital, afirmando a vocação comercial de Porto Alegre .

É do aprofundamento dessa atividade comercial que acumulam-se na cidade capitais capazes de financiar as primeiras manufaturas. Com estabelecimentos produzindo em diferentes ramos, essas primeiras indústrias de Porto Alegre estão voltadas para substituir parte das importações que abastecem o mercado regional, particularmente, a própria região colonial, de produtos manufaturados.

Como aponta Singer:

“Em 1890 contava Porto Alegre com 9 fábricas de cerveja, 7 de sabão e velas, 18 de charutos e cigarros, 6 de chapéus, 6 de banha, 51 de calçados, 62 olarias, 6 armadores, 6 refinarias de açúcar, 5 curtumes, etc.(...) Em 1891, como vimos, adquire a metalúrgica de Berta caráter

*industrial(...).Em 1891 ainda, instalou-se a Cia. de Fiação e tecidos Porto Alegre.*³⁹

Esse surto industrial passa a alterar a população da cidade pois proporciona o surgimento de novos personagens citadinos. Somam-se aos habitantes da velha vila colonial os grandes capitalistas, proprietários das grandes casas de comércio e das manufaturas, e seus empregados e operários que trabalham nesses estabelecimentos.

Em Porto Alegre tanto os industriais e grandes comerciantes como os grosso dos empregados da indústria e do comércio são de origem imigrante. São, sobretudo, alemães e italianos que acumularam capitais na zona colonial e o reinvestem na cidade, contratando, como empregados desses estabelecimentos, imigrantes e seus descendentes.⁴⁰

Esses personagens vão estabelecer novos laços sociais no interior da cidade. Os operários de origem imigrante trazem consigo uma tradição cultural associativa. Por eles são fundadas diversas associações de grupos étnicos e profissionais para auxílio mútuo, formando-se uma rede de solidariedade nos limites urbanos.

As famílias burguesas de origem colonial não agem de forma diferente. Eles participam das entidades assistenciais de caráter étnico, mas também procuram diferenciar-se socialmente através de práticas sociais distintas e da fundação de entidades de recreio com acesso selecionado.⁴¹

³⁹ SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.p.171-172.

⁴⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **RS: agropecuária colonial & industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

⁴¹ Sobre a industrialização de Porto Alegre: PESAVENTO, **A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Ed. Nacional, 1977. Quanto à imigração e sua inserção social e econômica no Estado, ver: **RS: imigração & colonização**. Aldair Marli Lando (et al.). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. Acerca da formação do mercado de trabalho em Porto Alegre nas últimas décadas do século XIX e a emergência desses personagens, ver

Segundo o censo populacional de 1890 Porto Alegre conta, então, com uma população total de 52.421 habitantes. Nesse levantamento censitário a população apresenta uma proporção de 69.5% de brancos para um total de 30.5% de negros, mestiços e caboclos. Esse índice baixo da população negra, estranho ao contexto brasileiro, deve, em muito, ser atribuído à crescente migração da zona colonial para a cidade.

TABELA 1
 Quadro da população de Porto Alegre pelo
 recenseamento de 31 de dezembro de 1890.⁴²

	homens	mulheres	total	%
brancos	18.761	17.672	36.433	69.5
pretos	3.130	3.415	6.545	12.5
caboclos	436	349	785	1.5
mestiços	4.082	4.576	8.658	16.5
total	26.409	26.012	52.421	100

O crescimento econômico e populacional que é vivido por Porto Alegre nas duas últimas décadas do século XIX também exige a ocupação urbana de novas áreas. O Centro da cidade já não comporta a turba que se mistura e se aperta nas ruas e becos. Assim, o centro tem sua forma de ocupação progressivamente transformada, ao passo que na periferia a cidade expande-se em arrabaldes e dividi-se socialmente.

PESAVENTO. **Emergência dos subalternos**. Porto Alegre: Ed. UFRGS/ FAPERGS, 1989. Ver também fotografia 1 e 2.

⁴² **Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação e analfabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1890**. Rio de Janeiro: oficina da estatística, 1898. Os dados desse censo

Nas estreitas ruas do centro da cidade coexistem características da velha rua colonial ao lado de elementos arquitetônicos modernos. São elementos antigos como o calçamentos de pedra irregular que apresentam no centro uma vala para escoamento das águas e nas calçadas os velhos ‘frades’ de amarrar cavalos, ao lado de elementos modernos como a praça arborizada, com passeios e quiosques para o lazer dos cidadãos.

Nesse momento, no centro da cidade, estão sendo construídos os prédios assobradados que mesclam casa comercial no térreo com residência familiar no piso superior. Junto com a construção de mansões para a burguesia, velhos casarões são sublocados, dando origem aos cortiços onde moram os pobres da cidade.

Mas também a periferia da cidade se amplia. Na planta de 1888 percebem-se os arraiais do Menino Deus, de São Miguel, São Manuel e Navegantes. Esse último, junto ao Guaíba e atravessado pela estrada de ferro para as colônias, trona-se o bairro operário e industrial por excelência da cidade.⁴³

Nele é que instalam-se, particularmente a partir de 1890, várias indústrias, sendo, no entorno destas, construídas residências operárias muitas vezes providenciadas pelo próprio patrão industrial.⁴⁴

Noutros pontos da cidade propriedades rurais são cortadas por ruas e vendidas em lotes. Esses primeiros loteamentos urbanos, como o caso do Arraial da Glória, aberto em 1890, não apresentavam qualquer melhoria urbana que a própria rua aberta em meio ao campo.⁴⁵

demográfico são criticados pela metodologia utilizada, contudo, são os únicos disponíveis e aqui nos servem como aproximação do fenômeno demográfico sem a preocupação de tê-los como exatos.

⁴³ Ver mapa 1.

⁴⁴ Sobre as relações clientelistas e de controle social do operariado, ver PESAVENTO. **A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. P.80. Sobre a formação desses arrabaldes ver FRANCO, **Porto Alegre: guia histórico**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1988. p. 289-290.

⁴⁵ BARCELOS, Jorge Alberto Soares, RIELLA, Carlos/ e/ PACHECO, Ricardo de Aguiar. **A Grande Glória**. Porto Alegre: UE/ Porto Alegre, 1995. (Memória dos Bairros).

Reflexo da necessidade de lotes que sirvam de moradia para a crescente população urbana, esses arruamentos são mais uma oportunidade de investimento de capitais, mostrando o dinamismo da economia urbana vivido no período.⁴⁶

Deste contexto, podemos perceber que na cidade de Porto Alegre as transformações sócio-econômicas do período de transição para a República estão definindo um outro tipo de urbanidade. São exigidos novos serviços e equipamentos urbanos, articuladas novas práticas e redefinidos os espaços sociais.

Juntamente com a ampliação do espaço urbano, processa-se a divisão social dos territórios da cidade. A parte alta, eixo formado pelas ruas Duque de Caxias e Independência torna-se, progressivamente, a zona nobre habitada pelos afortunados da ‘urbe’. Nessa zona central são executadas as primeiras melhorias urbanas da cidade.

Já nas zonas baixas da encosta do morro que desce para a Praia do Riacho, assim como nos arrabaldes, distantes dos serviços urbanos, ficam as habitações mais humildes e os cortiços destinados à habitação popular.⁴⁷

Como vemos nas fotografias da época, os lugares da cidade não são igualmente valorizados. Habitar na parte alta do centro de Porto Alegre tem um significado social diferente de residir nos arrabaldes. Trata-se de habitar a cidade moderna ou a cidade velha. A urbe equipada e higiênica ou a vila desordenada.⁴⁸

Ainda nas últimas décadas do Império, a cidade passa a oferecer alguns serviços urbanos como o encanamento de água (1861), o serviço de bonde (1864) e a iluminação a gás de logradouros públicos (1874).⁴⁹

⁴⁶ Sobre a especulação urbana nesse momento ver: PESAVENTO, **Os pobres da cidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994. “a organização do espaço urbano oferecia à burguesia emergente novas oportunidades de investimento de capitais.” p.97.

⁴⁷ Sobre a divisão social do espaço urbano no período ver: PESAVENTO. **Os pobres da cidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994.

⁴⁸ ver fotografia 3, 4 e 5.

⁴⁹ Descrição mais detalhada da evolução dos serviços urbanos em Porto Alegre é oferecido por: SPALDING, Walter: **Pequena história de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1967 p.135-148.

Timidamente esses equipamentos urbanos trazem à luz o crescimento da cidade. Dão concretude às mudanças que ela vivencia e que melhor serão definidas no começo do período republicano e mesmo ao longo das primeiras décadas do século XX.

Em 1889 a cidade de Porto Alegre conta com linhas de bonde de tração animal - chamadas maxambombas - que servem os arrabaldes dos Navegantes, Menino Deus, Glória, Teresópolis e Partenon, além de linhas pela Independência e Floresta. O que garante o transporte público de praticamente todas as áreas urbanizadas.

Como mostram as caricaturas da época, esses serviços são constantemente criticados pela sua precariedade. Apesar disso são exigidos intensamente, haja visto serem imprescindíveis à população da cidade em crescimento cada vez maior.⁵⁰

Esse serviço de transporte confere à população urbana uma maior mobilidade no interior da cidade. Assim, com relativa facilidade, é possível deslocar-se dos arrabaldes ao centro da cidade, tanto para o trabalho diário como para passear ou participar de eventos públicos.

O fornecimento de água encanada, sem tratamento, é responsabilidade de duas empresas privadas e abarca apenas a região central. Para atender as residências onde a rede não chega, subsistem os *aguateiros*, que a vendem em pipas diretamente nas residências.⁵¹

Quanto à parcela da população que não pode pagar pela água, ainda se abastece nas muitas fontes, públicas ou privadas, que brotam do morro de pedra (sobre o qual se

Percebendo a ironia com que se tratava a precariedade desses serviços ver a pesquisa que muito ilustra muito bem essa descrição: PESAVENTO. **Porto Alegre caricata: a imagem conta a história**. Porto Alegre: UE/Secretaria Municipal da Cultura, 1993. p.75-86. Uma análise das transformações urbanas em Porto Alegre e suas implicações sociais já na década de 1920 é: MONTEIRO, Charles. **Urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

⁵⁰ Sobre o serviço de bondes, ver PESAVENTO, S. J. **Porto Alegre caricata: a imagem conta a história**. Porto Alegre: UE/Secretaria Municipal da Cultura, 1993. Ver também: fotografia 6 e 7

⁵¹ Ver fotografia 7.

formou o centro da cidade), como a que se acha atrás do Teatro São Pedro, ou dos diversos chafarizes colocados nas praças para esse fim.

Produto precioso no meio urbano, a água ainda é o principal motivo da existência de logradouros públicos como as praças. Nestes locais as fontes ainda ocupam lugar de destaque pois apenas se começa a conhecer a função de lazer e recreação das praças públicas.

“Porto Alegre, ao ser proclamada a República, possuía grande quantidade de chafarizes artísticos que tinham duas finalidades: enfeitar e fornecer água à população. Havia o da praça da Harmonia, fabricado na França; o da Praça D. Pedro II, de Mármore(...) Havia ainda o da Praça Conde d’Eu (XV de Novembro) de ferro, representando um guri urinando, imitando o famoso chafariz belga(...) E mais os da Praça da Alfândega e da Praça do Portão(...)”⁵²

Porto Alegre, sem dúvida, já é uma cidade iluminada. Os 500 combustores a gás instalados pelas ruas e praças centrais da cidade, em substituição aos lampiões a querosene, somados aos lampiões que diversas casas particulares e comerciais mantinham acesos em suas fachadas, a iluminação pública proporciona a cidade uma luz noturna que encanta os cidadãos.

Isso exerce um verdadeiro fascínio na população urbana. As luzes acesas tornam-se um espetáculo público que se assiste em deslumbramento. Em dia de festa é indispensável a iluminação das ruas e edifícios, um grande atrativo para a população sair à rua, posto que iluminar a cidade permite utilizá-la à noite.

⁵² SPALDING, Walter: **Pequena história de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1967. p.145.

2.2. Quando tudo muda nem os nomes permanecem no lugar

A rua sempre foi ocupada pela população urbana de diferentes formas e com funções distintas. Deixando de ser uma extensão do lar, a rua moderna se torna espaço de vivência coletiva, de uma vida pública que lentamente se distingue da vida privada.

A rua da urbe burguesa na qual Porto Alegre transforma-se no momento da transição para a República, é um mundo povoado de símbolos e comportamentos, através dos quais os indivíduos assumem posições e papéis sociais distintos.⁵³

Está, pois, em processo, a definição de um novo ordenamento social que corresponda à transformação sócio-econômica provocada pelo modo de vida capitalista que internaliza-se no país e na cidade.

Como argumenta Pesavento sobre esse processo, a rua de Porto Alegre no final do século XIX ainda é um local onde os diferentes grupos sociais que habitam a cidade se cruzam e se afetam:

“A rua do mundo que se transforma sob o impacto do capitalismo se povoa de atores sociais específicos, alguns novos e outros nem tanto, mas que por ela transitam, numa mélangue caótica: o povo, a multidão, a burguesia, o proletário. A rica senhora que desfila o seu traje de passeio passa rente ao biscateiro que vende qualquer coisa; beatas na busca da missa ombreiam com operários no caminho do trabalho; gordos e bem sucedidos comerciantes cruzam com apressados caixeiros de lojas. Pois até mesmo os negros fujões da senzala não foram progressivamente

abandonando o abrigo do quilombo para buscarem o refúgio na cidade, perdendo-se no anonimato da multidão?”⁵⁴

Espaço habitado por atores sociais tão distintos, a rua é palco para diferentes atos públicos. São as festas religiosas, como as festas do Divino ou a lavagem da escadaria da Igreja das Dores, os cortejos fúnebres ou a procissão dos navegantes; mas são também as festas pagãs, como o entrudo e o carnaval que mobilizam a população tomando a rua como cenário.⁵⁵

Da mesma forma, nas calçadas junto aos cafés, livrarias ou redações dos jornais, a rua é espaço para o debate, para a pregação e divulgação de idéias políticas, local para se tecer comentários acerca dos últimos acontecimentos. Nas ruas são realizadas festas cívicas de comemoração das efemérides e também as manifestações políticas de apoio ou de desgosto aos governantes.⁵⁶

A rua é um espaço ocupado pelos personagens urbanos de forma a dar vazão às suas necessidades de interação social. A religiosidade, a diversão, o político, o convívio ou conflito social; tudo isso passa pela rua juntamente com seus freqüentadores.

A rua é, assim, um espaço de enfrentamento simbólico. Local onde se exercem práticas e se definem as representações que distinguem socialmente os seus freqüentadores. A rua é local de ‘performance’ e de legitimação dessas identidades sociais que procuram se afirmar socialmente.

⁵³ Sobre o sentimento de modernidade, o saber-se em um mundo em transformação, ver: BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

⁵⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O espetáculo da rua**. Ed.UFRGS/PMPA, 1992. p.9

⁵⁵ Para se ter um imagem da mobilização popular em torno das festas de rua, ver gravuras 1 e 2.

⁵⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O espetáculo da rua**. Ed.UFRGS/PMPA, 1992. Tratando da rua durante a *Belle Époque*, essa obra aborda a transformação estrutural e funcional a partir de textos da época e de uma rica pesquisa fotográfica que em muito ilustra as cenas que aqui procuro descrever.

Campo de disputa simbólica pela definição de identidades, na rua se estabelecem estruturas de dominação social que, como lembra Chartier, não são de menor valor para o entendimento da sociedade que as relações econômicas, pois:

*“As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõem, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.”*⁵⁷

Os republicanos gaúchos, por sua forte inspiração positivista, sempre foram cientes da importância dos elementos simbólicos em uma sociedade. Ao longo de sua pregação republicana foram grandes construtores de frases de efeito, na proclamação foram produtores de muitas imagens simbólicas para a República e, nos primeiros tempos do regime, erigiram monumentos carregados de imagens metafóricas e doutrinadoras de seus ideais.⁵⁸

Justamente por isso, entre os primeiros atos do Governo Provisório em Porto Alegre, então a cargo dos militantes republicanos, esteve a troca dos nomes das ruas que faziam referência ao regime monárquico por outros ligados à República e seus proclamadores.

Como mostra a ata da Câmara Municipal:

“Sob proposta dos Srs. Vereadores Felicíssimo, Bebiano e Costa, resolveu a câmara, substituir os nomes das seguintes praças e ruas pelas

⁵⁷ CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre prática e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990. p.17.

denominações que seguem: Praça Pedro II, para Praça Marechal Deodoro - ; Praça e Rua Conde D' Eu, para - Praça 15 de novembro -; Rua Imperatriz, para Rua Venâncio Aires -; Rua D. Isabel, para - Rua Demétrio Ribeiro -; Rua Imperador, para - Rua República -; Rua Imperial, para Benjamin Constante.”⁵⁹

Assim, a cidade, outrora *mui leal e valorosa* ao Império, procura converter-se rapidamente ao republicanismo. Os lugares que antes lembravam à população a existência de um imperador, uma imperatriz e um príncipe, passam a homenagear o proclamador da República, o novo regime, ou a data gloriosa da queda da monarquia.

Dessa forma, no centro da cidade, a Praça Dom Pedro II, que ganhara esse nome em homenagem à visita do Imperador por ocasião da Guerra do Paraguai, passa a chamar-se nada menos que Praça Mal. Deodoro da Fonseca, o proclamador e chefe supremo da República, enquanto que junto ao mercado municipal a Praça Conde D'Eu, esposo da princesa herdeira, é nomeada Praça XV de Novembro, data da proclamação do novo regime.

Também na Cidade Baixa a Rua do Imperador é tornada não menos que a Rua da República, a grande ‘personagem’ dos novos tempos, ao passo que a Rua da Imperatriz recebe o nome de Venâncio Aires, propagandista e primeiro diretor do jornal republicano *A Federação*.

O ilustre historiador da cidade, Riopardense de Macedo, sem apresentar suas fontes, afirma que na noite do dia 15 “*o povo saiu às ruas arrancando placas que evocavam o império e substituindo-as por novas, representativas do novo regime*” e

⁵⁸ Sobre o uso de símbolos pelos republicanos positivistas para a cooptação dos corações e mentes dos brasileiros para a República, ver: CARVALHO, José Murilo de. **A formação da alma**. São Paulo: Cia das Letras, 1990. Cap. 6.

que a junta municipal nada mais fez que homologar essa iniciativa, essa demonstração de apreço pelo novo regime.⁶⁰

O importante é que nos anos de transição para a República a *rua* em Porto Alegre está em profunda agitação. É a dinamização econômica que faz de Porto Alegre local de novas atividades e negócios. É a diversificação social trazida para a cidade pelos novos habitantes com suas práticas sociais diferenciadas. É a mudança política com a construção e consolidação das novas instituições. A troca dos nomes das ruas vem apenas dar forma a essas mudanças, procura estabelecer uma outra identidade para a cidade.

2.3. A disputa política regional

Mas não podemos esquecer das peculiaridades da disputa política regional. O período entre 1889 - Proclamação da República - e 1898 - início do governo Borges de Medeiros - é apresentado por Helgio Trindade como um momento de consolidação, não só do regime republicano, mas também do PRR como partido hegemônico no Rio Grande do Sul.⁶¹

Ainda segundo esse autor, a República Velha gaúcha é caracterizada pela existência de duas famílias políticas bem definidas - os “conservadores-liberais” e os “conservadores-autoritários” - que disputam entre si o poder estadual.

Costa Franco aponta, na biografia de Júlio de Castilhos, a ocorrência de diversos momentos de conflito vividos entre o PRR e as suas oposições. Nesses extrapolam-se os

⁵⁹ Livro de Atas da Câmara Municipal de Porto Alegre. Ata de 11 de dezembro de 1889.

⁶⁰ MACEDO, Riopardense de. **História de Porto Alegre**. Porto Alegre: EdUFRGS, 1993. p.80.

⁶¹ TRINDADE, Helgio. *Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882 - 1937)*. In: DACANAL e GONZAGA (Org.). **RS: Economia e política**. -2ª ed. - Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. p.119-192.

limites das instâncias político institucionais e são mobilizadas parcelas significativas da sociedade para definir-se a disputa política.⁶²

Balizando a descrição desses acontecimentos na figura, seguramente central, do presidente do Partido Republicano, esse autor apenas menciona a presença dos setores populares nos diferentes momentos de definições desse período de construção do Estado republicano.

Celi Pinto, salientando a particularidade dessa disputa política regional, aponta:

*“O PRR, sem o apoio da elite pecuária tradicional, tinha de buscá-lo exatamente nestas populações, que nos outros Estados eram abandonadas. Longe estaríamos da verdade histórica se afirmássemos que o PRR construiu um discurso popular, mas, por outro lado, se não popular, foi intrinsecamente não-oligárquico.”*⁶³

Nessa análise, são salientadas as diferenças estruturais da disputa política no Estado. Estando no poder mais pelas conjuntura política nacional que por méritos próprios, o PRR, nesse momento, tem pouca legitimidade no Estado para exercício do mando político.

Segundo Sandra Pesavento, colocou-se ao PRR a condição de representar as necessidades político-econômicas dos grupos sociais emergentes - não só a burguesia mas também o proletariado - de forma a cooptá-los para a causa republicana.

⁶² FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**. - 3ª ed. - Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1996.

⁶³ PINTO, Celi Regina Jardim. **Positivismo: um projeto político alternativo**. Porto Alegre: L&PM, 1986. p.23

Com isso, o partido procurou ampliar a sua base de sustentação social frente à oposição, que representava os setores tradicionais do Estado. Assim, os agentes urbanos são vistos como aliados em potencial pelos republicanos.⁶⁴

Nesse momento as tradicionais relações sócio-culturais de resistência e subordinação social parecem afrouxar-se. Antigas lealdades políticas pautadas pela estrutura oligárquica são colocadas em xeque. Apontam-se novas formas de participação política para a sociedade e apresentam-se novas lideranças, que colocam em disputa não apenas uma vaga de deputado mas uma poderosa identidade social: a de cidadão.

Sujeito histórico reconhecido pelo Estado como detentores de direitos (e deveres), o perfil do cidadão republicano que é chamado à cena não está socialmente definido. Quem é o cidadão na República que se instala? Qual cidadania está se propondo dentro do novo regime?

⁶⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930)**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. E PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República Velha gaúcha: 'Estado autoritário e economia'* In: **RS: Economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989. p.193-228

⁶⁵ foto 1: operários em frente à fábrica. Indivíduos brancos mostram a preferência da mão de obra imigrante, a dos negros libertos, como trabalhadores das indústrias nas fábricas.

IN: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **República: verso e reverso**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1989.p.47

⁶⁶ foto 2: jovem burguesa com seu traje e sua sombrinha elegantes demonstra que as também moças da cidade não estão isoladas da moda das metrópolis.
IN: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **República: verso e reverso**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1989.p.118

⁶⁷fotos: 3:Habitação popular, o cortiço do centro da cidade, demonstra a precariedade das residências dos setores populares.
IN: PESAVENTO. Sandra Jatahy. **O espetáculo da rua**. Ed.UFRGS/PMPA, 1992.
p.41.

⁶⁸foto 4: Já o casario da Rua independência exibe a opulência das residências dos ricos da cidade.
IN: PESAVENTO. Sandra Jatahy. **O espetáculo da rua**. Ed.UFRGS/PMPA, 1992. p.52

⁶⁹ foto 5: Não muito distante do centro, a periferia da cidade ainda apresenta condições precárias de vida para onde são empurrados setores sociais da cidade.
IN: PESAVENTO. Sandra Jatahy. **O espetáculo da rua**. Ed.UFRGS/PMPA, 1992. p.54

⁷⁰ Foto 6: A garagem das 'maxambomnas' mostra o sserviço de transporte coletivo puxado a burros existente na cidade.
IN: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **República: verso e reverso**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1989. p.76

⁷¹ Foto 7: Aguateiro, o comerciante da água limpa nos locais da cidade que não possuíam abastecimento.
IN: SPALDING, Walter: **Pequena história de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1967. p.153

⁷² Gravura 1: Festa do divino da década de 1880 nos mostra que a população urbana está habituada a utilizar a rua como espaço social de diversão.
IN: SPALDING, Walter: **Pequena história de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1967.p.200

⁷³ Gravura 2: Carnaval da década de 1880, festa paga também rtaz as ruas a população.
SPALDING, Walter: **Pequena história de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Sulina,
1967 p.265

⁷⁴ mapa 1: Porto Alegre e arraiais no final do século XIX, percebemos nessa ilustração como o tecido urbano se expande da península.
IN: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **República: verso e reverso**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1989.p.61

3. O cidadão está nas ruas

O período de instalação do regime republicano não foi nada tranquilo na cidade de Porto Alegre. Entre a data da Proclamação da República -15 de novembro de 1889 - e a promulgação da Constituição Estadual - 14 de julho de 1891 - ocorreram na cidade muitas manifestações sociais em que é possível perceber-se a participação popular.

A quantidade dessas manifestações e a repercussão que elas tiveram na imprensa da cidade nos dão conta de uma intensa agitação social durante o período. Nesse momento, praticamente tudo é motivo para estar-se na rua manifestando agrado ou desagrado com os acontecimentos, isso quando não coexistem no mesmo ato manifestações contrárias e favoráveis.

Assim ocorre com as questões de condução da política nacional ou estadual, como o debate sobre o plano econômico do Encilhamento, mas dão-se também em trono das pequenas coisas, como a chegada à cidade de alguma liderança ilustre da política, a comemoração de uma data cívica ou mesmo o aniversário da República.

E' claro que não podemos ser ingênuos e acreditar na espontaneidade ou autonomia das camadas populares no interior dessas mobilizações. Essas manifestações foram, em sua maioria, articuladas e conduzidas pelos grupos políticos organizados da elite regional.

Contudo, isso não retira da realidade histórica o fato das camadas populares terem motivado-se para participar das manifestações. Houve algum tipo de barganha onde os detentores do poder, ou os que almejavam detê-lo, buscavam oferecer à população um espaço diferenciado do existente no império para o exercício da cidadania.

Numa conjuntura de forte polarização ideológica entre os membros do PRR e a oposição liberal (acrescida de lideranças do Partido Conservador e dos republicanos dissidentes), a mobilização popular ganha uma conotação legitimadora do exercício do poder estatal.⁷⁵

O quadro abaixo faz uma síntese dos atos políticos do período em que pode ser identificada uma presença das camadas populares da cidade. São manifestações públicas, passeatas, comícios, ou mesmo festas cívicas em que se percebe o envolvimento da população urbana com o debate político, com as polêmicas próprias da instalação do regime republicano.

Também ocorrem, nesse período, diversas reuniões de entidades operárias. Através destas organizações setores da população procuram criar espaços para manifestarem seus interesses. Para reivindicação daquilo que julgam sejam seus direitos como cidadãos republicanos.

⁷⁵ Sobre a oposição liberal ver: GUTFREIND, Ieda. **A proclamação da República e a reação liberal através de sua imprensa**. Porto Alegre: PUC/RS, 1979. (Dissertação de mestrado).

O POVO NA RUA (15/nov/1889-14/jul/1991)

ANO	MES	DIA	FATO
	NOV	15 a 18	manifestações de apoio à República
	DEZ	15	paradeio pelo 30º dia da República
1890	JAN		
	FEV		
	MAR	3	manifestações de apoio à renúncia do Min. Demétrio Ribeiro
	ABR	7 a 9	Dia da Abdicação; dia tradicional de festas pela República
		28	manifestação da Liga Agrícola Industrial contra o Encilhamento
	MAI	6 a 13	manifestações de apoio à renúncia coletiva do PRR X Encilhamento
		28	manifestação contra o Encilhamento chamada por entidade operária
	JUN	26	reunião operária para fundar uma entidade
	JUL	6	ato político na chegada de Júlio de Castilhos do Rio
	AGO	2	feita pelo aniversário do Mal. Deodoro da Fonseca
		29	organização da associação municipal de professores
	SET	5	comícios de Demétrio Ribeiro e Barros Cassal
		15	eleição para constituinte federal
		17	fundação do Centro Operário
OUT			
NOV	14 a 16	festas pelo 1º ano da República	
DEZ	22	Assembléia Estadual de professores	
1891	JAN	19	Associação de professores/ fundação Liga Operária
	FEV	26	feita pela promulgação da constituição
	MAR	9	ato político na chegada de JC
		11	ato político na chegada da dissidência
		16	ato político pela posse do Gov. João Abbot
	ABR		
	MAI	5	eleição para Constituinte Estadual
		13	feita pela abolição e pela vitória do PRR nas eleições estaduais
	JUN	15	ato político pela posse do Gov. Júlio de Castilhos

Percebemos por esse quadro que a população porto-alegrense não fica indiferente à Proclamação da República. Ao contrário, existe uma agitação social que nos dá indícios de um envolvimento popular em torno do debate próprio da instalação

do novo regime político. Se fazem presente nessas manifestações os indivíduos que desejam ser reconhecidos pelo Estado como portadores de direitos políticos. Ou antes, aqueles sujeitos que estão construindo para si uma identidade política, que desejam ser socialmente reconhecidas como cidadãos.

Os diferentes atores sociais que estão interessados em interferir nos acontecimentos da vida política republicana estão construindo, no interior dessas manifestações, representações e práticas vinculadas à identidade do cidadão republicano.

Como vimos antes, definir a identidade social significa dizer a sociedade quais as práticas e representações são legítimas no exercício do político. Nesse sentido o imaginário social torna-se um campo de disputa de poder.

Seria por demais desgastante descrever cada um desses acontecimentos para observar as representações que se formulam sobre essa identidade social. Nesse caso, optamos por relatar aqueles acontecimento que consideramos mais expressivos para demonstrar a forma de envolvimento da população citadina com a causa republicana. Aqueles que entendemos como sendo mais significativos para a formação da identidade do cidadão republicano.

Primeiramente, observaremos as comemorações ocorridas logo após a Proclamação para perceber a receptividade que ela obteve de parte da população. Num segundo momento, veremos os acontecimentos de maio de 1890, pois esses acontecimentos de rua com envolvimento popular tiveram papel fundamental na definição das disputas políticas. Nesses dois momentos transparece uma *cidadania informal* que busca brechas por onde expesar-se. Estaremos, nesses dois momentos, falando fundamentalmente de práticas sociais.

Finalmente, analisaremos as formas de organização popular e a participação desses setores nas eleições para os constituintes. Como, na utilização desses espaços formais, são articuladas expectativas sobre os direitos do cidadão republicano. Passaremos, então, a falar basicamente de representações sociais sobre a identidade do cidadão.

Procuramos, na leitura desses acontecimentos, interpretar as práticas sociais exercidas pelos porto-alegrenses que apontam para o exercício da cidadania. Queremos, a partir disto, reconhecer como se articula a identidade de cidadão no cenário político republicano.

Pois, como vimos antes, cidadania não é apenas uma questão formal, de regulamentação de direitos e deveres pelo Estado. Ela é, também, uma identidade socialmente articulada no campo simbólico por práticas e representações muitas vezes exteriores as formalidades políticas.

Para tal, faremos o interrogatório das reportagens publicadas no período, procurando o significado social atribuído aos atos políticos. Como nos propõe Clifford Geertz a respeito do conceito de cultura:

“(...) o homem é um animal amarrado à teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.”⁷⁶

⁷⁶ GEERTZ, Clifford. **Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989. p.15

Procurar a identidade de cidadão que se constrói na sociedade republicana a partir de representações e práticas sociais, implica em investigar os significados culturais atribuídos pelos contemporâneos ao exercício da política.

Estamos ‘interpretando’ as formas como esses acontecimentos foram ‘interpretados’ pelos seus contemporâneos, para assim acessar os seus significados sócio-culturais. Ou seja, estamos elaborando representações que visam resgatar as representações formuladas no passado sobre a cidadania. Estamos lendo o ‘texto’ socialmente construído para acessar a identidade social do cidadão republicano dentro do ‘contexto’ da República.

Com esse propósito utilizamos a descrição densa como método de investigação. Segundo as considerações de Geertz:

“ela [a descrição densa] é interpretativa; o que ela interpreta é o fluxo do discurso social e a interpretação envolvida consiste em tentar salvar o ‘dito’ num tal discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixá-lo em formas pesquisáveis.”⁷⁷

A descrição densa, como método, não limita-se somente à pura nomeação dos detalhes do acontecido. Ela supõe a possibilidade de, partindo da análise deste detalhamento, estabelecer redes de significações possíveis entre os diferentes registros e sinais encontrados. Por fim, ela procura articular esses detalhes em uma teia de sentidos onde seja possível identificar os seus significados sócio-culturais.

Como ‘estudo de caso’, esse trabalho se aproxima da perspectiva de abordagem da micro-história que é formulada por Carlo Ginzburg.

⁷⁷ GEERTZ, Clifford. **Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989. p.31

“A análise micro-histórica é, portanto, bifronte. Por um lado, movendo-se numa escala reduzida, permite em muitos casos uma reconstituição do vivido impensável noutras tipos de historiografia. Por outro lado, propõe-se indagar as estruturas invisíveis dentro das quais aquele vivido se articula.”⁷⁸

Nessa aproximação do objeto histórico, o trabalho não está tão preocupado em comprovar hipóteses gerais, formuladas por leituras mais abrangentes de uma macro-história da cidadania brasileira. Descendo o olhar a um nível mais próximo da vida cotidiana, busca-se reconstituir aspectos do vivido que escapam aos estudos dos grandes processos.

Buscamos, no interior de um fenômeno muito delimitado, entender as práticas socialmente articuladas pela população de Porto Alegre para manifestar seus interesses políticos. Caracterizando quais os sentidos culturais que lhes foram atribuídos, podemos detectar, como propõe Ginzburg, uma ‘particularidade expressiva’ da cidadania brasileira.

Observando as práticas e representações articuladas no interior da sociedade porto-alegrense visualizamos as perspectivas de ação política que os diferentes agentes sociais da cidade constroem sobre o exercício da política. A partir dessa análise, poderemos acessar a identidade socialmente atribuída ao cidadão republicano e identificamos a noção de cidadania que desenvolve-se na Porto Alegre republicana.

⁷⁸ GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL, 1989. p.175-176.

3.1. A recepção da Proclamação da República em Porto Alegre

No momento da Proclamação da República as ruas de Porto Alegre se tornam palco de diferentes manifestações sociais. Contudo, agente histórico coletivo que manifesta-se nos movimentos sociais de rua não são facilmente identificáveis nos estudos históricos. George Rudé argumenta, mesmo, que os fenômenos sociais coletivos não são muito investigados pelos historiadores, a ponto de não se ter formado um conceito preciso para a análise.

O ‘povo’, quando é mencionado na historiografia democrática liberal, é sempre visto como um ente abstrato do qual diferentes grupos sociais ora fazem parte, ora estão excluídos, de acordo com a situação abordada e com o interesse analítico. O ‘povo,’ para esses historiadores, é sempre visto com simpatia e como o agente transformador da sociedade.

Para os historiadores conservadores, a ‘turba’, ou mesmo a ‘ralé’, identifica o coletivo humano que age na rua de forma conjunta. Esse agente é visto como perturbador da ordem estabelecida. No seu interior são sempre identificados indivíduos criminosos e desempregados não merecedores de crédito no processo histórico.

Para Rudé, ambas as visões são estereótipos carregados de preconceitos. Em sentidos opostos, os primeiros vêem no povo a pureza da história, ao passo que os outros encontram na turba a perversão da ordem social.

Para escapar desta dicotomia, Rudé propõe que a multidão é um agente histórico e como tal deve ser investigado:

“Considero multidão aquilo que os sociólogos chamam de grupo ‘frente-a-frente’ ou de contato direto, e não qualquer outro tipo de

fenômeno coletivo, como a nação, o clã, a casta, o partido político, a comunidade aldeã, a classe social, o público em geral em qualquer outra ‘coletividade demasiado ampla para agregar-se.’”⁷⁹

Vemos nesse arrazoado, por exclusão, que a multidão é um agente social coeso. Diferente da visão abstrata sobre o povo ou a turba, Rudé estabelece que os membros da multidão mantêm um *contato direto* entre sí.

A multidão é, portanto, uma coletividade humana que por algum motivo age de forma coesa. Um conjunto de indivíduos que agregam-se para manifestar um interesse que naquele momento é comum tornando-se um agente histórico.

Sua composição não é estável e sua união não está baseada em um preceito universal abstrato. Antes sua reunião e unidade se devem a um projeto comum e específico àquele momento.

Para se observar a multidão na história dos movimentos sociais, Rudé propõe algumas questões que devem ser postas às fontes de pesquisa:

“Em primeiro lugar, fazendo algumas perguntas, começando com: o que realmente aconteceu, tanto em relação ao fato propriamente dito como em relação a suas origens e conseqüências? (...) Outra pergunta: que proporções tinha a multidão em questão, como agiu, quem (se houve) foram seus promotores, quem a compunha, e quem a liderou? (...) Outra: quais eram os alvos ou vítimas das atividades da multidão? (...) qual a eficiência

⁷⁹ RUDÉ, George. **A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra 1730-1848**. Rio de Janeiro: Campus, 1991. p.1.

das forças de repressão, ou da lei e da ordem? (...) Finalmente: quais as conseqüências do fato e qual a sua significação histórica? ”⁸⁰

Com esse interrogatório às fontes de pesquisa podemos encontrar os elementos que agregaram a multidão e quais as suas perspectivas de ação como sujeito histórico. O conceito de multidão apresentado por Rudé, mais do que o de povo ou de massa, confere concretude ao estudo das manifestações populares observadas nas ruas de Porto Alegre, durante os primeiros momentos da República.

Se a população sai às ruas formando uma multidão, é por que possui um projeto comum que serve de elemento agregador desses indivíduos. Como manifestação de caráter político, essa multidão tem presente uma perspectiva de atuação nas questões do Estado. Essa multidão traz em si uma representação da identidade de cidadão que se deseja ver reconhecida pelo Estado como legítima.

3.1.1. O 15 de novembro em Porto Alegre

Durante o dia 15 de novembro de 1889 Porto Alegre está curiosa pelos acontecimentos que se passam na Corte e que comparecem nos jornais de forma sucinta. A *Federação* deste dia publica em suas páginas duas notas, chamando a atenção dos leitores para a forte queda no câmbio em função de notícias que as casas comerciais recebiam de seus agentes na capital.

Somente por volta das 16h é que chega à redação da *Federação* telegrama dando conta da Proclamação da República e, estando fechada a edição, a grande notícia do dia 15 ficou para a segunda página.⁸¹

⁸⁰ RUDÉ, George. **A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra**

“Governo Provisório Rio, 15 de novembro

O povo, o exército e a armada vão instalar um Governo Provisório, que consultará a Nação sobre a convocação de uma Constituinte.

Erguem-se aclamações geraes à República

Quintino Bocayuva

Viva a Liberdade! Viva a República! Viva a Pátria Brasileira!”⁸²

Pelo próprio texto do telegrama publicado podemos ver que o jornal e a cidade não ficaram sabendo muito do que havia ocorrido. Obrigado a transcrever apenas essas poucas palavras recebidas sobre assunto de tamanha relevância, podemos aventar que, ao menos nessa noite, os moradores de Porto Alegre ainda tivessem pouco claro o rumo dos acontecimentos no Rio de Janeiro. Somente nos dias seguintes é que a folha republicana publica maiores detalhes da derrubada do gabinete, dando ao seu público leitor informes mais completos.

O *Jornal do Comércio*, órgão que pretende apresentar-se como neutro nas disputas políticas, será bem mais comedido no trato do assunto. Sendo um matutino, é perfeitamente compreensível que não mencione nada na sua edição do dia 15. Contudo, esse silêncio já não se justifica na edição do dia 16, quando possivelmente já haviam chegado maiores informações que confirmavam os acontecimentos.

Da leitura desse primeiro texto e do segundo silêncio, podemos perceber que nos dias 15 e 16 Porto Alegre não tinha certeza do que estava ocorrendo no Rio de Janeiro.

1730-1848. Rio de Janeiro: Campus, 1991. p.9-10.

⁸¹ FRANCO, Sergio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época.** Aponta este horário como o mais provável para a chegada do telegrama.

Se para *A Federação* estava certa a Proclamação da República, para os editores do *Jornal do Comércio* ainda haviam dúvidas a serem esclarecidas.

Essas dúvidas, com certeza, não eram somente dos redatores mas também da população que não estava esperando por tais acontecimentos. Podemos ler, a partir disso, que a Porto Alegre de então encontra-se desinformada, não tendo segurança das notícias que recebe.

Somente na edição do dia 17 é que o *Jornal do Comércio* assegura aos seus leitores a dimensão dos fatos. Em duas notas curtas e extremamente objetivas, colocadas não na capa mas na segunda página, o jornal confirma a troca do regime, os nomes dos membros do Governo Provisório, e afirma a tranqüilidade com que tudo isso ocorreu no Rio de Janeiro.

Evitando qualquer envolvimento com as informações, essas notas são redigidas com os termos: “*por telegrama consta ter sido proclamada a República nas províncias de São Paulo e Minas Gerais*” numa. Noutra, com desconsideração ainda mais intrigante, diz: *como é geralmente sabido, foi proclamada a república no Brasil*”.⁸³

Desses textos, podemos concluir que a partir do dia 17 o conjunto da cidade de Porto Alegre se dá por convencida da Proclamação da República. Ainda é tácita a pouca simpatia com que até aqui o *Jornal do Comércio* trata o novo regime. Talvez por isso seja possível dar crédito quando, nessa mesma edição, a folha anuncia as manifestações ocorridas ainda nos dias 15 e 16 de novembro.

“Anteontem e ontem foi muito festejado a mudança do governo.

Durante os dois dias muitas salvas foram dadas e centenaes de foguetes esturgiram os ares.

⁸² A Federação, 15/11/1889.

A noite algumas casas iluminaram, inclusive o edifício do Club Republicano e oficinas da Federação, e bandas de música percorreram as ruas da cidade.”⁸⁴

Seguindo a marcante linha de sobriedade e pouco envolvimento com os fatos, esta folha confirma a existências de manifestações festivas para dar-se *salvas* à Proclamação da República. Mais que isso, dá pálida idéia de sua dimensão quando menciona os elementos no plural, *centenares de foguetes, casas iluminaram, bandas de música, as ruas*.

Obviamente é o órgão republicano - e não é preciso repetir o comprometimento deste com os fatos - que dá cores mais fortes a essas cenas:

O jubilo popular

E´ indescritível o entusiasmo que tem agitado a população da capital nestes últimos dias.

Só mesmo a Proclamação da República Federal Brasileira, abrindo a era da regeneração da pátria, teria o poder de emocionar de tal modo a alma popular.

Transitam pelas ruas e estacionam nas praças grupos numerosos de cidadãos e famílias, bandas de música executam a Marseillaise, milhares de foguetes atroam os ares; a noite recrudescer a agitação de um modo indescritível, iluminam-se muitos edifícios, focos de luz elétrica deslumbram a estranha agitação com as suas projeções esplendentes.

⁸³ Jornal do comércio. 17/11/1889.

⁸⁴ Jornal do Comércio. 17/11/1889.

O escritório da redação e oficinas desta folha tem estado atopetados de cidadãos ansiosos pôr conhecerem as deliberações do Governo Provisório.

A União Republicana tem estado em festa permanente, perante enorme multidão.

Na fachada em que funciona a patriótica corporação foram colocados os retratos de beneméritos da República e o busto da liberdade.

E' indiscritível o que vai de jubilo na capital do Rio Grande.⁸⁵

No texto do *Jornal do Comércio* não são identificados os foliões, deixando entrever que eles eram compostos por mais do que simplesmente os propagandistas republicanos.

Já nessa calorosa e comprometida descrição das manifestações de apoio à Proclamação da República feita pela *Federação*, podemos ter mais clareza de que elas não estão limitadas aos membros do PRR. Ao contrário, o que se diz é que elas expandem-se pela cidade e incorporam uma população que, mesmo não sendo descrita, sugere ser bem mais abrangente.

Nos termos abstratos de *população* ou, ainda mais significativo, de *alma popular*, utilizados para designar quem se empolga com a República, podemos incluir que, além dos militantes do republicanismo, outros diferentes grupos sociais que habitam a cidade também se fazem presente às manifestações.

A designação de *Cidadãos*, como termo genérico freqüentemente utilizado no discurso republicano, nos diz pouco sobre os participantes, mas quando se fala das *famílias* presentes ao evento, o texto nos deixa ver que foram às manifestações não

⁸⁵ A Federação. 18/11/1889.

somente os homens, a quem tradicionalmente pertence o mundo da política, mas também as mulheres, crianças e filhas solteiras.

Personagens sempre tão restritos ao universo doméstico, a sua presença denota tanto a legitimidade social ganha pelos festejos em comemoração à República, como a sua capacidade de mobilização ao invocar a população urbana às ruas.

Tais manifestações podem, da forma como estão descritas, serem aproximadas das festas religiosas de então, que reúnem multidões nas praças e onde a presença das moças de família é socialmente aceita. O evento público em comemoração à República associa-se assim ao lúdico, dando espaço ao conagraçamento social motivado pela novidade.

Localizando as *ruas* e *praças* como os locais de manifestações, podemos ver que a prática da política sai dos círculos restritos, privados, das sedes do Clube Republicano e da *Federação*, adquirindo um caráter público, amplo e socialmente reconhecido.

Nesses espaços públicos não é dito que a população informa-se ou debate a situação política que se inaugura, mas que efetivamente diverte-se, comemora, festeja com *bandas de música* que, no plural, seguramente tocam não somente a *Marseillaise*, e com *foguetes* que aos milhares (ou mesmo aos centenares) fazem muito barulho pela cidade.

Também distinguem-se as práticas mantidas na sede da União Republicana, *em festa permanente, perante enorme multidão*, daquelas das dependências da *Federação* que *tem estado atopetada de cidadãos ansiosos por conhecerem as deliberações do Governo Provisório*.

Diferenciam-se assim os locais de festa, a sede da União Republicana, espaço do conagraçamento político, e o local da informação, na sede da *Federação*. Separaram-se

os cidadãos, sujeitos à espera dos atos do Governo, da *multidão* que, em festa permanente, expressa seus sentimentos para até mesmo os governantes verem.

As palavras usadas nesse relato não são neutras. No primeiro caso, se encarnam as virtudes cívicas que dão corpo à linguagem da cidadania e ao envolvimento dos indivíduos com o Estado e, no segundo, a percepção de uma massa ou povo que, sem consciência política dos acontecimentos, apenas legitima simbolicamente a dimensão e o alcance popular da mudança do regime.

O redator da *Federação* quer, no seu texto, incorporar os participantes dos festejos à Proclamação da República como pessoas desejosas do novo regime. Contudo, com a distinção semântica operada, acaba por retirar da iniciativa popular o caráter de participação, de ação política.

O caráter de manifestação política somente é digno aos *cidadãos* que aguardam as novas determinações estatais na *Federação*. Separa-se assim o político, o oficioso, o sério do popular, do espontâneo, do lúdico.

O texto da *Federação* deseja apresentar as festividades como expressão de um apoio popular à República, contudo retira dessas manifestações o seu caráter político. Os republicanos demonstram estarem interessados nesse apoio da população urbana mas também dão a entender que não estão dispostos a considerar todas as manifestações como sendo de cidadãos.

3.1.2. O aniversário do 30º dia da república

Pelo que vemos, a Proclamação da República é recebida em Porto Alegre com entusiasmo e coletivamente festejada. Apesar disso, faltava algo! Faltava aquela sensação de ter estado lá; de ter tomado parte do assalto ao poder e ter contribuído para

a derrubada da Casa Real. Faltava vivenciar os fatos, ou acreditar tê-los vivenciado, ativamente.

Mesmo não tendo esse nível de consciência, os jovens alunos da briosa Escola Militar - sempre prontos a defender a República e outros princípios do positivismo, pregados por muitos de seus professores - têm a idéia de comemorar o aniversário do 30º dia do novo regime.

Anunciando tal intento, fazem circular na cidade um panfleto cujo texto é transcrito pela *Federação*:

“BOLETIM

Os alunos da Escola Militar, tendo resolvido festejar o advento sublime da República Brasileira, vem pedir o concurso de todos os cidadãos nacionais e estrangeiros para a realização do seu desideratum. Desde já convidam todas as autoridades civis e militares, os cidadãos do exército e armada, classe comercial, caixeral, operária, todas as associações e a grande massa popular a comparecerem no grande passeio cívico que realizarão no dia 15 do corrente(...)”⁸⁶

Nessa convocação podemos ver que o objetivo da manifestação é *festejar*, transformar as ruas em um grande palco para a manifestação pública de um contentamento. São os jovens alunos da Escola Militar, cheios de energia juvenil e empolgados com a possibilidade de transformar o mundo, de atuar na definição das questões políticas.

⁸⁶ A Federação. 11/12/1889.

Para isso, são convidados os cidadãos que se quer presentes como cúmplices nesse ato. São convidados aqueles indivíduos a quem, dentro do novo regime, devem ser atribuídos os direitos da cidadania.

Não só os nacionais, mas também os *cidadãos estrangeiros* - que aqui não são cidadãos de outro Estado, mas os cidadãos brasileiros de outra nacionalidade - são convidados a participar.

Estrangeiros são os imigrantes que se fazem presente na Porto Alegre deste momento. Eles estão diretamente vinculados ao processo de dinamização da economia e são, basicamente, os detentores do capital comercial e industrial ou os trabalhadores assalariados destes estabelecimentos.

São aqueles sujeitos envolvidos nas transformações econômicas que a cidade de Porto Alegre está vivendo e que trazem consigo uma bagagem cultural própria. Herdeiros de uma tradição política distinta dos nacionais, têm mais presente o significado do Governo Republicano e das festas cívicas.

Contudo, não basta convidar os cidadãos de forma tão abstrata. É preciso nomeá-los, e, para isso, é feita uma hierarquia de convidados que nos é muito significativa: são chamadas, em primeiro lugar, as *autoridades civis e militares* - que não são tratadas por cidadãos - para depois chamarem-se *os cidadãos do exército e da armada*.

Por essa distinção os primeiros são os oficiais, os segundos os soldados. Vemos que os cidadãos armados - os soldados -, assim como na caserna, não são autônomos e estão submetidos a uma hierarquia, a alguém que lhes é superior, o que implica em uma disciplina e uma limitação na ação tanto militar como política.

Na seqüência da nomeação dos grupos que se quer presentes, lê-se o chamado à *classe comercial*, - que são os detentores do capital - para depois mencionar o grupo

caixeral - que são trabalhadores assalariados do comércio - e a classe *operária* - os trabalhadores assalariados das manufaturas. A divisão social dessas classes está bem clara para os organizadores do evento, assim como a hierarquia entre elas.

Por fim, temos o chamamento à *grande massa popular*. Essa, por exclusão dos grupos antes mencionados, é constituída pelos setores sociais que vivem na informalidade tanto econômica como social. São os camelôs, cangueiros, feirantes, gente que vive de biscates... trabalhadores pobres, brancos e negros, que moram na cidade.

Convocada pelos alunos da Escola Militar às vésperas do evento, a manifestação vai contar com outros apoios. Os jornais publicam convocações feitas por diversas *associações* aos seus membros para participarem da festividade.

Percebemos então que a vontade de comemorar a República empolga setores da sociedade que vão além dos alunos da Escola Militar e torna-se um fato social de amplitude significativa, extrapolando o campo social tradicionalmente afetado pelo movimento republicano: os profissionais liberais, oficiais do exército e setores descontentes da oligarquia.

Curioso também é notar que essas entidades não quiseram fazer do jornal *A Federação*, folha da propaganda republicana, o porta-voz de suas convocatórias. Preferiram antes manifestar-se através de anúncios nas páginas do *Jornal do Comércio*.

Esses são os casos da *Sociedade Portuguesa*, da *Sociedade Italiana* e da *Sociedade Luso-Brasileira*, que chamam seus sócios, notadamente a comunidade imigrante, a participarem do festejo:

“INVITO

La colonia italiana si invita a voler riunirsi nella sede della societa di Mutuo Soccorso Vittorio Emmanuele Il questo sera alle or e 5, per accompagnare il passaggio civico organisatto dali alluno della scula Militare.”

“CONVITE

Os cidadão portugueses são convidados á reunirem-se hoje as 5 horas no edificio da Sociedade Portuguesa de Beneficência para acompanhar a marcha cívica promovida pelos alunos da Escola Militar.”

“LUSO-BRASILEIRA

*De ordem do cidadão presidente convido aos Srs. Sócios a reunirem-se no club, domingo, 15 do corrente às 5 horas da tarde para encorporados fazermo-nos representar nos festejos da Escola Militar.”*⁸⁷

Como vemos, nessas convocatórias a chamada é feita para os membros das associações concentrarem-se nas suas respectivas sedes e não diretamente na praça. Com isso, pretende-se fazer uma entrada coletiva no ato, de forma a marcar a sua participação como grupo social distinto.

E’ perceptível, tanto no uso do *Jornal do Comércio* como na entrada em separado, uma postura de distanciamento dessas entidades com a comissão organizadora do evento. Entrando coletivamente na atividade, demonstra-se uma liberdade na ação política. Ainda que no interior da manifestação, procura-se preservar uma identidade própria que os diferencie daquela atribuída pelos organizadores do evento.

⁸⁷ Jornal do Comércio. 15/12/1889.

Também a *Liga Agrícola-Industrial* publica nas páginas do *Jornal do Comércio* convite para participarem do ato as classes produtoras:

“*CONVITE*

*A diretoria da Liga Agrícola Industrial convida a todas as classes produtoras e todas as sociedades operárias para comparecerem no próximo domingo, 15 do corrente, as 4 horas da tarde, na praça 15 de novembro antiga (praça Conde D’Eu) para incorporarem-se na festa cívica, que promove a distinta mocidade da Escola Militar.”*⁸⁸

Nesse chamamento às *classes produtoras* - termo que então designa tanto a burguesia comercial e industrial como o operariado - vê-se também a preocupação de fazer uma concentração em separado, distanciando-se do comando da festa e realizando uma entrada coletiva que marque a sua chegada.

Por fim, como é de se esperar, também a *União Republicana* chama seus membros a concentrarem-se na sua sede para se *incorporarem* ao ato:

“*UNIÃO REPUBLICANA*

*De ordem do cidadão presidente convido todos os sócios da União Republicana para comparecerem no edifício da sociedade, domingo, 15 do corrente, às 5 ½ horas da tarde, afim de incorporarem-se ao passeio cívico que a briosa e intemerata Escola Militar realizará naquele dia, em comemoração ao advento da República brasileira.”*⁸⁹

⁸⁸ Jornal do Comércio. 15/12/1889.

A forma como esses diferentes grupos sociais articulam a sua presença na manifestação não é gratuita, e quer demonstrar alguma diferenciação entre eles e os organizadores do evento: o chamamento particularizado aos associados, a concentração em separado para entrada em coletivo, o uso das sedes como referência e a opção de não publicar seus convites no jornal situacionista, denotam a intenção dessas associações de não se subordinarem de todo à comissão organizadora do *festejo*.

Essas comunidades querem fazer parte da festividade por haver uma aceitação geral, uma concordância coletiva com a República. Porém vê-se ainda uma disputa pela identidade de cidadão que se quer legitimar com sua participação no interior do processo.

No dia seguinte ao ato, *A Federação* publica longa e apaixonada descrição das *festividades* do domingo em matéria que inicia dizendo:

*“Não foi propriamente uma marcha cívica que acaba de se realizar em Porto Alegre. Foi uma explosão de júbilo que irrompeu do seio da população.”*⁹⁰

Também o *Jornal do Comércio* noticia o ato com destaque, apresentando:

*“(...) as festas com que ontem e anteontem a cidade de Porto Alegre por iniciativa da Escola Militar solenizou o trigésimo dia depois da Proclamação da República brasileira, foram deslumbrantes, verdadeiramente dignas da civilização a que chegamos.”*⁹¹

⁸⁹ A Federação. 11/12/1889.

⁹⁰ A Federação 16/12/1889.

⁹¹ Jornal do Comércio 17/12/1889.

E' perceptível a surpresa dos redatores com os acontecimentos. As expressões *explosão de Júbilo e dignos da civilização* dão conta de uma exaltação do ocorrido como algo inédito para a cidade. Algo que a envolveu com grande entusiasmo.

Segundo as informações apresentadas pelo redator d'A *Federação* no decorrer do texto - e que são confirmadas pelo *Jornal do Comércio* - as manifestações, como programadas pelos organizadores, começaram pela manhã do dia 15 com salvas de canhão disparadas na Escola Militar e descargas de fuzilaria nos quartéis.

A cidade é acordada cedo para que as sedes das associações e as ruas centrais sejam enfeitadas com bandeiras e fitas coloridas, dando o tom festivo e cívico típico das comemorações de uma data nacional.

“Um movimento desusado, logo pela manhã, o aspecto das ruas centrais com o seu embandeiramento, preveniram o espírito agradavelmente para a marcha projetada, cuja a magnificência era antevista pelos preparativos em que se achavam várias corporações e pela geral adesão que a idéia dos alunos da Escola Militar atraiu desde que foi agitada.”⁹²

Esse *movimento desusado de geral adesão* expresso no texto nos dá conta de um envolvimento coletivo, que empolga a população da cidade com a manifestação política de caráter festivo. A observação de que o embandeiramento prevenia o *espírito agradavelmente* revela que havia, por parte do redator, uma falta de previsão sobre a reação de possíveis descontentes com o regime republicano.

⁹² A Federação. 16/12/1889.

Somente ao final da tarde é que a população começa a concentrar-se na Praça Marechal Deodoro da Fonseca (antiga D. Pedro II). O espaço público fronteiriço à sede do Governo Provisório no Estado lota e o redator da *Federação* calcula que a praça abrigue 10.000 pessoas.⁹³

Esse número evidentemente pode estar sendo superestimado pelo redator, mas lembremos que a população de Porto Alegre está próxima dos 50 mil habitantes. Mesmo que se considere a metade do anunciado, já seria muito para a Porto Alegre de então.⁹⁴

Totalizando ou não este número, estão presentes ao ato uma multidão composta, segundo a descrição dada pela *Federação*, pelos concidadãos republicanos, propagandistas ou adesistas de última hora e membros do governo provisório; homens ilustres do poder republicano que procura se firmar como legítimo diante da sociedade em geral e particularmente frente aos seus antigos detentores.

As associações trazem seus estandartes para demarcarem seus lugares na passeata. Fazendo a entrada coletiva que projetaram nos convites e mantendo seus sócios reunidos em torno de suas bandeiras, mantêm sua identidade própria fazendo-se perceber como grupos particulares no interior da manifestação.

As diversas bandas que distribuem-se pela praça animam a população reunida. A contar, pelo menos três das diferentes guarnições militares da cidade e um número não menor de bandas civis estavam presentes ao ato. Pelo que podemos ouvir, o som executado na praça não foi nada baixo.

Das ruas laterais à praça surge o *povo*. A questão colocada é: quem resta para compor o *povo* aí mencionado? Pela exclusão dos antes nomeados, como povo podemos

⁹³ A *Federação*, 16/12/1889.

designar os trabalhadores desqualificados, negros e brancos pobres com profissão pouco definida que vivem de pequenos biscates e têm a rua como espaço privilegiado para suas atividades econômicas.

Os do *povo* não pertencem a nenhuma associação de classe ou étnica. Estão acostumados a frequentar a rua e não sentem a necessidade de diferenciar-se no meio da multidão que se forma para a manifestação cívica.

É essa multidão que, embalada pela *Marseillaise*, começa a desfilar pelas ruas da cidade. O desfile, contudo, mesmo ocorrendo em um domingo, esperou o anoitecer para ter início.

Durante o escuro da noite a iluminação das ruas, somada a das casas particulares e dos prédios públicos, juntamente com lanternas de mão carregadas pelos participantes da caminhada - que assim assemelha-se ainda mais a uma procissão - adquirem um efeito que, sem dúvida, fez referência à iluminação da sociedade pelos princípios republicanos, que vinculam a sensação de modernidade, vivenciada pela iluminação pública, com os ideais da República.

Organizados, os manifestantes saem pelas ruas com lugares definidos. Essas posições não deixam de revelar uma hierarquia dos participantes muito significativa.

“A frente ocupava o lugar de honra, que lhe compete, a câmara municipal desta capital, representada pelos vereadores Motta Coelho, Azevedo Lima, Rafael Ventura, Cunha Netto e Felississimo de Azevedo.”⁹⁵

⁹⁴ É preciso lembrar que, pelo senso de 1890, o município de Porto Alegre, incluída a área rural, possui uma população de 52.421 habitantes; uma passeata de 1000 pessoas já corresponderia a 2% de toda a população.

⁹⁵ Jornal do Comércio. 17/12/1889.

Segundo o *Jornal do Comércio*, à frente de todos está a Câmara Municipal e na lista dos camaristas presentes o republicano é apresentado por último. Somente atrás destes homens que representam a municipalidade vem a Escola Militar com seu estandarte.

Já para *A Federação* o préstito é puxado pelos jovens republicanos, alunos da Escola Militar.

*“A vanguarda foi logo ocupada pelos alunos da Escola Militar, tendo a frente uma esplendida [bandeira] da República dos Estados Unidos do Brasil, com a devida esfera, estrelas e divisa.”*⁹⁶

Essas diferentes versões não são isentas, pois dão importâncias diferentes aos personagens e seus compromissos. O *Jornal do Comércio*, em que pese participar e narrar a passeata, parece estar preocupado em diminuir a importância dos militantes republicanos na sua condução.

Já *A Federação* procura dar maior luz à presença de seus correligionários do PRR. Para esse jornal são os próprios alunos da Escola Militar que abrem a manifestação carregando uma bandeira que não é nacional, mas da República, e cujo destaque são *a devida esfera, estrelas e divisa* que, como se sabe, é de inspiração positivista.

Ainda nessa versão, logo atrás vêm as lideranças do PRR: Júlio de Castilhos, marcado por portar a bandeira do jornal *A Federação*, que dirige, e não pelo cargo de secretário do governo. Já Ramiro Barcelos, Antão de Farias e outros membros do PRR são indicados pelos postos que ocupam no governo estadual.

⁹⁶ *A Federação*. 16/12/1889.

Também estão presentes os estandartes do *jornal do Comércio* e da *Folha da Tarde*, representando a imprensa. Outros jornais da época como *O Patriota*, mantido pelo Partido Conservador e *A Reforma*, porta-voz do Partido Liberal, parecem não estar presentes ao ato.⁹⁷

Após esse primeiro grupo, vêm as autoridades militares do exército e da marinha, oficiais e inferiores, que portam consigo a bandeira da República Riograndense de 1835, evocando a lembrança do movimento farroupilha e fazendo ligação entre seu símbolo e o novo regime.

E muitas outras associações: Instituto Brasileiro, União Republicana, Banda Republicana, Liga Agrícola Industrial, União Operária Clube Leopoldina, Club dos 20, Gemeimdsr, Colégio Rio-Grandense, União Comercial, Club Caixeiral, Luso Brasileira, Club Italiano e Sociedade Italiana de Mútuo Socorro, Filhos de Thalia, *todas as bandas marciais da guarnição e diversas particulares.*”

Estão presentes ao ato os comerciantes e industriais da cidade através da União Comercial, mas também seus funcionários do Club Caixeiral e da União Operária. Também as famílias chiques, frequentadoras do Club Leopoldina e do Club Comercial, se fazem presentes.

E mais:

*“Em vários pontos do trajeto o préstito foi ainda reforçado pelos alunos de ambos os sexos da Escola Normal, pela colônia Portuguesa, por uma comissão do Club Comercial e por outras coletividades.”*⁹⁸

⁹⁷ Os Exemplares desses jornais não estão disponíveis no MCSHJC devido ao seu precário estado de conservação, não podendo ser consultados. Essas fontes, se consultadas, certamente trarão novos elementos para o debate aqui proposto.

A presença de *alunos de ambos os sexos* da Escola Normal e do Colégio Rio-Grandense, além dos clubes de recreio como o Club Leopoldina e o Club Comercial, nos dá conta da presença de moças na multidão. Vemos, assim, a aceitação social do evento noturno pois, a esse tempo, raros eram os motivos pelos quais ‘moças comportadas’ da Escola Normal podiam sair à rua durante a noite.

Pelo que temos descrito a respeito da manifestação, ela conta com um público composto por praticamente todos os personagens da cidade. Senhores negociantes e suas senhoras, operários e suas famílias, jovens e senhoritas. Todos sentem-se à vontade e saem à rua para comemorar a República.

O elemento aglutinador dessa multidão, portanto, não está na sua origem social. Antes, o que anima a participação nesse evento é o desejo de festejar a República. De manifestar acolhida e mesmo empolgação com o novo regime.

Considerando o traçado urbano da época, a passeata parte da Praça Deodoro da Fonseca (ou da Matriz) pela Rua Duque de Caxias até a Rua Dr. Flores. Desce esta até a Rua dos Voluntários da Pátria e segue para a Praça 15 de Novembro (antes Praça Conde D’Eu).

Daí sobe pela Rua Gal. Silva Tavares (hoje Gal. Floriano Peixoto), entrando na Rua dos Andradas e indo em direção à Rua Gal. Portinho. Por essa chega na Rua Duque de Caxias retornando ao ponto inicial, na Praça Deodoro da Fonseca.⁹⁹

Nesse trajeto o *préstito* literalmente circunda o centro da cidade e passa pelos principais pontos de Porto Alegre. A passeata transita, assim, pela cidade verdadeira, pelo espaço que socialmente é reconhecido como a ‘Cidade.’

⁹⁸ A Federação. 16/12/1889.

⁹⁹ Ver mapa de 1888, desenhado um ano antes da República dá uma boa imagem do que era a cidade no momento da manifestação.

Lembremos que Porto Alegre ainda pouco expande-se para além da península central, e que na área por onde passa o préstito localizam-se tanto as grandes casas comerciais como as feiras dos víveres que chegam pelo rio; aí ficam tanto as residências das famílias ricas como os cortiços onde amontoam-se os pobres da cidade.

Ao longo deste trajeto ainda são realizadas diversas manifestações. Das janelas dessas diferentes moradias a população, notadamente a feminina, tem o costume de acompanhar os acontecimentos citadinos e expressa, nesse momento, o seu apoio.

O centro comercial da cidade, que funciona na Rua dos Voluntários da Pátria, tem três quadras tomadas de ponta a ponta pelos participantes da passeata, o que sem dúvida impressiona qualquer um e pode dar um outro parâmetro para confirmar a grandeza da multidão que se movimenta.

Seguindo pela Rua dos Andradas, o desfile passa pelos pontos mais chiques de Porto Alegre. Nesse tempo os passeios pela rua da Praia e pela Praça Senador Florêncio (hoje Praça da Alfândega) são comumente tidos como programa de lazer pelas famílias ricas da cidade. É pouco provável que essas não estivessem presentes nessa noite para assistir o desfile.

A passagem pela sede da União Republicana é aproveitada por um jovem militante para, da sacada, proferir um discurso. Entusiasmando ainda mais os presentes com suas palavras, a sede da entidade de propaganda é transformada em púlpito. Dele emana o discurso do novo regime para a multidão que desfila.

Também a frente da residência do governador é local para vivas à novel República. Não é gratuito que, justo nesse local, o líder republicano Júlio de Castilhos tome a palavra *em nome do povo, do exército e da marinha* (todos personagens presentes ao ato) e fale ao General e Governador do Estado.

Nesse contexto a multidão é claramente usada para legitimar as palavras dos republicanos frente ao governo provisório, para demonstrar a capacidade de arregimentação desse grupo e assim servir como legitimação social para sua ação política.

A população porto-alegrense é evocada e reunida para dar conteúdo e peso político às palavras do líder republicano. Dando vivas e aplausos, ela legitima a figura do orador e endossa seu discurso ao chefe de Estado.

Como marcha cívica que fala ao chefe do Estado, ela somente pode ter sido realizada por cidadãos, por indivíduos reconhecidos pelo Estado como portadores do direito de se manifestar politicamente. À festividade é atribuído um caráter de ato político, é vista como legítima manifestação de cidadania da população porto-alegrense.

3.1.3. O cidadão em festa

Pelo que aqui vemos a Proclamação da República não passa despercebida pela população de Porto Alegre. Ao contrário, nos dias que seguem ao 15 de novembro ela sai às ruas para buscar informações, mas também para expressar seu apoio e seu contentamento com o novo regime.

O PRR, em que pese interpretar essas primeiras manifestações populares como atos de apoio à República, procura retirar-lhes o caráter de ação política. Essa dimensão somente é digna de ser exercida pelos seus correligionários. As festas são práticas de populares, não de cidadãos.

Mas essa população, distante dos acontecimentos políticos que decretaram o fim do Império, a população de Porto Alegre cria o seu próprio evento para, simbolicamente, instaurar a República na cidade.

Em 15 de dezembro de 1889, na manifestação promovida pelos alunos da Escola Militar, é a República que passeia triunfante pela cidade. Ela está sendo levada pelas jovens mãos dos alunos da Escola Militar e pelas lideranças do Partido Republicano. São, sem dúvida, os ilustres da política do novo regime que conduzem a passeata.

Contudo, na multidão, reunida nesse momento carregado de significado para a sociedade, também estão presentes os setores populares. Logo, esse ato torna-se também expressão desses setores que desejam manifestar-se e fazer-se ouvir pelo Estado republicano. Ainda que de maneira lúdica, estão expressando sua concordância com um acontecimento significativo da vida política nacional.

Seguindo a banda ao som da *Marseillaise*, ouvindo os discursos pronunciados das janelas do Clube Republicano e diante da casa do chefe do Governo Provisório na Província, dando vivas à República e a seus proclamadores, os porto-alegrenses saem às ruas para saudar o novo regime e para nele incorporarem-se.

E' a multidão ocupando o espaço urbano como arena política, como palco para 'dizer' e para 'fazer' a política. De forma espontânea, as corporações, as entidades representativas e mesmo os indivíduos somam-se à manifestação dos alunos da Escola Militar, formando um grupo de contato direto, um coletivo coeso pela vontade de externar sua opinião política favorável à República.

De diferentes maneiras essas festividades cívicas seguem sendo promovidas nos primeiros anos da República. Assim é no Dia da Abdicação, no aniversário do Mal. Deodoro, no 1º ano da República, na promulgação da constituição e na eleição de Júlio de Castilhos como Presidente do Estado.

Mas a festa pelo advento da República adquire um significado social de destaque pois, no momento em que fala aberta e diretamente ao poder instituído, adquire um

caráter claramente político. Deixa de ser ato puramente lúdico e transforma-se em manifestação de uma *cidadania informal*.

É a multidão legitimando o poder republicano, mas também se verifica, no sentido oposto, atitudes dos líderes republicanos de reconhecimento da multidão como agente político. Admiti-se, portanto, os seus integrantes como portadores do direito de manifestar-se politicamente.

Mesmo em tom de comemoração, o que se pretende é atuar, participar dos acontecimentos políticos da República. Estamos, portanto, diante de uma cidade que constrói coletivamente uma identidade para o cidadão republicano, associada à multidão e às festividades.

De forma festiva mas atuante, o préstito de 15 de dezembro de 1889 foi um exercício da cidadania porto-alegrense. A multidão reúne-se procurando brechas por onde manifestar-se politicamente, e constrói uma cidadania informal que utiliza a rua como espaço político. A partir dele podemos propor que a multidão torna-se agente político na cidade e a rua afirma-se como espaço legítimo de manifestação de uma cidadania festiva da população urbana.

A Federação

16 de dezembro de 1889.

A MARCHA CÍVICA

Não foi propriamente uma marcha cívica que acaba de se realizar em Porto Alegre.

Foi uma explosão de jubilo que irrompeu do seio da população, sob o aspecto mais brilhante que imaginar se possa.

Em a noite de sábado os edifícios das ruas centrais da cidade, quer públicos, quer particulares, a focos de luz elétrica e a lanternas venezianas.

Foi uma iluminação como os contemporâneos da última geração não tinham ainda testemunhado e para cujo efeito indiscreto contribuíram tanto nacionais como estrangeiros.

E' sabido que o muito que a iniciativa particular deixou de demonstrar, desse modo como de qualquer outro, alegrias por datas nacionais.

Agora o rejuvenescimento da alma popular pelo advento glorioso da República explica os espetáculos extraordinários com que as populações dos Estados Unidos deslumbram o mundo civilizado.

Centenas de estandartes e flâmulas acenando das sacadas de grande número de habitações, correntes de povo pelos passeios das ruas completavam o quadro festivo.

O DIA 15

Era o 30º da proclamação da República.

Ao alvorecer a Escola Militar deu uma salva de 21 tiros de canhão, que foi secundada pelos 13º e 30º batalhões de infantaria com descargas de fuzilaria.

Um movimento desusado, logo pela manhã, o aspecto das ruas centrais com o seu embandeiramento, preveniram o espirito agradavelmente para a marcha projetada, cuja a magnificência era antevista pelos preparativos em que se achavam varias corporações e pela geral adesão que a idéia dos alunos da Escola Militar atraiu desde que foi agitada.

Os navios surtos no porto embandeiraram em arco.

A REUNIÃO

A's 6 horas da tarde começaram a chegar à praça General Deodoro (antiga Pedro II) as corporações que deviam compor o préstito.

A vanguarda foi logo ocupada pelos alunos da Escola Militar, tendo a frente uma esplendida [bandeira] da República dos Estados Unidos do Brasil, com a devida esfera, estrelas e divisa.

O porta estandarte era o aluno Martim Pereira.

Junto a este ondulava a bandeira d'A Federação, empunhada pelo Dr. Júlio de Castilhos, que tinha a seus lados o Dr. Ramiro Barcelos, superintendente dos negócios da fazenda, o Dr. Antônio de Farias, superintendente dos negócios da agricultura, o Dr. Oscar Rheingantz, diretor interino da instrução pública, Major Caldas, diretor geral dos correios do Estado, e outras pessoas gradas.

Em seguida viam-se o estandarte do Jornal do Comércio, conduzido por um empregado da empresa, o pessoal de oficinas e escritório das duas folhas e representantes da Folha da Tarde.

Seguiram-se o general comandante das armas, os oficiais e inferiores dos corpos da guarnição, lentes da Escola Militar e membros do corpo de saúde os quais formavam dois grupos numerosos, à frente dos quais flutuavam bandeiras da inolvidável república Rio Grandense de 1835, empunhadas pelos inferiores Adão Carvalho Barcelos e João Evangelista Barcelos.

Seguiam-se oficiais da armada, a oficialidade e inferiores da polícia, o Instituto Brasileiro, tendo por porta estandarte o aluno Osvaldo de Miranda e Castro; União Republicana, porta estandarte Souza Moura, Banda Republicana, com porta estandarte; Liga Agrícola Industrial, com três bandeiras, União Operária, Leopoldina, Club dos 20 e Gemeindser, todos com porta estandarte; Colégio Rio Grandense, porta estandarte Felipe de Souza Soares; União Comercial, porta estandarte, José Assunção; Club Caixeiral, com porta estandarte; Luso Brasileira, porta estandarte Joaquim Pereira Martins; Club Italiano e Sociedade Italiana de Mútuo Socorro, porta estandarte João Morganti e Santa Catarina Luigi, Filhos de Thalia.

E muita bandeira, todas as bandas marciais da guarnição e diversas particulares.

Mal acomodado, já o préstito ocupava todo o quadrado da Praça General Deodoro, e, das rua que desembocavam nesta, afluía permanentemente o povo.

A PARTIDA DO PRÉSTITO

Ao escurecer a mole enorme de povo, composta de cerca de 10.000 pessoas, profusamente iluminada por fogos cambiantes e lanternas chinesas, aos sons estrídulos do instrumental das bandas,

por entre milhares de aclamações, ao estrondear das salvas de dinamite, uma cousa majestosa, indiscreível.

O leitor que não viu aquela multidão de proporções grandiloquas, panteada de luzes, festivamente ruidosa, dificilmente poderá arquitetar na imaginação o seu deslumbramento.

Em vários pontos do trajeto o préstito foi ainda reforçado pelos alunos de ambos os sexos da Escola Normal, pela colônia Portuguesa, por uma comissão do Club Comercial e por outras coletividades.

O percurso observado foi este: ruas Duque de Caxias, Dr. Flores, Voluntários da Pátria, Praça 15 de Novembro, ruas General Silva Tavares, Andradas, General Portinho e Duque de Caxias.

Na ocasião em que o préstito passava em frente ao edifício em que funciona a União Republicana pronunciou um entusiástico discurso, da sacada, o jovem Plínio Casado, que foi muito aplaudido.

EM FRENTE AO PALACETE DO GOVERNADOR

Ao defrontar o palacete do Visconde de Pelotas, ilustre governador deste Estado, parou de novo a procissão grandiosa.

Ai usou a palavra o Dr. Júlio de Castilhos, que, verdadeiramente inspirado pela solenidade do momento, em nome do povo, do exército e da armada saudou o denotado marechal que tinha a suprema glória de se achar presidindo este Estado, o rio grande valoroso que, afivelando a cintura, ainda jovem, a espada, havia caminhado de triunfo em triunfo até as barrancas do Aquidabam, donde caiu no seio da glória.

Fez depois a apoteose do cidadão que, cedendo aos impulsos do mais nobre civismo, afastou-se da monarquia desde que se convenceu que esse regime jamais faria a felicidade da pátria.

Terminou levantando um viva ao governador, sendo entusiasticamente secundado pelos milhares de manifestantes.

Emocionado pela grandeza do espetáculo que se descortinava as suas vistas, afeitas, alias, á contemplação das cenas épicas a que a defesa da pátria repetidas vezes o levou, o ilustre visconde agradeceu a demonstração festiva que lhe era feita, saudou o povo, de cujo o seio tem sempre recebido inspirações e por cuja causa tinha abandonado a monarquia, elogiou a atitude patriótica da Escola Militar deste Estado, e concluiu levantando saudações ao exercito, à armada e à República dos Estados Unidos do Brasil.

As últimas palavras do valoroso cabo de guerra foram cobertas pelas aclamações da massa popular, que, em seguida, na praça General Deodoro dissolveu, porque então começava a chover torrencialmente.

Tal é a pálida descrição que nos é dado fazer das festas magníficas realizadas nesta capital, sábado e domingo, sob a iniciativa da briosa mocidade da Escola Militar, e com o concurso entusiástico da população em geral.

[CdPeH2] Comentário: BIB
LIOGRAFIA
GEERTZ, Clifford.
Interpretação das culturas. Rio
de Janeiro: Guanabara, 1989.
GINZBURG, Carlo. **A micro-
história e outros ensaios.** Lisboa:
DIFEL, 1989
FRANCO, sergio da Costa. **Júlio
de Castilhos e sua época.**

3.2. Maio de 1890: quando a rua define a política estadual

Como é sabido na historiografia, os republicanos do PRR, de forte orientação positivista, tinham profundas divergências ideológicas com os membros dos partidos republicanos do restante do país, de orientação liberal. Essas diferenças mostram-se de forma mais ou menos evidente em diversos momentos da República.

*“A análise da trajetória política do PRR deve ter como ponto de partida duas questões básicas; 1. o PRR não era composto pela oligarquia tradicional do Estado; 2. o projeto político do PRR não era liberal, mas positivista, o que determinava uma percepção específica da questão pública.”*¹⁰⁰

Um momento de radicalização desta disputa é quando da implementação do plano econômico do Ministro da Fazenda, Rui Barbosa. Essa política, então chamada de Encilhamento, consiste em autorizar bancos privados a emitir papel de circulação forçada, baseados em depósitos de títulos públicos.¹⁰¹

“Ao assumir o Ministério da Fazenda do Governo Provisório, Rui Barbosa baixou vários decretos com o objetivo de aumentar a oferta de moeda e

¹⁰⁰ PINTO, Celi R. Ferraz. **Positivismo: um projeto alternativo (RS: 1889-1930)**. Porto Alegre: L&PM. 1986. p.15.

¹⁰¹ Sobre as diretrizes econômicas da República Velha, ver: CARONE, Edgar. **A República Velha: I instituições e classes sociais**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978. p. 102- 115. Sobre as repercussões desta no RS, ver: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A política financeira da República Velha gaúcha: um enquadramento histórico (1ª parte)*. IN: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, Porto Alegre: UFRGS, 1978. p.273-295.

facilitar a criação de sociedades anônimas. A medida mais importante foi a que deu a alguns bancos a faculdade de emitir moeda.”¹⁰²

Por considerar esta última uma medida de privilégios a alguns bancos privados que, na prática, adquirem o direito de emitir papel moeda e por não crer que isso resolva a situação inflacionária vivida no país, os membros do PRR levantam-se contra o Ministro da Fazenda e sua proposta.

De diferentes formas, Júlio de Castilhos e seus correligionários procuram intervir junto ao Chefe do Governo Provisório para que esse se contraponha ao projeto de Rui Barbosa.

Eles enviam diversos telegramas, publicam manifestos no jornal partidário e Assis Brasil vai mesmo ao Rio de Janeiro entrevistar-se com o Marechal Deodoro e alguns de seus ministros. Contudo, a questão se estabelece como um ponto de conflito entre o Governo Provisório e o PRR.

Nesse contexto surgem, nas ruas da cidade, uma série de manifestações. De caráter político mais nítidos que as festas da Proclamação. Esses eventos se colocam, como manifestações de interesses concretos da população.

3.2.1. A rua se consolida como espaço político

Não só o PRR está contrário ao Encilhamento em Porto Alegre. A *Liga Agrícola Industrial* também não acredita que as medidas propostas venham a ter bons resultados e a ela se opõem. Diferentemente dos republicanos, que privilegiam articulações junto

¹⁰² FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp/ FDE, 1994. p.252.

ao poder central através de contatos privados com o Chefe do Governo Provisório, a *Liga* se propõe a manifestar suas opiniões de forma pública e coletiva.

Para protestar contra a instalação do Banco Emissor em Porto Alegre, a *Liga Agrícola Industrial* convoca para o dia 28 de abril de 1890 um ato público. Deste acontecimento temos relato na crônica do ano de 1890, publicada dentro do *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul de 1892*:

Nos jornais de Porto Alegre apareceu um convite da diretoria da Liga Agrícola Industrial à população da capital para uma reunião, nessa tarde, na praça 15 de Novembro, para ir representar ao governador do Estado contra o Banco Emissor do Sul e solicitar a sua intervenção para com o Governo Provisório, afim de que semelhante banco não se estabelecesse no Estado, por ser atentatório aos direitos do comércio, indústria e agricultura. A hora marcada, reuniu-se grande massa de povo subindo então a uma das mesas do jardim o Dr. João Barros Cassal, que pronunciou enérgico discurso, concitando o povo a protestar contra o estabelecimento dos bancos regionais. Em seguida percorreu a multidão várias ruas, passando pela casa do Marechal Júlio Anacleto Falcão da Frota, que, respondendo a saudação do representante da Liga, disse apoiar a atitude da população. Falaram depois os Drs. Demétrio Ribeiro e Júlio de Castilhos, que condenaram a reforma bancária do então ministro da fazenda.”¹⁰³

¹⁰³ Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul para o ano de 1892, organizado por Alfredo Ferreira Rodrigues. p.26.

Não habituada às relações formais da política institucionalizada, a *Liga*, e não o Partido Republicano, mobiliza a população para demonstrar a contrariedade deste setor social com a política econômica.

Percebemos que, não tendo ligações privilegiadas com as instâncias do poder estatal, essa associação classista prefere usar a rua, e não os tramites burocráticos do Estado, para manifestar sua opinião acerca do plano econômico a ser adotado.

O ponto de encontro marcado para a manifestação, Praça 15 de Novembro, é a praça do centro comercial da cidade. Situada em frente ao mercado público, por ela circulam todos os dias um sem número de trabalhadores da cidade. Ela é, assim, um local onde os subalternos transitam sem constrangimentos e onde os chiques, os ricos, evitam ser vistos.

Espaço citadino de caráter popular por excelência, a *Liga* não tem receio de usá-la como ponto de encontro das pessoas que deseja arregimentar em sua manifestação política. Ao contrário, parece ser esse o local ideal para reunir os trabalhadores pobres da cidade, os setores representados pela associação de trabalhadores da agricultura e da indústria.

Os manifestantes arregimentados pela *Liga* não limitam-se ao espaço da praça. Em vez disso, a multidão segue pelas ruas centrais da cidade como se estivessem indo ao trabalho diário. Sem nem mesmo a companhia de uma banda para animar o desfile, o préstito toma, nitidamente, um caráter de manifestação política.

Como se trata de uma entidade classista, provavelmente sem maiores recursos, a *Liga* não teve condições de contratar músicos para o passeio. Podemos crer, portanto, que a diversão não é um dos motivos que empolgam os populares a participar deste evento.

A multidão, agora reunida na praça, não tem mais como elemento agregador o lúdico. Seu ponto de contato é, sobretudo, um reclame ao Estado. É a expressão de um protesto contra uma determinada política implementada pelo governo que reúne as pessoas na praça.

Assim, os manifestantes movem-se pelo centro da cidade em passeata até a casa do governador, 'se fazendo ver' em coletividade. Quando se fala na *saudação do representante da Liga* feita ao chefe do governo, podemos ver que é um 'anônimo' membro da entidade classista que se dirige ao membro do Estado.

As lideranças do PRR, é claro, não deixam de se fazer presentes à manifestação e se preocupam em serem ouvidas pela *massa de povo*. Mesmo que *subindo então em uma mesa de jardim*, os líderes republicanos querem ganhar destaque em meio à multidão para serem ouvidos.

Essas lideranças republicanas são abertamente nomeadas, identificadas pelo texto publicado para que os leitores saibam quem está falando. Já aquele orador que se dirige ao presidente do Estado é mantido no anonimato.

Podemos aventar que o relator do episódio ou desconhece o sujeito ou deliberadamente omite o nome deste orador da *Liga*. Nos dois casos fica evidente que ele não pertence nem aos quadros da vida política cidadina, nem ao Partido Republicano, pois, se assim o fosse, seria nomeado.

Também temos de manter presente que, nesse ato, os setores populares, representados pela *Liga Agrícola Industrial*, estão se dirigindo diretamente ao próprio chefe político do Estado, de forma independente, e são por este poder instituído reconhecidos como interlocutores legítimos. Ou seja, os populares estão atuando e sendo reconhecidos como portadores de direitos dentro do Estado republicano.

Podemos ver, nesse episódio, uma outra perspectiva de ocupação das ruas pela população urbana. As manifestações não possuem mais o caráter puramente lúdico e festivo como as ocorridas nos primeiros dias da República. Agora, a multidão manifesta abertamente seus interesses políticos e, mais significativo, é reconhecida pelo chefe do Estado como portadora desse direito.

Nessa prática de pressão, os populares não têm necessidade de mediar sua fala ou de sair de seu próprio espaço para dizer aquilo que desejam sobre a política econômica adotada pelo Governo Provisório. Numa manifestação clara do uso das prerrogativas cívicas, esses cidadãos dirigem-se ao Estado e manifestam suas opiniões acerca da coisa pública em seu próprio espaço, a rua.

Enquanto o PRR articula sua intervenção pelas vias estatais e burocráticas, a *Liga Agrícola Industrial* chama a população à rua para protestar e pedir providências. A multidão, ao não utilizar os espaços oficiais da política, está exercendo uma cidadania informal.

Podemos identificar nessa manifestação promovida pela associação classista uma intimidade dos setores populares com a rua. Existe mesmo uma vontade de usar os espaços públicos e não os formais para o exercício do político.

Diferentemente desses setores, a abertura da instituição financiadora é logo acolhida pelos industriais e comerciantes da cidade. Não temendo a oposição dos republicanos gaúchos, o Ministro Rui Barbosa envia telegrama diretamente à *Associação Comercial de Porto Alegre*, indagando a esse setor social sobre a conveniência da instalação do Banco Emissor no Estado.

O jornal *A Reforma*, do Partido Liberal, transcreve o texto que essa associação remete em resposta ao Ministro:

“Foi nestes termos que a Associação Comercial do Rio Grande respondeu a consulta que lhe fez o ministro da fazenda sobre a instituição do Banco Emissor deste Estado:

“Rio Grande, 29 de abril de 1890.

“Rui Barbosa, ministro da fazenda - Rio

“Banco aqui perfeitamente aceito. Comércio desta praça aplaude francamente sua criação.

“Aqui só consta oposição móvel política por parte da Liga Operária de Porto Alegre. - Arnaldo José Pereira vice presidente. - João Luiz Vianna secretário ad hoc”¹⁰⁴

Nesse texto objetivo, os membros da *Associação Comercial*, em sua maioria ainda politicamente próximos ao Partido Liberal, não só aprovam a medida econômica como não reconhecem o Partido Republicano como oposição significativa à implantação do projeto.

Ao comunicarem o ministro que as resistências socialmente visíveis vêm tão somente da *Liga Operária* de Porto Alegre, observamos que são as manifestações dos setores subalternos da sociedade que preocupam os negociante dessa praça.

A *Associação Comercial* atesta, com isso, que a mobilização popular de 28 de abril teve mesmo origem na entidade operária. Pelo texto da associação, os republicanos não só não participam da organização deste ato, como também não se envolvem na condução política desse setor da sociedade.

Com telegramas, passeatas e reuniões, essas fontes indicam-nos que a cidade está vivendo de forma intensa o debate sobre a conveniência da instalação do Banco

¹⁰⁴ A Reforma. 3/5/1890.

Emissor. Diferentes setores sociais de Porto Alegre mobilizam-se e expressam suas opiniões sobre a questão bancária.

O fato é que o Generalíssimo, diferente do que esperavam os membros do PRR, não interviu junto ao Ministro da Fazenda e o Banco Emissor é mesmo instalado em Porto Alegre no dia 1º de maio de 1890, sendo a abertura de suas portas marcada para o dia 7 do mesmo mês.

Como represália, ou mais ainda, como ação articulada para fazer ver sua importância na política local, os membros do PRR que ocupam vaga no governo renunciam coletivamente no dia 6 de maio, vésperas da abertura do Banco Emissor do Sul.

Assim, abandonam seus postos o Presidente do Estado, Gal. Júlio Frota e seus Secretários Júlio de Castilhos, Antão de Farias e Homero Batista. Acompanham essa atitude o Ministro Plenipotenciário no Uruguai, Ramiro Barcelos, e diversos nomes do segundo escalão do governo estadual e da União.

Frente aos acontecimentos o Mal. Deodoro da Fonseca nomeia para Governador do Estado o Gal. Cândido Costa. Elemento estranho à política local, espera-se que esse tenha melhores condições de superar as divergências da política regional, garantindo, assim, o poder republicano e a própria legitimidade do Governo Provisório no Rio Grande. Como o Gal. Cândido Costa estava no Rio de Janeiro, não pôde assumir o cargo imediatamente. Dessa forma, o Gal. Silva Tavares, que fora nomeado para o cargo de Vice-governador, é designado para assumir o governo do Estado interinamente.

Membro de tradicional e poderosa família da região da fronteira, o antigo líder do Partido Conservador convertera-se ao republicanismo nos últimos momentos do

Império. Esse militar também mantinha relações pessoais de longa data com o Mal. Deodoro.

Sua nomeação indica uma tentativa de aproximação do Governo Provisório com o clã dos Silva Tavares e, por extensão, com os antigos membros do Partido Conservador do Rio Grande e ao poder oligárquico regional que eles ainda representam. O governo republicano parece, nessa manobra, procurar um novo aliado político no Estado.

Esse republicano de última hora, como vemos, não se sente no dever de acompanhar as lideranças do PRR no ato de renúncia coletiva e assume seu posto de Vice-Presidente exercendo a presidência do Estado.

Ele nomeia personalidades políticas do antigo Partido Conservador para importantes cargos do Estado e seguramente planeja manter influência no novo governo estadual. Mas no ataque à administração de Silva Tavares, se põem os redatores da *Federação*, os dirigentes *PRR* e os sócios da *União Republicana*.

Podemos notar que a retirada coletiva do governo não deve ser entendida como uma renúncia ao jogo político por parte dos republicanos. Ao contrário, eles estão procurando outra forma de demonstrar ao Governo Provisório a sua força como grupo político local.

Como prova dessa disposição a *União Republicana* resolve convocar, já no primeiro dia da nova administração, uma manifestação popular em apreço ao ato de renúncia do ex-governador Gal. Júlio Frota - renúncia que não foi somente deste, mas de todas as lideranças do PRR.

Jornal dos liberais rio-grandenses, *A Reforma* não está comprometida com o governo do conservador Silva Tavares que começa, nem com os republicanos que saem.

Talvez por isso faça uma descrição que melhor deixa ver os acontecimentos da noite de 6 de maio de 1890:

“Realizou-se ontem, conforme fora previamente anunciada, a manifestação promovida pela comissão executiva do Partido Republicano e pela diretoria da União Republicana.

“Às 7 horas da noite teve lugar a reunião, na praça 15 de Novembro, percorrendo depois o préstito as Ruas Silva Tavares e Andradas, até a casa do Sr. General de Divisão Júlio Frota, onde estacou.(...)”

“Em seguida, o préstito faz-se de novo em marcha, seguindo pela rua dos Andradas.

“Ao enfrentar o edifício onde funciona o Banco Emissor, foram feitas demonstrações de desagrado ao mesmo, ouvindo-se gritos de: abaixo o Banco; fora patota; abaixo a imoralidade, etc.

“Por alguns populares foram atiradas algumas pedras sobre o edifício, ficando quebrados muitos vidros das portas do pavimento inferior.

“Pela intervenção de alguns cidadãos e da força pública, cessaram logo essas manifestações, não tendo havido felizmente maiores distúrbios a lamentar-se.”¹⁰⁵

Como vemos, a praça pública em Porto Alegre está afirmada como espaço político, como arena para a manifestação de opiniões. Só que nesse momento é o próprio PRR que, estando fora do aparato estatal, passa a utilizá-la.

¹⁰⁵ A Reforma. 7/5/1890.

Mobilizando a população urbana, os republicanos criam fatos políticos que lhes favoreçam. Agora não usam mais a Praça Deodoro da Fonseca, fronteira à sede do governo, para sua manifestação política. Como antes demonstrou a *Liga*, o melhor local para arregimentar a multidão é mesmo a praça 15 de Novembro. E' nela que circula todos os dias a grande massa popular, os subalternos, os trabalhadores pobres e mesmo os desocupados da cidade.

A caminhada organizada pelos republicanos que se segue à concentração seguramente não escolheu seu trajeto inocentemente. Passar defronte ao Banco Emissor é uma atitude que pretende manifestar a indignação popular e dos republicanos para com essa instituição.

Dessa forma, os *gritos de: abaixo o Banco; fora patota; abaixo a imoralidade, etc.* assim como as pedradas atiradas ao prédio, atos testemunhados pelo jornal liberal, não são mais que a expressão de sentimentos populares ali reunidos.

Nesse ponto o texto da *Reforma* faz uma distinção muito reveladora entre *alguns populares* e os *cidadãos* que fizeram-se presentes ao ato. Os primeiros são os responsáveis pelas pedras atiradas no prédio do Banco Emissor, são os provocadores da desordem e dos distúrbios, já os *cidadãos* são os indivíduos que, ao lado da *força pública*, juntamente com o aparelho policial do Estado, contém os distúrbios e contribuem para a manutenção da ordem.

Percebemos nesse texto de cunho liberal que a desordem promovida pelos *populares* nas ruas da cidade é algo profundamente reprovado. Contudo, mantém-se a possibilidade dos *cidadãos* utilizarem a rua como espaço de manifestação política. Isso denota que também os liberais aceitam as manifestações de rua como práticas políticas válidas ao cidadão.

Não está claro quem são os personagens sociais que constituem a multidão reunida na manifestação promovida pelo PRR. São apenas citados seus organizadores: a *comissão executiva do Partido Republicano* e a *diretoria da União Republicana*. Não é dito quem respondeu ao chamado dessas entidades.

Mas ao se marcar ato para o mesmo local que dias antes fora usado pela *Liga*, fica evidente que se quer de novo reunir os personagens daquela manifestação. Os republicanos, sem dúvida, não estão interessados em promover uma atividade apenas com seus correligionários. Pretendem arregimentar para a sua esfera de influência os setores populares também descontentes com a política econômica.

No apanhado que *A Federação* faz desse acontecimento fica mais identificável essa intenção:

“A convite da comissão executiva do Partido Republicano e da União Republicana reuniram-se ontem, na praça 15 de novembro, muitos cidadãos com o fim de fazer ao General de divisão Júlio A. Falcão da Frota uma manifestação (...) Era enorme a imponente massa dos manifestantes, composta de alguns milhares de cidadãos, vinculados pela mais estreita solidariedade, e de várias bandas de música. Em qualidade e quantidade foi uma das manifestações populares mais esplêndidas que se tem realizado nesta capital, achando-se nela bem representadas todas as classes.

“(...) Muitos vivas e aclamações foram elevados aos chefes republicanos deste Estado.

“(...) O préstito dissolveu-se em frente à União Republicana, de cujo edifício ainda oraram, a chamado do povo, os Drs. Barros Cassal e Demétrio Ribeiro.

“A multidão aplaudiu entusiasticamente os oradores e dispersou-se
debaixo da melhor ordem.

“Foi um pronunciamento importante e sobremaneira honroso aos
seus brios que o povo de Porto Alegre levantou ontem.”¹⁰⁶

Lemos, nessa descrição feita pela *Federação*, que os envolvidos são sucessivamente nomeados como *cidadãos*. Com a recorrência do termo para designar os presentes ao ato, o jornal republicano está interessado em atribuir uma identidade política positiva aos manifestantes, para com isso legitimar a atividade.

Na leitura da expressão abrangente *de todas as classes* devemos ser cautelosos. Corriqueiro e digno de nomeação seria a presença dos senhores da cidade, dos bacharéis, dos donos das casas de negócios, membros de alguma instituição ou esfera do poder civil ou militar.

Não sendo nomeados os participantes desta manifestação, fica perceptível que se tratam de indivíduos de pouco prestígio pessoal. Percebemos a participação, no ato republicano, daquela disforme massa anônima da população urbana.

Chamar a atenção da presença de *todas as classes*, nesse caso, é salientar a participação dos grupos sociais que não são esperados em acontecimentos políticos. Os populares, os subalternos da cidade.

Mas na descrição dos acontecimentos feita pela *Federação* não são simples populares que transitam pelas ruas. Antes o órgão republicano quer fazer crer que estão presentes à praça pública indivíduos atribuídos de direitos e que desejam se fazer ouvir em suas reivindicações.

¹⁰⁶ A Federação. 7/5/1890.

Também notemos que os presentes ao ato não estão lá inocentemente. Ao contrário, o texto afirma claramente que eles tem a intenção de *uma manifestação* de apoio aos líderes políticos republicanos.

O texto da *Federação* não fala nada sobre gritos de protesto ou pedradas contra o Banco, como na *Reforma*. Ao contrário, para o jornal republicano o préstito *dispersou-se debaixo da melhor ordem* e com salvas dirigidas em saudação aos *chefes republicanos* que fazem os discursos.

Designando os participantes como *muitos cidadãos*, o texto atribui uma identidade social aos setores populares da cidade ali arregimentados. Afirmando o caráter político desse protesto em praça pública, *A Federação* leva a termo a construção de uma identidade de cidadão e endossa a manifestação de rua como um direito desse.

Nessa manifestação os líderes republicanos não são simples oradores mas os condutores da manifestação. Diferentemente do ocorrido em 28 de abril, estão presente não apenas populares, mas cidadãos .

Ainda na noite do dia 7 de maio seguem-se as manifestações populares contrárias ao Banco Emissor. *A Federação* apresenta com entusiasmo tais fatos e narra essa segunda manifestação de apreço a Júlio Frota. Ela ocorre quando o ex-governador passeia com sua família pela Praça da Alfândega. Nesse momento ele é aclamado e acompanhado por populares em seu passeio.

“Ai, defronte ao edifício onde funcionava o Banco Emissor, deteve-se a multidão, surgindo do seio dela manifestações hostis à funesta instituição(...)”¹⁰⁷

¹⁰⁷ A Federação. 8/5/1890.

Novamente não vemos nomeação dos personagens envolvidos, de onde podemos supor que é a população anônima que está outra vez se manifestando independentemente do chamamento ou da orientação dos líderes republicanos.

Contudo, dessa vez o texto da *Federação* que se segue não menciona os manifestantes como *cidadãos*. Ao referir-se a estes, são usados os termos como *grupo*, *multidão*, *povo*.

O que vemos nesses acontecimentos do começo de maio de 1890 parece-nos uma clara manipulação dos setores populares por parte do PRR, de forma que aqueles sustentem o projeto político destes.

Nos momentos em que os setores populares participam de atividades republicanas, A *Federação* os identifica como cidadãos. Quando esses setores manifestam-se de forma autônoma, o órgão republicano não se apresenta tão preocupado em legitimar a ação política.

Contudo, o PRR não pode desabilitar essas manifestações autônomas da população, sob pena de desqualificar a sua própria estratégia de intervenção na disputa política. Acaba, dessa forma, endossando a manifestação de rua como prática legítima.

Ao não serem atendidos em suas solicitações pelo Chefe do Governo Provisório, os líderes do PRR se consideram politicamente negligenciados. Renunciam aos seus postos no Governo do Estado e vão buscar de outra base de sustentação para a sua ação política.

A multidão, que em 15 de dezembro e 28 de abril já conquistara por suas próprias ações as ruas e praças de Porto Alegre como espaço para a manifestação política, é reconhecida pelo PRR como agente político capaz de legitimar seu projeto.

O PRR passa a convocar os cidadãos às ruas para o exercício da política e lhes atribui a identidade de *cidadãos*. As manifestações que esses setores sociais desenvolvem são agora apresentadas como práticas políticas legítimas.

É claro que quando esses agem de forma autônoma, não ganham o mesmo apoio. São vistos como simples *populares*. Mas ainda assim não são deslegitimados nessa prática social.

3.2.2. A tomada do poder pela rua

Fora do governo após a renúncia coletiva, os republicanos não abandonam o combate político. Estão, isso sim, estabelecendo outra estratégia para mostrarem-se importantes frente ao Governo Provisório, como bem salienta Costa Franco.

“Melhor interpretando essa retirada, diremos que ela teve o objetivo tático de valorizar perante o Governo Provisório e, especialmente, perante Deodoro, a importância do apoio da direção partidária rio-grandense. Pois os acontecimentos subseqüentes demonstraram que Castilhos não se absterá de disputar o poder.”¹⁰⁸

Já os primeiros dias do governo Silva Tavares não são nada tranquilos com as manifestações de 6 e 7 de maio. O Vice-Governador quer demonstrar o seu poder frente à cidade e sua população e dá instruções ao seu Chefe de Polícia para que retome o controle da situação nas ruas de Porto Alegre.

¹⁰⁸ FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1996. p.70.

Com esse fim, são chamados à polícia João Steenhagem, presidente da *Liga Agrícola Industrial*, e Gelfo Zanirati, presidente da *União Operária*, para prestarem esclarecimentos sobre os incidentes ocorridos nesses dias.

Vale lembrar que a *União Republicana* e o próprio *PRR* são as entidades que convocam a população para a manifestação do primeiro dia, ao passo que a do segundo surge, aparentemente, de forma espontânea. Mesmo assim, os dirigentes das entidades republicanas não são chamados a depor, mas sim os das entidades classistas.

Esquecidos, os republicanos não se omitem desta intimação policial. O advogado Barros Cassal lança nota na *Federação*, solidarizando-se com os intimados:

*“Não sei ao certo os móveis que inspiraram a resolução policial, nem os intuitos que a dominam. Não ignoro, todavia, o que toda a gente sabe: os honrados cidadãos prestaram o seu concurso e o seu entusiasmo ao meeting popular de protesto contra o desastre financeiro e crime político conhecido sob o nome de - Banco Emissor - Daí, talvez, tenham incorrido na ira dos diretores de tão nefasta instituição o que vale dizer - na ira da atual administração do Estado.”*¹⁰⁹

No texto que fez publicar, o republicano hipoteca sua solidariedade à causa desses *honrados cidadãos*. O fato de ter *prestado concurso e entusiasmo ao meeting político* é visto como um ato absolutamente natural e mesmo próprio aos seus direitos de cidadãos.

¹⁰⁹ A Federação. 9/5/1890.

O advogado acompanha os dois intimados à delegacia em seus depoimentos e a seguir lança uma segunda nota, onde afirma que o processo tem origem na pessoa do Vice-Governador que é, também, fiscal do Banco Emissor.

Ou seja, deixa entender aos seus leitores que o inquérito policial tem motivação política, que visa apenas coibir o que é direito dos cidadãos: a manifestação de seus interesses.

O caso prometia andar ainda mais nesse sentido policial, pois o delegado aproveita o primeiro interrogatório para intimar ainda outros dois dirigentes da *Liga*, Francisco José de Mesquita e Francisco Herzog. Novamente são esquecidas as entidades republicanas, mais uma vez o advogado garante seu apoio a esses cidadãos.

Atentos para a agitação social que impregna as ruas, os dirigentes republicanos preparam-se para produzir novos fatos políticos na cidade. Se não estão sendo reconhecidos pelo Vice-Governador e seu chefe de polícia como os perturbadores da ordem social, as lideranças do PRR querem tornar ainda mais claras as divergências entre os republicanos históricos e os adesistas de última chamada, agora controladores do Estado.

E´ assim que, às vésperas do dia 13 de maio, a *União Republicana* marca uma manifestação comemorativa ao dia da abolição da escravatura. Evidente que, nessa conjuntura de forte disputa política, a comemoração desse evento era de fato menor.

A data serve apenas como pretexto para a arregimentação da multidão. Guiada pelas lideranças do PRR, essa fatalmente voltará a fazer pronunciamentos contra o Banco Emissor. Desconfiando das intenções da *União Republicana*, o Chefe de Polícia vai até a sede da entidade, na noite do dia 12, e propõe que a festividade seja cancelada pelo bem da ordem pública. Evidentemente, a direção da *União Republicana* não entra em acordo e exige que tal determinação seja dada por escrito.

Isso deixa ainda mais claro que os republicanos estão interessados em criar um fato político. Se não com a comemoração da data, ao menos com a censura declarada por parte do chefe de polícia. De uma ou de outra forma o PRR procura comprometer a imagem do novo Governo frente à população.

No dia 13 de maio a sede da *União Republicana* amanhece enfeitada para a festividade. Ao longo deste dia são estourados muitos fogos e no final da tarde é colocada na frente do prédio uma banda de música.

Com elementos mais do que suficientes para chamar a atenção popular, os republicanos conseguem seu intuito. A noite o trecho da Rua dos Andradas próximo a Rua do Comércio (atual Rua Uruguai), em frente à sede da *União*, fica tomada pela multidão.

Novamente vai até a *União Republicana* o chefe de polícia, só que agora acompanhado por uma forte escolta militar. Das diferentes versões apresentadas pela imprensa nos dias seguintes, podemos ter um certo consenso acerca do episódio que se segue:

O Chefe de Polícia vai até a multidão e tenta dissolvê-la. Não tendo êxito, volta para junto da tropa de fuzilaria que viera com ele. Nesse momento um grupo de populares move-se em direção aos soldados. Esses, não se sabe por que ordem, disparam pelo menos uma descarga contra a manifestação.

Os disparos da tropa não foram ocasionais e de fato tinham como mira os manifestantes. Isso é facilmente verificado pelos resultados anunciados por toda a imprensa da época. Um morto e três feridos, entre esses Barros Cassal.

Como seqüência dos acontecimentos, temos notícias de muitas reuniões. De um lado os Generais da cidade e o Vice-Governador. De outro os chefes das tropas aquarteladas em Porto Alegre e os líderes republicanos.

Essas sessões se seguem até que novamente os jovens e entusiastas alunos da Escola Militar entram em cena. Indignados com a brutalidade dos acontecimentos e incentivados pelos líderes do PRR, eles mobilizam-se pela ‘defesa da República’ e saem às ruas dispostos a derrubar o Vice-Governador e seus ajudantes promotores do ‘massacre.’

Depois de passarem pelos dois quartéis do centro da cidade e arregimentarem soldados à sua causa, os alunos seguem em direção ao palácio do governo. Lá os participantes dessa parada militar são informados que Silva Tavares, já sabendo desse levante das tropas, renunciara em favor do General Bitencourtt, Chefe das Armas no Estado. Esse militar, que acompanhava as orientações políticas do PRR, é tranqüilamente aceito pelos manifestantes que já estão em frente à sede do governo.

Os líderes do PRR conseguiram seu intento. Uma simples comemoração da abolição da escravidão tem, como resultado final, um golpe de Estado e a sua recondução ao poder.

O Banco Emissor, pivô de todo o debate político, manteve-se em funcionamento. Mas as palavras dos líderes do partido ganham maior força nas questões administrativas da União Brasileira, visto que agora eles ascendiam ao poder não por nomeação do Governo Provisório mas como representantes da população de Porto Alegre.

Tendo clara a participação dos líderes políticos republicanos nesses acontecimentos, é de questionar-se qual o papel desempenhado pela população urbana no episódio. Quem estava nas manifestações e qual a sua participação.

O texto menos apaixonado sobre esse episódio novamente parece-nos ser o da *Reforma*. Jornal dos antigos liberais, ele não está preocupado em preservar nem o governo de Silva Tavares, nem as manifestações dos republicanos.

Seu editor procura antes apresentar aos seus leitores uma descrição sucessiva de fatos e utiliza para isso um texto enxuto e sem muitas alegorias. Sobre os participantes da manifestação em frente à *União Republicana* diz:

“(...)A noitinha, achava-se postada em frente da casa da sociedade uma banda de música, que tocava diversas peças, achando-se reunida grande massa de povo na rua e nas calçadas.”¹¹⁰

Nessa passagem temos pistas de que não apenas os republicanos estavam presentes ao ato. A *grande massa de povo* aí mencionada de fato impressionou o redator pelo seu tamanho, pois foi preciso salientar que ela tomava não simplesmente a rua mas também *as calçadas*, no plural, designando os dois lados da rua.

A necessidade deste último complemento é marca de um movimento fora do comum, que acabava por bloquear o trânsito da Rua dos Andradas, artéria central da cidade.

É certo que nesse meio estavam reunidos os militantes do PRR e os sócios da *União republicana*. Apenas esses, porém, não fariam tamanha reunião e, se fossem somente esses os presentes, o redator liberal teria preocupação em dizê-lo para comprometer o partido.

De outra parte, os dados pessoais referentes aos feridos no enfrentamento nos dão conta do perfil do público participante. Claro que não podemos tomar esses dados como uma proporção estatística dos manifestantes. Mas, como dado disponível, é a aproximação possível que temos do fenômeno histórico e devemos interrogá-lo para que seja significativo.

¹¹⁰ A Reforma. 15/05/1890.

Fazendo o inventário dos atingidos, A Federação diz o seguinte:

“Henrique Navaro, empregado do Hotel Siglo, cidadão espanhol, foi atravessado na altura do pulmões por uma bala Comblain; morreu a meia noite, depois de copiosa hemorragia;

“Octaviano Silveira da Luz, da Casa Lopes, Faceiro & C., teve o pé direito despedaçado por uma bala. O ferido foi primeiramente medicado pelo médico militar Dr. Palha e está atualmente confiado ao Dr. Josetti. Ainda não lhe foi amputado o pé.

“Antero Borges, empregado na capatazia da Alfândega sofreu um balaço em uma perna, na situação do joelho. Foi lhe amputada a perna pelo nosso amigo Dr. Wallau. O ferido vai bem.”¹¹¹

Pela leitura das informações dadas sobre esses indivíduos podemos crer que, fora Barros Cassal, os demais feridos no acontecimento são simples trabalhadores da cidade. São genericamente empregados assalariados: um de hotel, outro de casa comercial e o último da Alfândega.

Muito provavelmente eles não desempenham qualquer função de destaque nessas empresas. Se fosse o caso, seria citado, visto que, no trato de Barros Cassal, suas qualificações como líder republicano, advogado, e mesmo como pai de família, não foram esquecidas.

A presença desses indivíduos no cenário dos fatos denota um envolvimento dos setores populares com a causa dos republicanos. Podemos supor que esses setores estão de fato engajados na manifestação.

¹¹¹ A Federação. 14/05/1890.

Assim como nas manifestações anteriores, onde é registrada a presença dos líderes da *Liga Agrícola Industrial* e da *União Operária*, aqui vemos os possíveis sócios dessas entidades e membros da classe que elas procuram representar diretamente envolvidos no acontecimento.

Não nos é possível confirmar a presença de populares na marcha que os alunos da Escola Militar e as tropas dos quartéis fazem até o Palácio do Governo. Se *A Federação* afirma essa participação, os demais jornais a refutam, dizendo que apenas alguns paisanos teriam se feito presentes no momento em que a noite atinge seu clímax.

Mas é estranho imaginar que, em meio a tamanha agitação político-social, realmente toda a cidade tenha se recolhido, recusado-se a participar do desfecho de acontecimentos tão importantes. Mesmo porque no dia seguinte ainda há disposição dos populares para ir às ruas.

Pode-se discutir a capacidade de mobilização do PRR ou mesmo o exagero da *Federação* ao veicular os fatos, mas eles têm ares de veracidade. A manifestação certamente não ocorreu como descrito pelo órgão republicano, mas o dado da sua existência deve ser mantido. Da mesma forma, devemos preservar o fato de que ela conta com mais participantes do que os correligionários do Partido.

No dia 14 é organizado um cortejo que acompanha o transporte de Barros Cassal, ferido, até sua casa. Esse mesmo público é, logo após, mobilizado para o funeral do mártir da causa republicana, que perecera durante o incidente.

De novo é *A Federação* que fornece uma descrição dos participantes da procissão que acompanhou o corpo de Henrique Navarro ao seu enterro.

“Muito antes da hora marcada para a condução do corpo à Igreja do Senhor dos Passos, começaram a afluir ao lugar convencionado, de

todas as direções inúmeros cidadãos, oficiais da Guarda Civil, empregados das repartições públicas, membros das magistraturas, lentes e alunos da Escola Militar, sócios da União Republicana, da União Operária e da Liga Agrícola Industrial, jornalistas, membros da comissão executiva do Partido Republicano, etc..”.¹¹²

Como vemos, na procissão que cruza as ruas de Porto Alegre não estão apenas amigos e conhecidos do falecido. Um empregado de hotel dificilmente teria como próximo, por exemplo, *membros da magistratura*.

Na leitura da *Federação* são novamente os *cidadãos* portoalegrenses que, convocados pelo PRR, saem às ruas para prestar sua homenagem ao mártir da causa republicana. São oficiais e magistrados, membros do PRR que exploram politicamente o incidente, mas são também empregados e operários que prestam homenagem ao colega.

Como coroamento de seu retorno ao poder, o PRR promove mais uma passeata pelas ruas da cidade. O cortejo fúnebre é silencioso, como em silêncio estão os despojados do poder a partir da manifestação em comemorativa ao 13 de maio.

Frente à disputa política com o Governo da União, a arregimentação popular é a tática escolhida pelo partido para recolocar-se no poder. Não é justo pensar que se desejava um mártir para esse movimento, mas não podemos deixar de reconhecer que essa morte foi muito bem explorada.

¹¹² A Federação. 14/05/1890.

3.2.3. O cidadão da multidão

Tanto nas manifestações ocorridas em 28 de abril, como nos dias 6 e 7 de maio, em protesto à abertura do Banco Emissor e a política do Encilhamento, como nos acontecimentos de 13 de maio, temos testemunhos de uma prática social relacionada com as disputas políticas estabelecidas no interior do aparelho de Estado.

Nesses momentos, em Porto Alegre, a multidão sai às ruas para demonstrar a sua contrariedade com as medidas adotadas pelo poder estabelecido. A rua, que já fora palco das festividades de comemoração do regime, é agora tomada como palco privilegiado para a demonstração de interesses políticos.

O PRR, que por divergências com o Governo da União renuncia ao poder fica sem sustentação política, passa a ver nessa prática social a possibilidade de construir uma outra base para a sua ação política. De palco para o exercício de uma cidadania informal, a rua e as manifestações populares passam a ser legitimadas como espaços do político.

A multidão, composta por indivíduos de diferentes grupos sociais, como operários, trabalhadores pobres, advogados, lideranças partidárias, tem como interesse imediato e fator de união manifestar sua contrariedade frente à política econômica do Encilhamento. Ou seja, pressionar o Estado na sua tomada de decisões.

Está presente na multidão um *cidadão* que usa a rua como espaço para se expressar, que tem nas manifestações públicas um instrumento de prática política, uma arma de reivindicação, enfim, uma forma de pressionar o Estado.

A primeira manifestação, de 28 de abril, convocada exclusivamente pela *Liga Agrícola Industrial*, e a de 7 de maio, demonstram uma autonomia desses cidadãos. Contudo, esses não deixam de estar presente nas demais concentrações promovidas

pelos líderes republicanos. Com isso, fica aparente que, mesmo nas atividades promovidas pelo PRR, continua existindo o envolvimento popular.

Atuando com maior ou menor autonomia, os setores populares de Porto Alegre atestam que não estão inertes no debate político republicano. Ao contrário, querem manifestar-se sobre as questões do Estado, querem atuar nas definições estatais.

As lideranças do PRR, em disputa constante com os setores oligárquicos do Estado e querendo legitimar-se frente ao Governo Provisório, percebem essa disposição popular de participar das questões políticas e acabam por potencializá-la em seu favor, fazendo desses setores sua base de sustentação social.

É certo que os republicanos não estão tão preocupados em ouvir as reivindicações dos setores populares. Querem antes usar o peso político e social da multidão para dar legitimidade ao seu próprio projeto político.

Os republicanos estão mais interessados em criar fatos que demonstrem ao Governo da União a sua força política e sua importância como aliado no Rio Grande do Sul. Querem usar a multidão para recolocarem-se no poder.

Quando os republicanos chamam a multidão à rua, para fazer dela agente de pressão política, obrigam-se a reconhecer seus membros como cidadãos, como detentores de direitos. Ficam forçados a legitimar a manifestação de rua como uma prática da cidadania.

Mas esse reconhecimento não é sempre o mesmo. Por conveniência, A *Federação* somente designa como ‘cidadãos’ os participantes das atividades convocadas e dirigidas pelos republicanos. Os protestos autônomos são tidos como atitudes de simples ‘populares.’

Sem projetos próprios claramente definidos, e não sendo as organizações classistas fortes o suficiente, os setores populares acabam sendo politicamente dirigidos pelo PRR e vão servir sim para legitimar o projeto político deste no Estado.

Mas para os setores populares essas sucessivas manifestações públicas desenvolvidas nas ruas de Porto Alegre são a forma de interferir nas questões políticas. A multidão, como personagem coletivo, cobra do Estado aquilo que deseja ter regulamentado como direito. No seu interior estão os indivíduos que interferem no processo político da República e desejam ser reconhecidos como cidadãos republicanos.

“As ocorrências de 13

Não temos dados completos, nem informações seguras, para poder relatar aos nossos leitores todos os detalhes dos graves sucessos da noite de 13.

Alheios completamente as disposições tomadas pelas autoridades que caíram, como ignorantes das providências postas em prática pelas atuais, só podemos dar resumo do que foi público.

Parece que a União republicana pretendeu solenizar a data gloriosa de 13 de maio, em que se efetuou a liberdades dos escravos, soubemos que na noite de 12, o Sr. Coronel Raphael Lima, chefe de polícia interino, entendeu-se com o presidente daquela sociedade para não ser efetuada a manifestação realizada; mas não sabemos o que ficou então assentado.

Durante o dia 13, a fachada da União Republicana conservou-se embandeirada, e de espaço em espaço subia ao ar foguetes.

A noite, achava-se postada em frente da casa da sociedade uma banda de música, que tocava diversas peças, achando-se reunida grande massa de povo na rua e calçadas.

As 7 ½ horas vimos passar um forte pelotão de praças de infantaria, que se postou a pequena distância da casa da União Republicana.

O Sr. Coronel Raphael Lima dirigiu-se ao grupo e intimou-o para dispersar-se, recebendo enérgicas contestações. Embalde o chefe de polícia interino procurou, ao que nos informam, convencer de que sua ordem devia ser respeitada, nada conseguindo dos manifestantes. Durou alguns minutos a intervenção do Sr. Coronel Raphael, cujas palavras eram recebidas com fortes protestos.

Retirando-se o chefe da polícia interino, uma massa de povo se encaminhou em direção a praça da Alfândega. A força de linha, que estava formada no meio da rua para impedir a passagem, e era comandada por dois oficiais subalternos, parece que não compreendeu a voz de seus comandantes, que segundo nos dizem deram a de preparar, ou carregar. O certo é que as armas detonaram, e alguns feridos caíram sobre a calçada.

Não conhecemos o número de feridos. Sabemos, porém, que o está gravemente o Sr. Dr. Cassal, que, com a maior coragem, vinha na frente do grupo.

Foi recolhido a farmácia Masson, onde se lhe fizeram os primeiros curativos; e ontem ao meio dia levado para a sua residência, onde se conservava grande número de amigos, que ao lado da desolada família, o rodeavam de mil cuidados.

Antero de tal, empregado nas capatazias da Alfândega, amputou uma perna.

Um moço, caixeiro dos Srs. Lopes, Faceiro & C., teve um ferimento no pé; um outro a cabeça partida.

Houve um morto, moço de origem espanhola, que fôra empregado no Hotel Continental.

Na rua, uma grande massa de curiosos enchia a calçada. O comércio fechou logo as suas portas quando a força atirou, e o povo foi gradualmente retirando-se, deixando a rua completamente transitável, sem mesmo haver necessidade de empregar-se o piquete de cavalaria que para ali fora mandado.

Estes tristes sucessos impressionam profundamente a população da cidade, que se conservou alarmada por muito tempo.

Sentimos ter necessidade de dar conta de tão consternada notícia e fazemos os mais sinceros votos para que tais cenas não se reproduzam na nossa bela cidade, que foi sempre tão pacífica e ordeira.”

[CdPeH3] Comentário:
BIBLIOGRAFIA
PINTO, Celi R. Feraz.
Positivismo: um projeto alternativo (RS: 1889-1930).
Porto Alegre: L&PM. 1986
CARONE, Edgar. **A República Velha: I instituições e classes sociais.** Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.
PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A política financeira da República Velha gaúcha: um enquadramento histórico (1ª parte).** IN: ? ? ? p.273-295
Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul para o ano de 1892 organizado por Alfredo Ferreira Rodrigues.

3.3. As representações sociais sobre o exercício da cidadania

Vimos antes, nos primeiros momentos da República que, a população de Porto Alegre movimentou-se em torno do debate político do novo regime. Em diferentes manifestações os habitantes da cidade demonstraram ter, como objetivo, a intervenção nas definições políticas do aparelho de Estado.

Em festas e comemorações cívicas, passeatas ou protestos em defesa ou em contestação de determinada medida, os setores populares exercem uma cidadania informal, uma cidadania que não se manifesta através dos espaços permitidos pelo Estado.

Os diferentes grupos sociais da cidade estão construindo, no interior dessas práticas, representações sociais sobre as prerrogativas da cidadania. Desta maneira podemos propor que o imaginário social da cidade impregna-se de expectativas sobre os meios de participação política no interior do novo regime. Nessa disputa simbólica cada grupo procura estabelecer uma identidade para o cidadão que atenda aos seus interesses.

No embate simbólico travado pelo alargamento dos espaços formais de participação, os setores populares confrontam-se com uma tradição política brasileira marcada pelo autoritarismo das elites.

Para Marilena Chauí, a política brasileira é caracterizada por relações impositivas das elites políticas, que não abrem espaços formais para os setores populares manifestarem-se publicamente.

As práticas clientelistas, dos setores oligárquicos, ou as práticas populistas, dos setores progressistas, e mesmo o vanguardismo, dos grupos revolucionários, são variações de uma mesma postura autoritária que não vê na sociedade capacidade de

formulação política. Ela é vista por esses como um ente que necessita ser guiado pelo Estado.

Marilena Chauí, ao falar sobre a sociedade brasileira, diz:

*“É uma sociedade, conseqüentemente, autoritária na qual a esfera pública nunca chega a constituir-se como pública, definida sempre e imediatamente pelas exigências do espaço privado, de sorte que a vontade e o arbítrio são as marcas do governo e das instituições ‘públicas’.”*¹¹³

Na sociedade brasileira que, como vimos, não realizou a distinção entre o espaço público e o privado, a política é marcada pelo mando. Sem a noção de representatividade consolidada, a participação dos setores populares passa mais pelos espaços informais que pelos processos formais, tais como o mecanismo eleitoral.

Nesse contexto social Chauí argumenta que os setores populares constroem, como estratégia de resistência, práticas que pervertem as relações impostas pelos grupos dominantes.

Sobre a cultura popular e sua capacidade de construção de relações sociais Marilena Chauí argumenta:

“Talvez seja mais interessante considerá-lo [o saber popular] ambíguo, tecido de ignorância e de saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de conformismo e de resistir, capaz de resistência ao

¹¹³ CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.55.

se conformar. Ambigüidade que o determina radicalmente como lógica e prática que se desenvolvem sob a dominação.”¹¹⁴

A partir desta leitura do saber popular como lógica ambígua capaz de formular práticas de resistência, observamos que a sociedade é capaz de rearticular as relações sócio-culturais impostas pelas elites autoritárias.

Da mesma forma, os mecanismos autoritários de relação política com o Estado não são propriamente superados por outros radicalmente distintos. Antes, os setores populares procuram corrompê-los agindo nas brechas que o sistema apresenta, de forma a subverter a sua lógica excludente. Sob as estruturas autoritárias, e não em oposição a elas, é que esses setores agem para tornar o Estado mais permissivo às suas demandas.

As formas autoritárias de relacionamento entre Estado e sociedade, impostas pelos grupos politicamente dominantes, não são imediatamente aceitas. Antes, os setores populares formulam práticas e representações sobre o processo político, para que essas estruturas excludentes atendam algumas de suas demandas.

É possível, assim, propor que a população porto-alegrense, ao participar das eleições e do processo político formal, procura, ainda que subordinada a uma visão autoritária, brechas para a manifestação de seus interesses. Nesse processo, articula para si uma identidade de cidadão que corresponda a sua perspectiva de ação política.

É preciso, portanto, investigar quais as representações construídas em torno das práticas sociais de participação política formal como elas se cruzam com as práticas informais antes vistas, e quanto elas são significativas para a construção da identidade do cidadão republicano.

¹¹⁴ CHAUÏ. Marilena. **Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo:

3.3.1. O PRR e o cidadão educado

Como grupo político que torna-se hegemônico no processo de consolidação da República, podemos crer que a representação da cidadania articulada pelo PRR, nesse momento, é a que irá prevalecer.

A questão colocada, portanto, é ver quem, para o PRR, é o portador das virtudes cívicas. Quais práticas sociais demonstram o uso da cidadania? Qual representação social sobre o exercício da cidadania o Partido Republicano está legitimando nesse momento.

O PRR, logo que percebe a movimentação social dos grupos populares em torno da República, procura formas de beneficiar-se politicamente dessas práticas urbanas. Agindo como grupo partidário articulado que é, seus militantes se fazem presentes aos atos populares convocados pelas entidades classistas e discursam, defendendo a sua representação sobre a identidade do cidadão.

A teoria política do PRR, como é sabido, está impregnada pelo pensamento positivista de Comte. Na proposta positivista da 'ditadura republicana', assumida pelo partido, a administração pública é exercida por um ditador plenipotenciário. Esse deve pautar suas ações administrativas não tanto pelas manifestações da sociedade mas pelo pensamento cientificista, capaz de controlar todas as variáveis do movimento social de forma a conduzi-lo pelo caminho do progresso.¹¹⁵

Nessa perspectiva, fica claro, não há muito espaço para a manifestação política da sociedade. A ação política cabe toda ao ditador, à sociedade resta apenas confiar na sapiência deste líder e acatar as suas determinações embasadas no pensamento científico positivista.

Brasiliense, 1986. p.124.

Logo após a Proclamação da República *A Federação* publica vários artigos, nos quais deixa clara qual a perspectiva que os membros do partido têm sobre a participação popular nas questões do Estado.

Num destes textos é dito que:

*“A educação cívica pela dignidade pessoal e pela voluntária subordinação das classes dirigidas às classes diretoras é a maior de todas as exigências do sistema republicano.”*¹¹⁶

Nesse trecho, *A Federação* deixa claro que entende o civismo como uma questão de *educação*, ou seja, uma questão de ‘bom comportamento’ por parte dos indivíduos. Daí vemos a possibilidade de haver tanto um ‘bom’ exercício do civismo, como um, ‘mau’ uso das prerrogativas cívicas.

A *educação cívica*, o uso correto das prerrogativas da cidadania, é algo que faz parte da *dignidade pessoal*. Como parte da honradez, o exercício dos direitos do cidadão não é algo da vida pública mas elemento que entra na esfera da vida privada.

Assim sendo, o texto republicano apresenta o exercício da cidadania como uma questão vinculada à honra, ligada a afetos e compromissos pessoais e não ao exercício de uma liberdade de consciência.

Logo após, o PRR, reconhecendo as diferenças de classes no interior da sociedade, faz da República o regime da *voluntária subordinação social*. O exercício do poder, nessa visão de sociedade, não se legitima por laços de sangue ou pelos títulos

¹¹⁵ TRINDADE, Helgio. *La “dictature republicaine” au Rio Grande do Sul: positivisme et pratique politique au Bresil*. In: Cahiers du Bresil Contemporain, Paris, n.12, 1990.

¹¹⁶ *A Federação*. 3/12/1889.

distribuídos pelo monarca aos seus preteridos. Antes justifica-se pelo reconhecimento, por parte do corpo social, da sua inferioridade nas relações com o Estado.

Condenam-se, assim, os privilégios exercidos pela nobreza durante o Império para justificar a dominação da *classe diretora* da República através dos méritos intelectuais de seu pensamento social cientificista.

Abordando a forma como devem relacionar-se o Estado e a sociedade, o mesmo artigo da *Federação* segue dizendo:

*“O respeito mútuo da sociedade para com os diretores de seus destinos, e o da autoridade para com as legítimas e sinceras manifestações da opinião constituem o fundamento primordial da ordem e o único meio de desenvolvimento do progresso.”*¹¹⁷

Por esse texto vemos que, para o PRR, a República não se caracteriza pelo controle público das coisas do Estado. A manutenção do *fundamento primordial da ordem* nas relações entre Estado e sociedade pauta-se por um *respeito mútuo* entre a *sociedade* e os *diretores de seus destinos*. A cidadania, nessa visão, é o respeito dos subordinados para com os desígnios da *autoridade*.

Contudo, não fica claro o que consiste o respeito da *autoridade* para com as demandas sociais. Não são apresentados nem canais nem instrumentos para as *manifestações da opinião* da sociedade frente ao Estado.

Que tipo de manifestações podem ser consideradas como *legítimas* ou *sinceras*? Por outro lado, quais são as ilegítimas e mentirosas? Essa distinção entre o que é legítimo ou ilegítimo parece ficar a cargo da própria *autoridade*.

¹¹⁷ A Federação 3/12/1889.

Nesse caso, as manifestações das classes dirigidas que denotem uma discordância com os desígnios ditados pelos *diretores dos destinos*, podem tranqüilamente ser tratadas como aspirações ilegítimas da sociedade e desconsideradas como reivindicações dos bons cidadãos.

Esse raciocínio, seguramente, é empregado pelo PRR para a análise das manifestações públicas como os atos de protesto e passeatas realizadas em Porto Alegre. Quando esses são divididos em práticas legítimas dos *cidadãos* ou apenas ações de *populares*, se está dizendo o que é considerado cidadania e, por outro lado, o que são manifestações ilegítimas.

Mas essa lógica também repercute na visão que o PRR articula sobre o exercício do voto. A *Federação* afirma que foi o Governo Provisório que *restituiu* o voto à *imensa maioria dos cidadãos* que eram privados desse *direito sagrado* pelo regime monárquico.

Contudo, essa obra não se faz gratuitamente. Outro artigo publicado pela *Federação* alerta aos eleitores quem tem o direito de receber os votos no regime republicano.

“Nós reempossamos os cidadãos do seu direito, eles privaram-nos dele; querem agora que os despojados de ontem venham pressurosos eleger os seus algozes, para que amanhã lhes imponham a mesma humilhação!”¹¹⁸

A crítica aí feita, seguramente, refere-se à reforma eleitoral promovida pelo Partido Liberal. No texto o redator coloca-se como um dos excluídos do sistema

¹¹⁸ A Federação 16/12/1889.

eleitoral do Império. Dentro do contexto histórico, entretanto, é pouco provável que ele tenha sido, de fato, um dos despojados do direito de voto no Império.

Primeiramente, as limitações censitárias para o exercício do voto exigidas durante o Império não eram tão elevadas para a época. Depois, o perfil dos militantes do PRR é caracterizado por homens de profissões liberais que facilmente alcançam os rendimentos pedidos.¹¹⁹

Mas o redator do órgão do Partido Republicano também coloca-se como um dos que concede ao cidadão o direito de voto - “*nós reempossamos.*” Os republicanos assim se posicionam enquanto doadores desse direito ao conjunto da sociedade. O voto não é um direito substantivo, inerente ao cidadão mas sim um donativo, uma concessão.

Na visão do PRR o voto moralmente reto, a manifestação do cidadão *educado*, deve ser demonstrada através da eleição de seus candidatos, descartando os postulantes oposicionistas. A manifestação dos anseios legítimos da sociedade, desse modo, é o endosso dos candidatos republicanos.

Vemos que, para o PRR, o voto não é a livre manifestação de uma opção do eleitor, muito menos a escolha de um projeto político. É antes o pagamento exigido pelo próprio direito de votar. Ou ainda a legitimação dos desígnios da *autoridade*.

Quanto mais aproximam-se as eleições para a constituinte, mais os republicanos enfatizam que são eles os doadores do voto. Mais ressaltam a obrigação moral do eleitorado de votar em seus candidatos, reforçando essa linha de raciocínio.

Não entra no mérito da discussão do Partido Republicano o fato do Regimento Alvim, que regulamentou a eleição para a constituinte, impedir o voto do analfabeto.

¹¹⁹ Comparação entre as legislações eleitorais do Império e da República é feita por: CARVALHO, José Murilo de. **Desenvolvimento de la ciudadanía en Brasil**. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

Lembremos que na sociedade brasileira esse critério é tão excludente como fora o da renda mínima, antes vigente.

Para o PRR, o direito do voto é, sobretudo, uma formalidade, visto que o pleito que representa as *legítimas* aspirações da sociedade, somente pode eleger os seus candidatos. Esses fundadores do regime republicano já são, a priori, os únicos capazes de atuar no aparato do Estado.

Para o PRR o cidadão, ou antes, o bom cidadão, o *cidadão educado*, é aquele submetido às determinações dos *diretores* da sociedade. A cidadania, o uso correto das prerrogativas cívicas, é o respeito, a obediência social aos desígnios da *autoridade* que é, em última instância, a liderança do próprio Partido.

A representação que o PRR formula sobre a identidade do cidadão é a de um indivíduo que endossa a ação política do partido. As manifestações que demonstram oposição ao projeto do partido são tidas como atitudes de ‘não cidadãos’ e podem ser politicamente desconsideradas.

3.3.2. As entidades operárias e o cidadão coletivo

Mas a formulação simbólica do PRR sobre o cidadão não é a única que se estabelece nesse momento em Porto Alegre. Em meio às manifestações de rua, antes descritas, os setores populares constroem uma identidade de cidadão vinculada aos seus interesses.

Há, por parte de diferentes grupos sociais, a preocupação de criar entidades de caráter classista que significam uma articulação dos trabalhadores da cidade na busca do reconhecimento das prerrogativas que julgam como direito dentro do novo regime.

Essas entidades estão ainda muito limitadas, tanto na sua organização quanto no entendimento das contradições sociais da sociedade capitalista. Estamos em um momento de formação da identidade da classe operária e suas associações representativas refletem isso com clareza.¹²⁰

Sobre o caráter das entidades operárias no RS do final do século XIX, Petersen afirma:

“Inicialmente foram entidades de socorro mútuo, que sobretudo nas décadas de 1870 e 1880 procuraram garantir para seus sócios as condições mínimas de assistência material em caso de enfermidade, incapacidade para o trabalho ou morte.

.....

“A partir da última década do século XIX, a primitiva organização baseada nestas sociedades de socorro mútuo começou a ser substituída por outra de caráter político.

“(...) Na vanguarda deste processo encontrar-se-ão sobretudo os imigrantes alemães que serviam de mão de obra as nascentes indústrias e eram os portadores das concepções políticas da social-democracia alemã(...).¹²¹

Como vemos, no período que estamos analisando, o caráter das entidades classistas passa por um processo de transição. De organizações de cunho nitidamente

¹²⁰ Sobre o processo de construção de uma identidade operária, ver: THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

¹²¹ PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)**. Porto Alegre: ed. Universidade/Tchê!, 1992. p.17 e 29.

assistencial começam a estruturar-se grupos com pretensões de intervenção política na sociedade.

Quando da instalação do regime republicano, já atuavam na cidade duas entidades de caráter classista. A *Liga Agrícola Industrial* e a *Sociedade Benéfica União Operária*. Ao longo do período estudado essas duas entidades permanecem em intensa atividade e, como vimos antes, mobilizam seus representados para as manifestações políticas e cívicas por elas organizadas ou, ainda, às convocadas pelos republicanos.

“Sociedade Benéfica União Operária

“Sendo convidada esta sociedade para acompanhar com seu respectivo estandarte os festejos do dia 15 deste mês, são convidados todos os sócios para uma assembléia geral extraordinária(...)”¹²²

Notamos, por essa convocatória, que a entidade classista é formalmente convidada para as festividades de comemoração do primeiro ano da República. Após, também em tom formal, dirige-se aos seus sócios convidando-os a decidirem a forma de participação nesta festa cívica.

Os organizadores do evento que convidam a associação são, evidentemente, militantes do Partido Republicano. Nota-se, assim, que a entidade está sendo formalmente reconhecida pelo PRR como legítima representante e aglutinadora desse setor social.

Mas não só pelos republicanos essas entidades classistas são reconhecidas. Em meio à disputa política provocada pela instalação do Banco Emissor no Estado, o

¹²² Jornal do Comércio. 14/11/1890.

Governo de Silva Tavares, que não pode ser considerado como representante do PRR, também vê nelas uma representatividade social muito clara.

Quando dos distúrbios de rua, as lideranças dessas associações são convocadas pela polícia para prestar esclarecimentos. Isso indica o reconhecimento, por parte da autoridade policial, da capacidade de arregimentação popular e de mobilização política dessa organização de classe.

“Compareceram ontem à secretaria da polícia os Srs. João Stenhagen e Guelfo Zanirati, que ali foram inquiridos pelo Dr. Delegado de polícia sobre o quebramento de vidraças do Banco Emissor, em a noite de 7 do corrente.”¹²³

Sem entrar no mérito de terem esses dirigentes envolvido-se ou não com os acontecimentos, é significativo que a polícia, órgão do poder estatal constituído, considere as lideranças das entidades classistas, e não qualquer outro manifestante, como responsáveis pelo acontecimento.

Também é de se notar que essas entidades mantêm uma vida própria percebida e divulgada pela imprensa da época. Quando de suas reuniões, são publicadas nos jornais da cidade reportagens que dão conta dos seus debates e resultados.

Assim é quando acontece a eleição da diretoria da *União Operária*.

“Esta sociedade beneficente elegeu em 29 do passado a sua nova diretoria que ficou assim constituída.

¹²³ A Reforma. 11/5/1890.

“Presidente João Stenhagem; vice presidente, João Maria von Held; 1º secretário, Nicolau Tolentino da Soledade; 2º secretário, Francisco Antônio Espindola; Tesoureiro, Jorge Petersen; procurador, Francisco Fetterman; bibliotecário, Antônio Hoffmann.”¹²⁴

O fato do jornal dar cobertura à eleição de diretoria da entidade, divulgando os nomes dos diretores e o próprio acontecimento permite-nos propor que as associações operárias e suas reuniões são reconhecidas enquanto legítimas pela sociedade.

Analisando a lista de nomes dos diretores que assumem a entidade, podemos ver o peso da comunidade imigrante no interior dessas organizações. Em Porto Alegre, antes mesmo da proclamação da República, as colônias de imigrantes já haviam formado diversas entidades de representação étnica com caráter assistencial.

Vinculados basicamente à produção fabril que começa a desenvolver-se em Porto Alegre já no final do Império, esses imigrantes trazem consigo práticas sociais associativistas e uma visão da participação política que o trabalhador nacional, herdeiro da tradição oligárquica, ainda não tem consolidada.

Paralelo a essas organizações são fundadas, no desenrolar dos primeiros anos da República, novas entidades de caráter diferenciado. Com pretensões mais políticas e menos assistenciais, essas organizações nos dão conta de uma mudança qualitativa na sua perspectiva.

Nesse sentido é organizado o *Centro Operário*, em 29 de setembro de 1890, e a *Liga Operária*, em 18 de janeiro de 1891. Essas entidades trazem em seus nomes o adjetivo *operário*, qualificando-as claramente como de representação dos interesses dessa classe. Não se tem mais a intenção de representar, de forma dúbia, os interesses

¹²⁴ Jornal do Comércio. 3/7/1890.

das *classes produtoras* mas de reivindicar especificamente as demandas dos trabalhadores.

O *Jornal do Comércio*, em 17 de setembro de 1890, nos dá notícia da realização de uma “*reunião de operários para tratar de assuntos relativos a sua classe.*”

“Usaram a palavra os cidadãos Tolentino da Soledade, em primeiro lugar, João Maria von Held, em segundo, e Guelfo Zanirati, por último.

“Todos os oradores dissertaram sobre os interesses da classe operária, cuja situação presentemente nada é prometedora, e exortaram aos homens do trabalho a unirem-se e confraternizarem-se, porque nessa confraternização está o engrandecimento da classe e o respeito a ela devido.

“Ao que nos garantem, a presente reunião teve por fim incutir no espírito dos operários a necessidade da fundação de um Centro Operário, a exemplo de outras cidades populosas e civilizadas.

“(...)Há muito que a classe operária de Porto Alegre tem elementos de sobra para constituir-se pujante e forte em um centro.”¹²⁵

De acordo com o texto, os oradores, provavelmente os responsáveis pela reunião, têm claro a necessidade da união da classe operária para alcançar o *respeito* que julgam *a ela devido*. Isso manifesta a perspectiva de uma ação política coletiva por parte dessa.

¹²⁵ *Jornal do Comércio*, 17/9/1890.

O redator do jornal, solidário com a causa operária, afirma que esse setor social tem reais motivos para organizar-se em uma entidade de caráter classista. Mais do que isso, associa essa idéia ao imperativo do progresso que a cidade tanto almeja.

Quando busca exemplo em *outras cidades populosas e civilizadas*, o redator quer demonstrar ao seu leitor que essa prática social é legítima e perfeitamente aceitável pela sociedade moderna que se deseja construir em Porto Alegre.

Sem dúvida, essa atitude do redator não pode ser tomada como um apoio isolado. A publicação de tal opinião, em um jornal que não se propõe a ser partidário e programático, dá indícios de um imaginário social que aceita como legítimo o projeto de organização operária.

Dando continuidade ao assunto o mesmo jornal publica dias depois relato de outra reunião operária. Essa com resultados bem mais concretos. Diz o jornal:

*“Na noite de 29 do corrente reuniu-se avolumado número de operários, cerca de 300, no Salão Literário e depois da exposição da necessidade urgente de congressarem-se para tratar de interesses imediatos de sua classe, resolveram fundar uma associação denominada Centro Operário e elegeram uma diretoria, que ficou assim composta: presidente João Maria von Held; vice-presidente, Tolentino da Soledade; 1º secretário, Guelfo Zanirati; 2º secretário, Bartolomeu Chana e Tesoureiro J. Petersen.”*¹²⁶

Podemos, evidentemente, considerar que o anúncio da presença de 300 operários tenha sido exagerado, mas ele pode não estar muito longe da realidade. Ainda que

¹²⁶ Jornal do Comércio. 2/10/1890

consideremos a metade deste número, devemos ter claro que Porto Alegre, nesse momento, não possui uma única fábrica com 150 operários contratados. Assim, a entidade classista que nasce conta com uma audiência muito significativa.

Novamente deve ser destacada a presença dos nomes de imigrantes como diretores. Sem dúvida, a eles deve ser atribuída a organização da entidade e os seus fundamentos programáticos.

Temos notícias posteriores que dão conta da tentativa de organização, a partir do *Centro Operário*, de um montepio da classe, de um jornal que defenda os seus interesses e de uma cooperativa.

A entidade que se forma não é despreziosa. Ao contrário, possui projetos audaciosos de congregação da categoria. A formação de um montepio e de uma cooperativa são ainda frutos de uma prática associativista com o objetivo de promover a auto-ajuda.

Mas o desejo da entidade de fundar um jornal para defender a causa operária deixa claro que a classe percebe-se com interesses específicos. Esses precisam ser divulgados e defendidos frente ao conjunto da sociedade.

Os objetivos do operariado com essa organização também estão bem claros. A entidade é fundada '*para tratar de interesses imediatos de sua classe*'. Ou seja, existem problemas concretos que afetam-na e essa não quer ficar à espera de soluções elaboradas pelas *autoridades*.

Tratar de interesses da classe, nesse contexto, deve ser entendido como a procura de soluções para problemas concretamente vividos pelos operários. Significa, portanto, a busca da legitimação de determinadas prerrogativas como direitos do cidadão.

No surgimento desta organização temos oportunidade de perceber a articulação de uma identidade de cidadão pela classe operária. Esse cidadão age de forma coletiva e

articulada, buscando espaços exteriores àqueles definidos pelo Estado para o exercício do político.

O cidadão dessas entidades não está à espera das decisões científicas dos *diretores* do Estado como deseja o PRR. Ao contrário, articula-se com outros de sua classe para a defesa conjunta de seus *interesses*, ou seja, daquilo que julgam seus direitos como membro da sociedade.

A fundação do *Centro Operário* e a sua aceitação pela sociedade nos dão mostras da legitimidade social conquistada pela organização desse setor. Os operários não são aqui tidos como perigosos ou desordeiros. Antes são vistos como cidadãos manifestando e defendendo seus interesses de forma legítima.

Mas essa não é a única entidade classista a formar-se no período. Em 18 de janeiro de 1891 é fundada a *Liga Operária*. Relatando o primeiro encontro, *A Federação* nos dá notícia da pauta de reivindicações desta entidade:

“O principal objetivo da Liga é: sustentação do sistema de governo republicano federal.

*“Seus fins: a conquista de leis de impostos eqüitativos, para que, quem tem dez, não pague como quem tem cem; trabalhar para conseguir a reforma da instrução pública, tornando-a leiga e livre; lutar pela fundação de um liceu de artes e ofícios nesta cidade, para que os operários recebam instrução profissional; defender, nos limites do legal, os direitos e interesses dos operários e industriais; trabalhar para conseguir a fundação de tribunais seus, para serem julgadas as questões entre patrões e operários, afim de evitar greves, etc.”*¹²⁷

¹²⁷ A Federação. 19/1/1891.

Nessa lista de *fi*ns a serem alcançados pela entidade operária, podemos ver uma estreita ligação entre o programa da *Liga Operária* e o postulado político positivista do PRR. Imposto progressivo, ensino laico e profissionalizante, regulação das relações de trabalho, são pontos em comum.

Assim, quando o programa fala em defender *direitos e interesses dos operários e industriais*, como se esses possuíssem anseios comuns, devemos fazer a ligação com a doutrina positivista. Dentro desse pensamento a regra é falar de *classes produtoras* sem nomeá-las. Essa alteração conceitual, essa necessidade de definir os grupos, já denota uma subversão do positivismo por parte dos operários.

Notemos também que , mesmo falando em *industriais*, a pauta de reivindicações apresentada pela *Liga* é claramente operária. Podemos propor que essa entidade está falando daquilo que especificamente o operariado, e não as *classes produtoras*, julga ter direito no interior do Estado republicano.

A defesa do imposto progressivo é uma forma de aliviar o custo do Estado para os operários, visto que, quem ganha mais são os ‘industriais’ e os grandes proprietários. Esses, na visão da *Liga*, são os que devem pagar maiores impostos. Uma entidade representativa da burguesia não aprovaria tal princípio.

A escola *leiga* é um pressuposto cientificista e, na sociedade brasileira, onde a educação é fundeada em instituições católicas, reivindicá-la é cobrar que o Estado assuma essa atividade social de forma independente da Igreja. Da mesma forma, ao propor a escola *livre*, se está postulando que os impossibilitados de pagar pelo ensino tenham o acesso ao conhecimento garantido pelo poder público.

Um *liceu de artes e ofícios*, por sua parte, apresenta-se como uma possibilidade para os trabalhadores desqualificados especializarem-se em alguma atividade fabril.

Numa sociedade que se industrializa, como é o caso da porto-alegrense, o trabalhador treinado em um liceu de artes e ofícios tem melhores possibilidades de emprego e, por conseguinte, de salário.

Mas a proposta mais audaciosa, sem dúvida, é a criação de *tribunais* específicos para o julgamento das questões trabalhistas. Vemos aí o anúncio de uma medida que somente será tomada pelo Estado na metade do século XX.

Propondo uma forma para solucionar o tencionamento social existente nas relações de trabalho capitalista, a *Liga* está postulando que o Estado atue como mecanismo de defesa dos trabalhadores.

Negociar relações trabalhistas diante de um juiz é, sem dúvida, o reconhecimento de que os trabalhadores possuem direitos e que esses devem ser respeitados pelos patrões. Ou seja, busca-se que o Estado legitime juridicamente esses direitos trabalhistas e cobre do patronato o seu reconhecimento.

Podemos sintetizar essa pauta da *Liga* dizendo que o operariado, nela representado, está reivindicando a baixa dos impostos, o direito ao conhecimento, o direito ao trabalho, o direito à qualificação profissional e o direito de recorrer à justiça nas disputas trabalhistas.

Vemos assim que, mesmo subordinando-se a uma visão mais geral da doutrina do PRR, a *Liga Operária* é uma entidade com um programa classista bem definido. A sua fundação e o programa que apresenta são expressões de um cidadão que efetivamente cobra do Estado o reconhecimento de direitos. A identidade articulada nessa entidade classista é a de um cidadão carregado de direitos sociais.

Tal como espera o PRR, a *Liga* não solicita espaço na esfera política. Ela aguarda que o Estado atenda as suas demandas. Por sua parte, o Partido Republicano, ao

dar nota desta organização no seu jornal, demonstra reconhecer esses princípios como direitos da classe operária.

Essa capacidade de conformismo e resistência popular ao programa do PRR não se dá somente no uso de princípios teóricos do positivismo no programa político da *Liga*. Após um mês da fundação da *Liga*, *A Federação* dá a seguinte notícia:

“Sociedade Liga Operária

“Domingo, 8 do corrente, às 8 horas da manhã, se realizará com toda a solenidade, na capela do Divino Espírito Santo, a benção do estandarte da sociedade(...)¹²⁸

Por essa nota é perceptível que, mesmo com um programa tão próximo ao postulado da doutrina positivista, ainda que reivindicando o ensino laico, a *Liga Operária* apega-se a práticas religiosas tão tradicionais e caras aos setores populares.

Propostas políticas avançadas para seu tempo são, dessa forma, associadas à práticas religiosas profundamente arraigadas na população. Esse fato, aparentemente contraditório, é apenas outra mediação feita entre o postulado positivista do PRR e os interesses das classes populares.

O estandarte, que no campo simbólico é a própria entidade, recebe a benção do sacerdote católico, não do positivista. Da mesma forma a substituição do termo ‘classes produtoras’ pelo expressivo ‘*operários e industriais*’ significa uma forma particular dos operários lerem as prerrogativas positivistas.

Nessas ambigüidades nota-se que os operários filiados à *Liga* não aceitam passivamente os princípios positivistas. Ao contrário, aproveitam da doutrina apenas

¹²⁸ A Federação. 7/3/1891.

aquilo que lhes convêm enquanto classe. Submetem-se a pontos do programa do PRR, mas para articular formas de defender seus interesses específicos.

A resistência popular ao programa político proposto pelo PRR não é a elaboração de outro radicalmente diferente. Antes articula-se à subversão, ao desvio, a interpretação particularizada ao programa do grupo dominante, de forma que ele legitime o atendimento de suas demandas.

Os setores populares não rompem com a ordem estabelecida mas agem nas brechas do sistema montado, tornando-o mais permissivo às suas perspectivas. Em práticas ambíguas de dominação e resistência, procuram legitimar seus interesses.

Além dessas entidades gerais, uma categoria profissional específica inicia a sua organização. Em agosto de 1890 é noticiada pelos jornais uma primeira reunião dos professores de Porto Alegre.

“Em casa do inteligente preceptor Horário Maisonette, reuniu-se ontem o professorado público existente nesta capital e deliberou que fosse criada uma comissão permanente nesta cidade, com o fim de advogar os interesses da classe.

“(...)Convoca-rá o professorado a uma reunião anual, que se efetuará em dezembro.

“A primeira reunião tratará dos seguintes pontos:

“1º Nivelamento dos graus de ensino.

“2º Aumento razoável dos vencimentos.

“3º Criação de um montepio.

“4º Designação de um ou dois representantes dentre os professores, para representar a classe na primeira constituinte do Estado.”¹²⁹

Por esse relato observamos que a reunião dos profissionais da educação de Porto Alegre tirou algumas deliberações audaciosas para uma categoria de funcionários do Estado. Primeiramente, a criação de uma comissão encarregada de *‘advogar os interesses da classe’* já é a percepção, por parte do professorado, da existência de demandas particulares que não podem ficar à espera de solução por parte dos diretores do Estado. Antes, necessitam ser defendidas por membros da própria classe.

Mas essa comissão, de âmbito municipal, também fica encarregada de convocar um congresso estadual de professores. Esta iniciativa nasce com a perspectiva clara de criar uma entidade de representação da categoria e elaborar uma lista de reivindicações a ser enviada ao Congresso Constituinte.

Podemos observar por essa proposta que o professorado de Porto Alegre entende que, como categoria de abrangência estadual, sua causa deve ser articulada no nível correspondente.

Também manifestam a percepção do momento que se está vivendo. Estando em curso o Congresso Constituinte Federal, sabem que em breve haverá o Estadual. Formulam, para esse, uma pauta de reivindicações que desejam ver reconhecidas pela legislação. Ou seja, que postulam como direitos.

O congresso estadual de professores é chamado para o final de dezembro de 1890. Como fora proposto, esse conclave elegeu uma comissão para fazer representar suas reivindicações ao Congresso Constituinte.

¹²⁹ Jornal do Comércio. 29/8/1890.

Nos relatos deste encontro já se fazem ouvir queixas sobre o desprestígio que os profissionais da educação vivem no interior da sociedade, o que faz-nos pensar que isso é uma variável constante na história do magistério.

Mas o substancial é a elaboração, por parte do professorado, de uma pauta de reivindicações:

“A comissão eleita pelo congresso dos professores públicos do Estado para reclamar algumas medidas a bem da classe ali representada, já deu fim aos seus trabalhos que, organizados em capítulos e fundamentos, foram submetidos aos poderes competentes.

“1º Divisão das cadeira do ensino público em duas classes.(...)

“3º Aumento dos vencimentos.

“4º Superioridade dos vencimentos aos professores de 1º classe que contarem com mais de 15 anos de serviço.(...)

“6º Proibição dos professores normalistas funcionarem em cidades, enquanto não tiverem cinco anos de serviço em aulas de 2º classe.(...)

“10º Construção de aulas e moradas para o professor.

“12º Nomeação efectiva dos normalistas, dos diplomados, nas escolas superiores da República e dos que tiverem escrito obras adotadas no ensino(...)

“16º Criação de um montepio que proteja, em caso de morte, a família do professor, continuando, porém, a vigorar as aposentadorias(...)¹³⁰

¹³⁰ A Federação. 19/1/1891.

Lemos, nesta lista de reclames “*a bem da classe,*” que o professorado público já está propondo o reconhecimento de direitos trabalhistas ainda longe de serem alcançadas por qualquer outra categoria profissional.

A criação de uma pensão para os familiares, juntamente com a manutenção das aposentadorias pagas pelo Estado, são garantias sociais que outros trabalhadores ainda não elaboram.

A divisão das cadeiras de ensino em dois níveis tem um objetivo pedagógico claro: visto que as turmas ainda são de unidocência, dividir os alunos iniciantes dos mais avançados significa um melhor aproveitamento do trabalho.

Mas a distinção de proventos entre esses dois níveis e a necessidade do professor trabalhar por um determinado período no primeiro nível para depois trabalhar no segundo, significa, na prática, o estabelecimento de um plano de carreira para o professorado do Rio Grande do Sul.

Quando os professores colocam a necessidade de que os novos contratados para o cargo tenham cursado a Escola Normal, a categoria está apontando para a regulamentação profissional. Demanda que vai frontalmente contra o princípio do livre exercício das profissões defendido pelo PRR.

Nesse conjunto de demandas o professorado público está pedindo o reconhecimento, por parte do Estado, de uma série de normas referentes ao exercício de sua profissão. Podemos dizer que estão falando de direitos trabalhistas, ou seja, do reconhecimento de direitos sociais dos trabalhadores.

Estão colocando questões que, mesmo não sendo atendidas, significam saltos qualitativos no programa de reivindicações da classe operária. Vemos, assim, os professores públicos colocados na vanguarda de um processo de organização dos trabalhadores de Porto Alegre.

Mas precisamos ter claro ainda que essa categoria não está, como as outras, pedindo que o Estado regule as relações trabalhistas. Como empregados públicos esses profissionais estão apresentando suas demandas ao próprio 'patrão'.

Nessas diferentes notas da imprensa diversos grupos de trabalhadores da cidade articulam-se, concretamente, para a defesa de seus interesses. A *Liga Agrícola Industrial*, a *Liga Operária*, o *Centro Operário*, o congresso de professores, são manifestações de um *cidadão coletivo* que deseja atuar politicamente na defesa dos interesses de sua classe.

Longe de perceber essa prática como um perigo de rebelião dos subalternos e de subversão da ordem, a imprensa desvinculada do PRR está aplaudindo a formação dessas entidades classistas. Podemos propor que a ação política desses setores na reivindicação de direitos é socialmente aceita e legitimada no imaginário social.

O cidadão visualizado pelas classes populares, nesse processo, tem interesses e práticas sociais bem definidas. Reivindica a realização de direitos sociais e, particularmente, os direitos trabalhistas. O método de disputa política empregado é a ação organizada através de entidades representativas da categoria.

É do interior dessas que os diferentes grupos sociais fazem-se ouvir pelo Estado e pelo conjunto da sociedade em suas demandas. Manifesta-se aí um cidadão coletivo e organizado politicamente.

3.3.3. A dissidência republicana e o cidadão eleitor

As classes populares de Porto Alegre exercem influência na condução das questões de Estado não apenas através das práticas informais, como manifestações de

rua e entidades de classe. Há, por parte destes setores, uma articulação para participar das eleições, ou seja, dos meios formais de atuação política.

Temos claro que identificar a participação autônoma desses setores sociais no interior de uma estrutura oligárquica é tarefa que requer ultrapassar a obviedade dos dados. Num cenário político pautado por redes de lealdades determinadas em função de relações clientelistas, as possibilidades de manifestação das classes subalternas são muito limitadas.

Sabemos que no Brasil oligárquico o voto no candidato indicado pelo coronel é uma contrapartida pelos ‘favores’ que este faz aos seus eleitores. Também devemos ter claro que o resultado eleitoral não reproduz propriamente a soma dos votos, pois a fraude é uma prática comum na sociedade brasileira.

Sobre as eleições ocorridas em 1890, para a Constituinte Federal, e em 1891, para a Constituinte Estadual, Celi Pinto argumenta:

“O PRR, neste momento, não provocou uma ruptura nesta rede de relações pessoais, revertendo parte dela a seu favor, nem tão pouco criou um grupo próprio de apoio; o que na realidade aconteceu, foi a organização de uma grande fraude eleitoral com o apoio do governo da União.”¹³¹

Sabemos que nesses dois pleitos o PRR elegeu a totalidade das vagas. Olhando apenas esse dado e considerando que os eleitos representam os interesses do eleitorado, teríamos a conclusão de que o Partido Republicano atende as expectativas de todo o eleitorado gaúcho.

É impossível ter provas documentais de uma fraude eleitoral, visto que trata-se de fraude ‘patrocinada’ pelo governo. Contudo, nos parece pouco provável que o PRR tenha condições de eleger todas as vagas para as constituintes e ser o único grupo representativo de uma sociedade politicamente mobilizada, como é a porto-alegrense nesse momento.

Assim, ao olharmos as eleições do período, não devemos ficar limitados à análise dos resultados oficiais das urnas, pois não podemos garantir que estes representem o pensamento do eleitorado. É preciso ver, antes, quais perspectivas são construídas pelos setores populares com a possibilidade de manifestação eleitoral dos seus interesses.

Para que se possa avaliar os projetos eleitoralmente articulados e apoiados pelos setores populares, precisamos observar a organização das chapas e a mobilização em torno das diversas candidaturas.

Quando da eleição para o Congresso Constituinte Federal, os candidatos da dissidência republicana tomam a iniciativa de reunir a população em comícios e defender publicamente seus programas eleitorais.

Demétrio Ribeiro, candidato da nominata do PRR mas rompido com a direção partidária, organizou palestras para pregar o seu projeto político. Segundo o *Jornal do Comércio*, na noite do dia 4 de setembro de 1890 ele usou o Salão Cosmopolita para discursar.

“O ilustre candidato do partido republicano a um lugar de deputado no Congresso Nacional esteve na altura das expectativas, pois seu

¹³¹ PINTO, Celi Regina Jardim. **Positivismo: um projeto político alternativo**. Porto Alegre: L&PM, 1986. p.17.

eloqüente discurso, ditado pela franqueza e sinceridade, foi em todos os pontos capitais acatado pelos aplausos do auditório.”¹³²

Não temos relato do discurso realizado, nem das idéias defendidas nem da composição do público, o que realmente vem em prejuízo para nossa análise. Todavia, sabemos que suas palavras são muito bem recebidas pelos presentes e que havia público para estas idéias e propostas dissidentes.

Outro dissidente que também dirige-se à população da cidade é Barros Cassal. Ele, que fora excluído da nominata republicana por recusar-se a defender a candidatura do Mal. Deodoro à presidência, lança seu nome isoladamente e busca apoio nos setores populares da cidade.

Na noite do dia 6 de setembro de 1890 Barros Cassal utiliza, como palco para comício, a Praça XV de Novembro. Simbolicamente esse candidato dissidente usa o mesmo local escolhido, meses antes, pela *Liga Agrícola Industrial* para reunir os setores populares em manifestação contrária ao Banco Emissor.

No dia seguinte Barros Cassal empenha-se em uma campanha eleitoral com forte envolvimento popular. Pela manhã discursa na Rua da Azenha, então o extremo sul da cidade e ao final da tarde realiza outro comício na Rua da Floresta, situada na zona norte.

“(…) Em seguida, a frente de considerável número de cidadãos e de famílias que tinham ido ouvi-lo, o ilustre democrata dirigiu-se para a cidade, sendo no trajeto saudado continuamente pelo povo que o acompanhava.

¹³² Jornal do Comércio 5/9/1890.

“Chegando o préstito à União Republicana, foi o distinto cidadão muito vitoriado, trocando-se por essa ocasião várias e entusiásticas saudações.

“Muitas famílias conservaram-se até tarde no edifício da União Republicana, em amigável palestra com o digno cidadão.”¹³³

Nesse relato podemos ver que Barros Cassal não se intimida com o veto de seu nome pelo Partido Republicano. Em trechos do seu discurso lembra os conflitos em função da instalação do Banco Emissor e reafirma seu compromisso com os setores populares da cidade, demonstrado naquele momento.

A prática desenvolvida por Barros Cassal é a mesma das entidades classistas. Arregimentação popular e passeata pelo centro da cidade. O candidato discursa em locais públicos e a população ovaciona os nomes defendidos.

Está claro que ele quer fazer referências simbólicas aos fatos recentemente ocorridos na questão bancária e, com isso, identificar sua candidatura com a manifestação dos interesses populares.

O comício da Rua da Floresta, no final da tarde, deu início à caminhada em direção à *União Republicana*, no centro da cidade. Segundo a reportagem participaram desta caminhada não apenas senhores da política mas *muitas famílias*.

Com essa expressão vislumbramos nas ruas senhoras e senhoritas que, sem direito a voto, desejam manifestar suas afinidades eleitorais. Percebemos, assim, que o comício realizado pelo dissidente ganha uma legitimidade social semelhante às festas do início da República.

¹³³ Jornal do Comércio 9/9/1890.

Na descrição destes acontecimentos feita pelo jornal vemos que a campanha para a Constituinte Federal empolgou a população de Porto Alegre. Comícios e caminhadas são práticas políticas que mobilizam, que agitam a cidade. São eventos que utilizam a rua como espaço para o exercício da cidadania.

Novamente as ruas da cidade são tomadas pela multidão. Fazem parte homens e mulheres que querem tornar público o seu apoio ao candidato dissidente. A multidão é novamente utilizada como agente legitimador de projetos políticos. Agora não mais do Partido Republicano mas da dissidência republicana. Não mais pela definição de uma política econômica mas pelo apoio a um programa eleitoral.

Expressa-se nas ruas de Porto Alegre a identidade de um *cidadão eleitor* que deseja manifestar-se politicamente através do voto, que aposta na via eleitoral como forma de manifestar suas aspirações políticas.

Contudo, a perspectiva do dissidente Barros Cassal quanto à representação popular no congresso não se distancia daquela formulada pela *Federação*. Ou seja, os setores populares não possuem condições de se auto-representar e precisam de um líder com essa capacidade.

3.3.4. As entidades operárias e o cidadão candidato

Diferente daquele quadro, nas eleições da Constituinte Estadual percebe-se com maior clareza a mobilização dos setores populares. Em torno deste segundo debate eleitoral envolvem-se diferentes atores, dando maior dinamismo ao processo.

Em 25 de março de 1891 é editado o decreto convocando as eleições do Congresso Constituinte Estadual para 5 de maio. Nesse curto intervalo de tempo, pouco maior que dois meses, a imprensa dá conta de uma intensa agitação social.

Não esperando pelos líderes republicanos, as organizações operárias que atuam nesse período não deixam de articular-se para o pleito. Já em 27 de março o *Centro Operário* lança no *Jornal do Comércio* uma convocatória para Assembléia Geral.

Essa chamada não fala abertamente sobre as eleições mas na pauta da reunião está mencionado: *para tratar-se de assuntos importantes*.¹³⁴ Não temos relato dos debates ocorridos durante este encontro, porém o *Jornal do Comércio* publica o resultado prático dessa assembléia operária:

*“O Centro Operário apresenta candidatos à próxima eleição do Estado os Srs. Guilherme Holffman, José Pedro Alves, Francisco Augusto Guimarães, Guelfo Zanirati, Bartolomeu Chana e João Maria von Held.”*¹³⁵

Vemos que a entidade operária, fundada há menos de seis meses já visualiza interferir nas eleições. Esses operários indicam candidaturas próprias para defender os interesses da classe, deixando claro que pretendem atuar no processo eleitoral não apenas como eleitores mas também como candidatos.

A preocupação em indicar candidatos próprios, escolhidos em assembléia da categoria, é a manifestação de um cidadão organizado que deseja ver os seus interesses representados na Constituinte não por um doutor, mas por um igual.

Mas essa nota não fornece todas as informações da assembléia. Dias depois o mesmo jornal publica carta do diretório daquela entidade, onde são explicitadas algumas prerrogativas da chapa composta por candidatos operários.

¹³⁴ *Jornal do Comércio*. 27/3/1891.

¹³⁵ *Jornal do Comércio*. 1/4/1891.

“Sr. Redator do Comércio - Tendo vosso conceituado jornal de ontem dado a notícia que o Centro Operário escolheu os seus candidatos para a próxima eleição do congresso do estado, pedimos para que ratifique a notícia, pois que, o Centro Operário somente tomou a iniciativa convidando a classes produtoras em assembléia geral, que esta escolheu os referidos cidadãos.

“Aproveitamos a oportunidade para participar-vos que o diretório do Centro Operário foi incumbido de incluir na referida chapa, dois candidatos de Pelotas e S João do Montenegro, logo que nos sejam remetidas as indicações.”¹³⁶

Inferimos pelo texto da diretoria do *Centro Operário* que a candidatura não é apresentada como sendo da entidade. Esta diz apenas ter tomado a iniciativa de convocar a *classe produtora*, que aqui deve ser entendida como a ‘classe operária,’ para que ela escolhesse os seus candidatos.

Na interpretação do acontecimento que a diretoria do *Centro* quer construir em sua carta, é a própria classe operária em assembléia geral, e não a entidade, que está indicando os candidatos.

Com essa lógica é impossível deixar de fazer referência ao pensamento anarquista. Este, é certo, negava a organização de partidos e criticava a participação eleitoral, mas pregava a presença da classe em assembléia para articular a sua intervenção na luta política como bloco unitário e auto-gestionado.

Podemos propor que a adaptação da expressão *classe produtora*, assim como a aceitação do processo eleitoral com uma candidatura classista, são leituras que setores

¹³⁶ Jornal do Comércio. 3/4/1891.

populares estão fazendo de doutrinas distintas. A partir dessas referências elabora-se um programa de ação política da classe.

A carta publicada ainda dá a ver que a entidade porto-alegrense não está sozinha nessa disputa eleitoral. Ela espera a indicação de nomes de cidades do interior do Estado. Fica evidente a articulação da entidade em uma ação política que amplia-se por outras cidades e pretende-se de âmbito estadual.

Pelotas é uma cidade da região da campanha que nessa época tem um pólo industrial mais antigo e tão importante como o de Porto Alegre. Temos a articulação de duas comunidades operárias numa ação conjunta pela representação da classe na Assembléia Constituinte.

Já Montenegro é uma das cidades referências da região colonial imigrante. Isso denota uma preocupação do *Centro* em buscar representatividade junto à comunidade imigrante da zona colonial. Da colônia, onde a idéia de uma representação popular no congresso seguramente conta com maior força, origina-se boa parte do operariado urbano.

Também não podemos deixar de pensar que, incluindo nomes dessas outras cidades, a nominata operária ganha dimensão de uma chapa estadual. Adquire, com isso, respaldo para fazer campanha não apenas nessas três cidades mencionadas mas no Estado como um todo.

Não temos relatos de como desenvolveu-se a campanha eleitoral destes candidatos, se eles também utilizaram a rua e a multidão em sua campanha. Sabemos ao certo que o *Centro Operário* não deixa de articular essa chapa com outros grupos políticos.

Em 16 de abril de 1891 o *Jornal do Comércio* publica a chapa apresentada pela *União Republicana*, com o nome dos republicanos dissidentes e candidatos ao Congresso Estadual.

Essa nominata é encabeçada pelos nomes dos dissidentes Assis Brasil, Demétrio Ribeiro e Barros Cassal. Porém, ao longo da lista, aparecem os nomes dos candidatos homologados na assembléia da classe convocada pelo *Centro Operário*.

Essa articulação do *Centro*, contudo, não significou uma adesão da entidade classista ao programa da dissidência. A agremiação segue sua campanha de forma independente e no mesmo dia faz publicar no *Jornal do Comércio* nota paga onde chama o voto do operariado.

“Aos operários

“O diretório do Centro Operário, respeitando a opinião das classes produtoras em assembléia geral realizada a 29 de março último, recomenda ao sufrágio de todo o operário patriota e cioso das prerrogativas da classe, os nomes dos cidadãos abaixo mencionados no pleito a ferir-se a 5 de maio vindouro.

“Cada um desses nomes, todos sagrados pela religião do trabalho honesto e perseverante, representa, no atual momento, segura garantia de prosperidade e engajamento da classe.

“Recomendando, pois, essas candidaturas, o Centro Operário não leva outro intuito que não aquele de procurar elevar o nível moral de seus associados, por meio da cooperação direta, no seio do congresso do Estado, de seus legítimos representantes na adoção de medidas tendentes a melhorar as condições da classe.

“Esperando do patriotismo de seus membros a aceitação da chapa que ora se apresenta o Centro Operário está certo de que todos os bons operários não deixarão de sufragar com o seu voto os cidadãos seguintes, dignos e mais no caso, por sem dúvida nenhuma, de bem servirem os interesses comuns.

“Heis os nomes dos candidatos do Centro Operário:

“João Maria von Held, Guelfo Zanirati, Bartolomeu Chana, José Pedro Alves, Francisco Augusto Guimarães, Guilherme Holffman, Ismael Simões Lopes, Demétrio Primo Alvares Seixas.¹³⁷

Texto simbolicamente muito rico, este manifesto expressa o pensamento político das lideranças do *Centro Operário* e define sua relação com a chapa, com os candidatos e com o próprio eleitorado que ele procura atingir.

Ao final, a nominata apresenta dois nomes novos que, seguramente, são os candidatos indicados pelas outras cidades. Vemos, com isso, que concretiza-se a intenção de construir uma chapa de abrangência estadual.

Nesse manifesto são reavaliados alguns pressupostos antes apresentados. Não é mais a assembléia da classe mas a própria entidade que está apresentando as candidaturas ao eleitorado operário.

Com a aproximação da dissidência republicana volta-se a falar em *classes produtoras* no plural, em que pese o voto continuar sendo explicitamente solicitado ao eleitor *operário*.

Nas qualificações de seus candidatos não são apresentados predicados de lideranças da classe ou mesmo o fato de serem diretores de entidades de defesa dos

¹³⁷ Jornal do Comércio. 16/4/1891.

interesses do operariado. Os candidatos são antes ressaltados pela honradez, pelo patriotismo, pela dignidade pessoal alcançada através da *religião do trabalho*.

O *Centro* busca legitimar seus candidatos com essas virtudes que são ressaltadas pelas ideologias de cunho progressista, como o anarquismo e a social democracia, mas que também fazem parte do discurso conservador positivista pregado pelo PRR.

O voto nesses candidatos é diretamente solicitado ao eleitor operário. Mais precisamente, fala-se aos *bons operários*. Mais ainda, esse voto não é pedido com base em um argumento classista, se está, antes, *esperando do patriotismo de seus membros*. Reproduz-se, assim, os argumentos do discurso do bom cidadão, do indivíduo educado que respeita as normas legais estabelecidas pelo Estado.

Contudo, o cidadão visto pela entidade operária parece ter claro que o objetivo de sua ação política não é a subordinação aos diretores do Estado. A perspectiva da entidade ao articular a candidatura operária é poder atuar *no seio do congresso do Estado para adotar medidas tendentes a melhorar as condições da classe*.

A luta parlamentar, nesse discurso, é reconhecida como espaço legítimo para os reclames do cidadão. A ação no interior do parlamento é vista como capaz de trazer melhorias concretas à vida da classe operária.

Procurando eleger membros da própria classe para o Congresso Constituinte, o operariado porto-alegrense não se dispõe a esperar passivamente pelo atendimento de suas demandas sociais. Procura, antes de mais nada, representar-se politicamente através de candidatos pertencentes à própria classe.

A identidade articulada pela diretoria do *Centro Operário* no interior desse processo é de um cidadão politicamente ativo. Organizado em entidades de classe ele

não é apenas um eleitor mas também candidato. Desejoso de ver os interesses da categoria representados por um de seus membros.

Mas essa não é a única articulação operária para a eleição da Constituinte estadual. Como vimos, o PRR também apresenta candidatos e para a definição dos nomes destes é convocada pelo partido uma prévia:

“São convidados os eleitores pertencentes ao partido republicano da capital, a reunirem-se no escritório desta folha, domingo, 5 do corrente, ás 6 horas da tarde, a fim de procederem a eleição prévia de candidatos ao congresso constituinte do Estado.”¹³⁸

Mas a convocação para essa reunião não é feita apenas pelo partido. Mesmo sendo uma reunião claramente partidária, a *Liga Agrícola Industrial* também chama seus membros, as *classes produtoras*, à sessão:

“Liga Agrícola Industrial

“O diretório convida a todos os operários e industrialistas, que se consideram solidários com o partido republicano, a tomarem parte na eleição prévia (...) a fim de que as classes produtoras sejam devidamente representadas no congresso deste Estado.”¹³⁹

Para que possamos entender essa convocatória da *Liga* à reunião do PRR, devemos relacioná-la claramente como os fatos anteriores. Primeiramente, quando a

¹³⁸ A Federação. 1/4/1891.

¹³⁹ A Federação. 3/4/1891.

Liga chama os operários a manifestar-se contra o Banco Emissor, as lideranças do Partido Republicano não furtam-se de ir discursar à multidão que a entidade reuniu.

Percebemos com isso que a *Liga Agrícola Industrial* tem uma proximidade com o partido. Portanto, ela sente-se à vontade para convidar seus representados a participarem da atividade dos republicanos. Visto o convite estar sendo publicado na *Federação*, podemos crer que também os republicanos faziam questão de ter a presença de operários em sua plenária.

Não podemos esquecer que o *Centro Operário* está se articulando e apresentando nomes ao eleitorado juntamente com a dissidência republicana. Nessa conjuntura o projeto eleitoral do Partido Republicano, que se propõe abrangente, está preocupado em demonstrar uma aproximação com esse setor do eleitorado.

Ou seja, vemos que o PRR está preocupando-se em estabelecer com as oposições não apenas a disputa eleitoral, mas também uma disputa simbólica pela representatividade do voto operário na eleição para o Congresso Constituinte Estadual.

Já os objetivos dos dirigentes da *Liga* com a participação dos *operários e industrialistas* na reunião republicana não são os mesmos e isso está claro na convocatória que faz. Eles buscam formas de fazer com que *as classes produtoras sejam devidamente representadas no congresso deste Estado*. Essa intenção, no caso, pode significar a colocação na nominata de candidatos do PRR de nomes pertencentes às *classes produtoras*.

Esse objetivo por si só já destoa da prerrogativa do cidadão visualizado pelo Partido Republicano. Pois, para esse, as *classes produtoras* devem submeter-se aos desígnios dos *diretores* do Estado.

Um candidato operário seria um representante das próprias classes dirigidas. Seria, nesse caso, um representante, um membro das *classes produtoras* que assim deixa de se subordinar aos *diretores* do Estado.

Os organizadores da plenária aparentemente não dão atenção a essa possibilidade de desvio político da reunião. No dia seguinte à realização da prévia, quando *A Federação* dá notícia dos acontecimentos, vê-se que isso não era apenas uma possibilidade.

“(...) Cerca de quinhentos eleitores acudiram pressurosos a escolher previamente os candidatos pelo nosso partido ao congresso constituinte.

“(...) A votação prolongou-se das 6 às 9 horas da noite, e, por ser já tarde, ficou adiada a apuração.

“Quando se procedia á chamada dos eleitores foi levado a mesa um abaixo assinado, firmado por sessenta e tantos cidadãos, apresentando, por parte dos operários, o nome do cidadão Cunha e Silva, para ser incluído na chapa de candidatos ao congresso(...)”¹⁴⁰

A receptividade ao convite do PRR foi significativa. *Cerca de quinhentos eleitores* é uma presença expressiva para uma atividade partidária. O número pode, evidentemente, estar sendo superestimado mas não deve estar destoando muito da realidade, pois tal fato comprometeria a imagem do jornal frente aos demais eleitores.

Atendendo para o tempo transcorrido durante a reunião, percebe-se que um espaço de três horas não foi suficiente para a finalização das atividades, o que denota a ocorrência de um longo debate acerca da questão eleitoral.

¹⁴⁰ A Federação. 6/4/1891

Mesmo assim os presentes, todos envolvidos com a escolha dos candidatos do partido republicano, não quiseram permanecer mais tempo para a apuração, sendo necessário adiá-la para o outro dia.

Vê-se a oportunidade para a alteração do resultado das prévias e manipulação dos nomes a serem indicados pelo partido como candidatos. Lembremos que a fraude eleitoral é não só uma possibilidade mas uma prática comum no período.

Sem dúvida, o mais significativo nesse relato é o anúncio da ocorrência de um abaixo-assinado durante a plenária. Não sabemos se o documento tem origem na própria *Liga* que convocou a presença das *classes produtoras* mas seguramente está indicando o nome de um operário para a chapa republicana.

Também significativo é o número de assinaturas deste abaixo-assinado. *Firmado por sessenta e tantos cidadãos*, ele representa mais de dez por cento dos quinhentos eleitores antes anunciados como presentes.

Devemos considerar que essa percentagem não é pequena para uma representação classista, dentro de um partido que não pauta sua ação política pela representação da classe operária.

É seguro que esse nome, visto o número de assinaturas, obteve uma votação significativa. Todavia, mesmo com essa representatividade o nome proposto pelos operários não consta na lista final dos indicados para a chapa republicana. Temos de volta a possibilidade da fraude eleitoral, não só no pleito oficial, mas também nas prévias internas do PRR.

Pelo que vemos o Partido Republicano, em que pese ter inicialmente acolhido a presença dos trabalhadores em sua atividade partidária, parece não estar disposto a acatar a indicação operária de um candidato representante desta classe social.

Contudo, o nome de João Stenhagem, presidente da Liga Agrícola Industrial, que antes aparecera convocando os operários à plenária do PRR, aparece como candidato na nominata republicana.¹⁴¹

Investigando a preparação que se faz para o pleito, a formação das chapas e a campanha eleitoral do período, vemos que as classes subalternas estão interessadas em fazer-se representar nos Congressos Constituintes. Manifesta-se aí um *cidadão candidato*.

Essas propostas, contudo, não estão presentes entre os nomes eleitos. Apenas a fraude promovida pelo PRR, possibilitada pela legislação eleitoral da República, e baseada em um princípio político que via a sociedade como incapaz de regular-se, pode explicar tal situação.

3.3.5. Os cidadãos da República

Como vemos, diferentes atores sociais porto-alegrenses estão construindo representações sobre a identidade do cidadão republicano. Esses estabelecem uma disputa simbólica pela legitimação de seus interesses.

Para o PRR o *cidadão educado* é caracterizado por uma subordinação política aos *diretores* do Estado. A cidadania, para o Partido Republicano, não é a manifestação de opiniões políticas mas a abstenção do político por parte da sociedade em nome do reconhecimento da capacidade dos *diretores* do Estado, que são os próprios líderes do PRR.

Nessa visão as eleições tem um papel muito limitado, pois já se sabe, antes delas, quem possui condições morais e intelectuais para ser eleito: os candidatos do

¹⁴¹ Devo essa última associação a Profa. Dra. Helga Piccolo, membro da banca examinadora.

Partido Republicano. O *cidadão educado*, pretendido pelo PRR, é absolutamente submisso, apenas endossando esses nomes.

Contudo, outros setores sociais articulam representações diferentes sobre o exercício do político. Essas propostas, sem dúvida, também recebem a adesão de setores da população interessados em construir uma identidade social que amplie as possibilidades de participação política da sociedade.

São os candidatos dissidentes que se dispõem a fazer sua campanha eleitoral na rua, promovendo comícios e passeatas, mobilizando a população e chamando à cena política a multidão. Eles vêm nessas manifestações o 'cidadão eleitor' que deve ser mobilizado e convencido a votar.

Mas são também as entidades representativas da classe operária que mobilizam os setores populares na defesa coletiva de seus interesses. Em meio às mobilizações vivenciadas nos primeiros momentos da República, essas entidades encaminham as reivindicações que esses setores estão fazendo para que o Estado as reconheça como detentores de direitos políticos e sociais.

Manifesta-se, através dessas entidades representativas, um cidadão popular que possui o direito a organizar-se em entidades classistas para reivindicar coletivamente melhores salários e condições de trabalho.

A atuação dessas entidades é expressão de um *cidadão coletivo* que vê sua força política na multidão. Um cidadão que enuncia seus interesses através da ação organizada tanto em entidades representativas da classe, quanto em manifestações públicas.

Já as candidaturas articuladas pelas entidades operárias fazem ver que os setores populares têm a perspectiva de que uma participação nos mecanismos formais da política possa lhes trazer melhorias concretas.

Manifesta-se aí um cidadão que visualiza nas urnas um instrumento de encaminhamento e atendimento de suas demandas sociais. Um cidadão que busca expressar suas opiniões e reivindicar a legitimação de direitos através do processo eleitoral.

Articulando candidaturas e projetos eleitorais próprios, os setores populares estão articulando a identidade de um *cidadão candidato* que deseja ver-se representado nas esferas do poder estatal por membros de sua classe.

O cidadão coletivo, o eleitor e o candidato, estão à procura de brechas no sistema legal para fazer prevalecer seus interesses específicos. Consideram como direitos seus no interior do novo regime um salário melhor, uma escola gratuita, profissionalização e a regulação das relações trabalhistas, a auto representação política, mas também o direito a participação e a representação política.

Pela regulamentação desses desses direitos, os setores populares não partem para o embate direto contra o poder estabelecido, mas sim para a sua perversão. Manipula as poucas fissuras que o sistema político republicano apresenta buscando a legitimação de suas perspectivas enquanto direitos.

Assim estão agindo os operários quando endossam os pontos da doutrina positivista que lhes convém para depois pedir benção ao padre católico; assim são os professores que encaminham pelos trâmites formais o pedido de regulamentação do sua profissão. Estão agindo nas brechas da institucionalidade para defender aquilo que ele não lhe garante formalmente.

Mas também são os operários que se lançam como candidatos da classe para a Assembléia Constituinte Estadual de forma independente ou, de maneira mais audaciosa, dentro da própria prévia do Partido Republicano.

Contudo, a disputa simbólica entre essas identidades e o cidadão visualizado pelo PRR não se reflete nos resultados eleitorais. A prática da fraude, possibilitada pelo Regimento Alvim, permite que o Partido não reconheça, nas urnas da República, os projetos articulados pelos setores sociais.

Considerando-se como o único defensor legítimo da República, o PRR sustenta que o voto popular e a vitória nas eleições é algo que moralmente lhe pertence. Assim, não vê qualquer impedimento ético para fraudar os pleitos, de forma que eles venham a referendar apenas os seus candidatos.

A identidade do *cidadão educado* pretendido pelo PRR realiza-se. Mas somente através da fraude eleitoral. O *cidadão coletivo* organizado nas entidades de classes, que cobra do Estado o reconhecimento de direitos, o *cidadão eleitor*, que participa da campanha eleitoral ou o *cidadão candidato*, que articula programas políticos classistas, são simplesmente ignorados.

O exercício da política por parte dos atores sociais populares é flagrantemente ignorado pelos *diretores* do Estado republicano. As manifestações populares que cobram o reconhecimento de direitos políticos e sociais são desconsideradas como *legítimas e sinceras manifestações da opinião* do cidadão.

Os republicanos que julgam-se proprietários da República em Porto Alegre não abrem mão de serem os únicos eleitos, os únicos com o direito de interferir na construção da lei que irá regular as relações sociais. Mesmo que para isso tenham de recorrer à fraude eleitoral, ao desconhecimento do exercício de cidadania dos setores populares.

Cidadania: uma disputa simbólica pela legitimação do poder

Pelo que é dado a perceber, no período de consolidação da República, Porto Alegre vive um processo de transformação da sua base econômica, acompanhada da emergência de novos agentes sociais. Operários e burgueses que habitam a cidade dão um novo perfil à sua população.

Grupos com interesses distintos, eles também trazem consigo a preocupação de articular uma nova divisão social da população. Assim, dá-se no interior da cidade a construção de novas identidades, a partir de representações e práticas sociais definem-se os novos papéis que devem ser desempenhados pelos moradores do espaço urbano.

Com a mudança do regime político uma dessas identidades a ser definida é a do cidadão republicano. É preciso que se estabeleça no campo do imaginário social quais as características simbólicas do indivíduo reconhecido pelo Estado como portador de direitos. E quais as práticas que lhe são socialmente reconhecidas como legítimas. Ou seja, definir quem é o cidadão republicano e como se exerce a cidadania na República.

Definir tais questões simbólicas implica em determinar como a sociedade representa a si própria e a seus membros, estabelecendo como os indivíduos comportam-se no interior desta. Significa, pois, definir os tipos de relações possíveis entre o Estado e a sociedade e entre os diferentes grupos sociais, instituindo formas concretas de dominação e resistência social.

Nessa disputa pela construção do imaginário social colocam-se diferentes atores. São grupos políticos, organizados ou não, que querem fazer valer a sua leitura particular do mundo e assim legitimar os seus interesses. Acessar a essas diferentes identidades, socialmente articuladas, possibilita vislumbrar as perspectivas de ação política que os diferentes grupos sociais constroem no interior do novo regime

Pelo que vemos, na cidade de Porto Alegre do início da República desenvolvem-se práticas sociais que denotam uma vontade popular de participar concretamente nas questões de condução política do Estado. A população urbana, longe de ficar indiferente à Proclamação da República, tomou-a como um momento onde pode expressar suas perspectivas políticas de forma pública.

Desenvolvem-se várias manifestações, tais como passeatas, comícios, festas cívicas, campanhas eleitorais que têm como fim último a demonstração das opiniões acerca das definições políticas a serem tomadas pelo Estado.

Essas práticas vão construir um imaginário social que aceita como legítimo o uso do espaço público para a expressão de interesses políticos. As ruas de Porto Alegre tornam-se, nesse processo, espaço para o exercício de uma *cidadania informal*. Em espaços exteriores aos instituídos pelo Estado, os setores populares estão aproveitando fendas, causadas pela disputa política entre as elites, com o intuito de expressar seus próprios interesses.

O PRR não deixou de perceber essa movimentação social e como grupo político que se propõe a hegemonizar o aparato estatal, intervem nessas manifestações de forma a lhes dar um conteúdo político favorável a sua causa. Numa conjuntura política particularizada pela sua fragilidade frente às lideranças oligárquicas, o Partido Republicano encontra na mobilização dos setores populares a sua base de sustentação social.

Mas para o PRR esses setores devem subordinar-se às suas orientações. Na doutrina positivista, que não vê muito espaço para a ação política da sociedade, o cidadão pode apenas aprovar as deliberações dos diretores do Estado, ou seja, dos membros do partido que ocupam postos no governo.

É articulada, assim, a identidade de um *cidadão submisso*. Um cidadão que, por questão de respeito a militância republicana, tem como única possibilidade de ação política o endosso das diretrizes apontadas pelo Partido Republicano.

Já a dissidência republicana, em que pese não distanciar-se da representação articulada pelo partido, se propõe a convencer a população de seu projeto político. Promovendo comícios e passeatas chama à cena a identidade do *cidadão eleitor*. Um cidadão que pode, dentro do leque de opções propostas pelas lideranças políticas, escolher aquela que melhor lhe convém.

Mas os setores populares não submetem-se de todo a essa visão autoritária da política proposta pelos republicanos. Eles articulam entidades de caráter classista que, mesmo com projetos políticos limitados, já colocam-se na perspectiva de uma ação conjunta em defesa de interesses classistas. Eles organizam propostas de auto-ajuda mas também de intervenção nos acontecimentos políticos, manifestando agrado ou desagrado com os governantes.

Chamando à cena a multidão, os setores populares constroem a identidade de um *cidadão coletivo*. O cidadão que não se manifesta isoladamente mas que utiliza a multidão como agente político das ruas de Porto Alegre e como forma de exercer a sua cidadania.

Com a intenção de intervir no processo político eleitoral essas entidades indicam candidatos operários para as eleições constituintes. São feitas propostas concretas para a melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores. Se está procurando com isso desenvolver uma ação concreta pela legitimação de direitos mais expressivos para a classe operária.

Essas candidaturas manifestam a identidade de um *cidadão candidato*. Um cidadão que não se limita a escolher mas a propor politicamente, lançando candidaturas e programas eleitorais.

Essas diferentes identidades de cidadãos articuladas pelos setores populares, contudo, não são reconhecidas pelo Partido Republicano como legítimas. Preocupado em manter-se no poder, ele aproveita-se da mobilização popular quando essa pode endossar o seu projeto político.

Mas quando os setores populares agem de forma autônoma são desconsiderados pelos republicanos. Nomeando como cidadão apenas aqueles que submetem-se ao seu programa político, o PRR não hesita em recorrer à fraude para legitimar seus candidatos no pleito e com isso estabelecer-se no poder.

Afinal, os espaços formais da política não precisam de povo.

BIBLIOGRAFIA:

- ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BACZKO. Imaginação Social. IN: **ENCICLOPÉDIA Einaudi**. Vol.5, ANTROPOS, 1982.
- BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**. São Paulo: Cia das Letras, 1986.
- BOURDIER, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1990.
- CARVALHO. José Murilo de. **Os bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CARVALHO, José murilo de. **Desenvolvimento de la ciudadanía en Brasil**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1995.
- CARONE, Edgar. **A República Velha: instituições e classes sociais**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre prática e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.
- CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. **Estudos Avançados**. São Paulo. v.5, n.11. p.173-191.
- CHAUÏ. Marilena. **Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COELHO, Martha C. da Costa. *Sobre o conceito de cidadania: uma crítica a Marshall, uma atitude antropofágica*. Revista Tempo Brasileiro, n.100, jan-mar, 1990.
- COMPARATO, Fábio Conder. *A nova cidadania*. Lua nova. p. 85-196. p. 85.
- COUVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1991
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que são direitos da pessoa**. São Paulo: Brasiliense. 1984.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. São Paulo: Brasiliense. 1984.
- DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Autores associados, 1995.
- DEMO, Pedro. **Pobreza política**. Campinas: Autores associados, 1994.
- FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. São Paulo: edusp/ FDE, 1995.

- FELIZARDO, Zoleva Carvalho e VILLANOVA, Isolda Michelena. **O que ler para conhecer Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. UFRGS/ PMPA, 1991.
- FERREIRA, Nilda. **Cidadania: uma questão para a educação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- FOUCAULT, Michel. **Arquologia do saber**. São Paulo: Forense Universitária, 1995.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: guia histórico**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1988.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**. - 3^a ed. - Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1996.
- GEERTZ, Clifford. **Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL, 1989.
- GUTFREIND, Ieda. **Rio Grande do Sul: 1889-1896: A Proclamação da República e a reação liberal através de sua imprensa**. Dissertação de mestrado PUC/RS, 1979.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.
- HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- MACEDO, Francisco Riopardense de: **História de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1993.
- MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MAUCH, Claudia. **Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890**. Dissertação de mestrado PPG-História/UFRGS, 1992
- MONTEIRO, Charles. **Urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- OSÓRIO, Joaquim Luiz. **A constituição política do Rio Grande do Sul**. Brasília: UnB, 1982.
- PAOLI, Maria Célia. *Trabalhadores e cidadania: experiência do mundo público na história do Brasil moderno*. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.3, n.7, p.40-85, jun. 1982.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A política financeira da República Velha gaúcha: um enquadramento histórico (1ª parte)*. IN: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, Porto Alegre: UFRGS, 1978. p.273-295.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **RS: agropecuária colonial & industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República Velha gaúcha: 'Estado autoritário e economia'* In: **RS: Economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989. p.193-228.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **República: verso e reverso**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1989.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Emergência dos subalternos**. Porto Alegre: Ed. UFRGS/ FAPERGS, 1989.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 1991.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O espetáculo da rua**. Porto Alegre: Ed. UFRGS/PMPA, 1992.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Porto Alegre caricata: a imagem conta a história**. Porto Alegre: UE/Secretaria Municipal da Cultura, 1993.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os pobres da cidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo. V.15, n.29 p. 9-27, 1995.
- PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)**. Porto Alegre: ed. Universidade/Tchê!, 1992. p.17 e 29.
- PICCOLO, Helga Iracema Landigraf. **Vida política no século 19: da descolonização ao movimento republicano**. Porto Alegre; Ed. UFRGS, 1992.
- PINTO, Celi Regina Jardim. **Positivismo: um projeto político alternativo**. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- Porto Alegre: dissertações e teses**. Porto Alegre: PMPA, 1996.
- Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade**. Porto Alegre/ Canoas/ São Leopoldo: Ed. UFRGS/ Ed. ULBRA/ Ed. UNISINOS, 1994.
- QUIRINO, Célia Galvão, MONTES, Maria Lúcia. **Constituições brasileiras e cidadania**. São Paulo: Ática, 1987.
- ROSENFELD, Denis. **Lições de filosofia política**. Porto Alegre: L&PM, 1996.
- RS: imigração & colonização**. Aldair Marli Lando (et al.). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980
- RUDÉ, George. **A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra 1730-1848**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- SÁBATO, Hilda. *ciudadania el la historiografia política argentina*. In: **Anos 90**: Porto Alegre. v.1, n.1, maio 1993

- SÁBATO, Hilda. *Ciudadania, participação política y la formación de una esfera pública en Buenos Aires, 1850-1880*. **Entrepassados**: Buenos Aires. 1992. p.65-86.
- SAÉS, Décio. **A formação do estado burguês no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.
- SILVA, Eduardo. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SPALDING, Walter: **Pequena história de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1967.
- TEIXEIRA, João Gabriel Lima Cruz. **A construção da cidadania**. Brasília: ed. UNB, 1986.
- THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- TRINDADE, Helgio. *Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937)* IN: **RS: Economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989 p.119-192.

FONTES:

- Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul para o ano de 1892*.
Organizado por Alfredo Ferreira Rodrigues.
- A Federação*: de nov/1889 a jun/1890 - jan/1891 a jul/1891.
- A Reforma*: mai/1890.
- Atas da Câmara Municipal de Porto Alegre*: de nov/1889 a jul/1891.
- Jornal do Comércio*: de nov/1889 a dez/1889 - jul/1890 a jul/1891.
- MORITZ, Gustavo. **Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul: 89-90-91**. Porto Alegre, 1939.
- Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação e analfabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1890**. Rio de Janeiro: oficina da estatística, 1898.